

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

# **Paisagens Vivenciadas:**

**Apropriações Públicas dos Fundos de Vale e  
Sistema de Espaços Livres. Estudo de caso no Município de Bauru-SP**

---

**NAIARA LUCHINI DE ASSIS KAIMOTI**

São Paulo  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NAIARA LUCHINI DE ASSIS KAIMOTI

# **Paisagens Vivenciadas:**

**Apropriações Públicas dos Fundos de Vale e  
Sistema de Espaços Livres. Estudo de caso no Município de Bauru-SP**

---

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo para a  
obtenção do Título de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente  
Orientador: Eugênio Fernandes Queiroga

São Paulo  
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: naiaraluchini@uol.com.br

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Kaimoti, Naiara Luchini de Assis  
K13p Paisagens vivenciadas: apropriações públicas dos Fundos  
de Vale e sistema de espaços livres. Estudo de caso no  
Município de Bauru-SP / Naiara Luchini de Assis Kaimoti. -- São  
Paulo, 2009.  
170 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem  
e Ambiente) - FAUUSP.

Orientador: Eugênio Fernandes Queiroga

1.Paisagem urbana – Bauru (SP) 2.Espaços livres (Sistemas)  
3.Espaço público 4.Percepção I.Título

CDU 711.4.01(816.12)B351

À memória de um ferroviário – orgulhosamente meu pai – que,  
conduzida por suas mãos, naquela estação eu encontrei Bauru ...

# Agradecimento Especial

Agradeço a todos os *meus* atores-personagens que tão prontamente se dispuseram em dividir comigo a experiência de vivenciar novas paisagens, novos e velhos olhares cotidianos: Dona Alice, Sr. Adalton, Jane, Dona Cecília, Sr. Nilton e Dona Neusa, Ana Rosa, Lúcia, Ângela, entre outros. Digo *meus*, pois uma vez que traçaram junto comigo a encantadora descoberta do próprio lugar, já os considero ilustres conhecidos a quem comigo dividiram o tempo, a cadeira na calçada, suas próprias residências e, especialmente, as suas histórias. A todos vocês, vivenciadores da paisagem do vale do Córrego da Água Comprida, o meu mais sincero muito obrigada.

# Agradecimentos

Primeiramente ao meu orientador, pelo aprendizado que essa convivência proporcionou, por me colocar sempre no caminho do questionamento e pela amizade construída nesses últimos anos. Obrigada pela paciência e pelo encorajamento de sempre, em especial, nos momentos de dúvida.

Aos professores Silvio Macedo e Norma Constantino pela presença e fundamentais colocações na Banca de Qualificação.

Às funcionárias das bibliotecas da FAU-Maranhão e FAUUSP: Estelita, Maria José, Filomena, Rejane e Araci, sempre tão solícitas em minhas buscas acadêmicas. Agradeço aos funcionários da FAU-Maranhão, especialmente à Isa, sempre pronta no atendimento aos alunos.

À Prefeitura Municipal de Bauru, especialmente à Arqtª Maria Helena Carvalho Rigitano, Arqtº Rodrigo Riad Said e Engº Leandro Dias Joaquim (SEPLAN); Arqtº Valcirlei Gonçalves da Silva, bióloga Mariela Julião e Jorge Souza (SEMMA). A todos agradeço pelo suporte técnico, cartográfico e documental.

Ao departamento de Geoprocessamento do DAE-Bauru pelas bases cartográficas, imprescindíveis para esse trabalho. Obrigada Davidson e Ana Lúcia pela prontidão de sempre.

À Eliana M. Rangel Almeida Angerami, Paulo Henrique dos Santos e ao Sr. João Gonçalves da Estação Experimental e Ecológica de Bauru – Horto Florestal, pelo material histórico e fotográfico.

À Irmã Lurdinha (Escola e Creche do Sagrado Coração de Jesus), Lúcia Helena de Oliveira Campos (CEVAC), Ângela Dias Garcia (CCIJ) e Santil Aparecida Pastori (Escola GBI) pela oportunidade de desenvolver as oficinas nas respectivas instituições que coordenam.

À Terezinha Zanlocchi e Márcia Nava Sobreiro do NUPHIS-USC pelo auxílio com a pesquisa histórica.

Ao Sr. Gabriel Ruiz Pelegrina pela memória viva de Bauru.

Às docentes da FAAC-UNESP Kelly Magalhães Faria e Renata Cardoso Magagnin pela contribuição com o material de estudo sobre a área pesquisada.

À Juliana Cândido pela revisão do Abstract.

Aos colegas da FAU pela generosidade em dividir o saber e a amizade: Cecília Moraes, Flávia Suguimoto, Lucía Bernardi, Rosana Vieira, Silvia Valentini. Aos de longa data, pelo privilégio da convivência, apoio, incentivo e estada: em especial Adriana Rossi, Alexandre Kleber, Alexsandra Simas, Andréa Kaimoti, Cláudia Proença, Gustavo Duarte, Juliano Pita, Ricardo Peron Ferraz e Rita Francisco.

À Karina Trevisan F. Ferraz pela singular amizade. Obrigada por conversar sempre, discutir muito e desistir nunca.

À Elen e Marina, pela dedicação com minha família.

Aos meus “pais e mães”, bases verdadeiras, presentes fisicamente ou não. Sou grata pelo que ensinaram para poder trilhar meu caminho e pela atenção, respeito, paciência e serenidade com que caminham ao meu lado, me ensinando sempre. Obrigada pelo amor incondicional como pais e sogros.

Ao Ian, pelo privilégio de sua chegada e pelo intenso aprendizado que, por vezes, exigiu o meu máximo.

Ao Wellington, pelo amor, pela compreensão, por acreditar junto comigo e sempre.

A todos que de alguma maneira estiveram direta ou indiretamente vinculados a esse trabalho e que no esforço último de memória me tenham escapado os nomes, agradeço imensamente pelo companheirismo de caminhada.

# Resumo

Em tempos atuais a apropriação dos espaços públicos tem se tornado cada vez mais heterogênea quanto à forma – livre e espontânea – e quanto ao processo – impelido pela substituição das formas tradicionais de se estabelecer o convívio social na esfera de vida pública. Este trabalho investiga a temática em áreas de fundo de vale, na cidade de Bauru-SP, onde o objetivo maior é a compreensão do processo de produção e de apropriação dos espaços públicos, apropriação essa responsável pela formação de um sistema de valores do vivenciador do lugar. Para o estudo de caso foi escolhida a Bacia do Córrego da Água Comprida, onde se traça uma leitura da paisagem urbana a partir das espacialidades da esfera da vida pública. O estudo é fundamentado e complementado pela leitura e interpretação do sistema de espaços livres públicos urbanos da cidade, de forma a contextualizar a área escolhida diante da realidade urbana mais geral da cidade, permitindo melhor compreender seu papel atual e potencialidades futuras. A partir de uma análise crítica torna-se possível, entre outros resultados, reforçar a importância de certos princípios para que se estabeleça um projeto ou um plano mais sensível à paisagem, ao ambiente, à percepção dos vivenciadores dos lugares, valorizando o cotidiano e a esfera de vida pública.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Paisagem Urbana, Sistemas de Espaços Livres, Espaço Público, Apropriação, Percepção, Vivência, Bauru (SP).

# Abstract

Nowadays the appropriation of public spaces has become more and more heterogeneous as regards the form – free and spontaneous – and the trial – impelled by the substitution of the traditional ways of establishing the social conviviality in the sphere of public life. This work investigates the Valley bottom areas thematic in the city of Bauru, São Paulo, where the main goal is the comprehension of the production process and the appropriation of public spaces, which is responsible for the formation of a system of values experienced in place. For this case study it was chosen the Long Water Stream's basin, where it gives a reading of the urban landscape from the spatialities of public life's sphere. This study is based and supplemented by reading and interpreting the system of the city's urban public spaces in order to contextualize the selected area in the city's general urban reality, enabling better understanding of its current role and future potentials. From the research proposals it is possible to establish more realistic criteria for the Urban Planning and Landscape of these places and discuss design parameters that can reduce the environmental impacts arising from the undue growth in these areas restricted to occupation.

**KEYWORDS:** Urban landscape, Systems of Free Spaces, Public Space, Appropriation, Perception, Experience, Bauru (SP).

# Lista de Figuras

Figura 1	Mapa de localização do Município de Bauru no Estado de São Paulo	22
Figura 2	Bauru: Hidrografia	23
Figura 3	Bauru: Hipsometria	24
Figura 4	Bauru: vista aérea – ano de 1957	33
Figura 5	Vista panorâmica de Bauru – Ano de 1925	35
Figura 6	Bacia do Córrego da Água Comprida – Jardim Nicéia (invasão) e Núcleos Habitacionais	38
Figura 7	Bacia do córrego da Água Comprida – Condomínios Verticais e Horizontais	42
Figura 8	Rua comercial próximo ao Parque das Camélias	43
Figura 9	Mapa das Áreas de Interesse Ambiental	49
Figura 10	Atividade de recreação com escola da cidade	55
Figura 11	Atividade de educação ambiental	55
Figura 12	Parque Vitória-Régia – Apropriação do parque em data festiva	55
Figura 13	Parque Vitória-Régia e Avenida Nações Unidas	57
Figura 14	Habitações do Jardim Nicéia	65
Figura 15	Residencial Villa Grená e Villa Verde	65
Figura 16	Lotes com vegetação remanescente – Jardim Colonial	66
Figura 17	Área interna do Residencial Jardim Flamboyant	66
Figura 18	Aspecto de abandono da Praça do Jardim Carolina	67
Figura 19	Aspecto de abandono da Praça do Jardim Carolina	67
Figura 20	Praça no Jardim Redentor - Espécies vegetais plantadas pelos moradores	68
Figura 21	Campo de futebol improvisado	70
Figura 22	Apropriação da rua do Jardim Nicéia	74
Figura 23:	Indícios da apropriação da rua do Núcleo Geisel	74
Figura 24:	Av. Eng <sup>o</sup> Luiz Edmundo Carrijo Coube após remodelação – “Avenida do Estadual”	77
Figura 25	Exemplar florido de pau-de-tucano ou cinzeiro ( <i>Vochysia tucanorum</i> ) em lotes não construídos no Jardim Colonial	82
Figura 26	Bacia do Córrego da Água Comprida – lugares relatados durante a coleta de informações	92
Figura 27	Bauru – Lugares relatados durante a coleta de informações	93
Figura 28	Bauru – Avenidas principais	94
Figura 29	Crianças na rua constroem uma “cidade de terra”	96
Figura 30	Jardim Colonial	99
Figura 31	Jardim Colonial	99
Figura 32	Entrada do Bosque do Geisel	100

Figura 33	Acúmulo de lixo no interior do Bosque	100
Figura 34	Tampas das caixas d'água do Parque das Camélias	105
Figura 35	Crianças brincam sobre as tampas das caixas d'água do condomínio	105
Figura 36	Apropriação da calçada do bairro: permanência de hábitos	107
Figura 37	Horto Florestal – Diversidade das formas de usar o espaço	108
Figura 38	Horto Florestal – Diversidade das formas de usar o espaço	108
Figura 39	Praça relatada num dos depoimentos	109
Figura 40	Dona Cecília no jardim frontal de sua casa	112
Figura 41	Desenho das brincadeiras	122
Figura 42	Desenho das brincadeiras	122
Figura 43	Desenhos	125
Figura 44	Desenhos	125
Figura 45	Desenho da casa	125
Figura 46	Desenho da casa	125
Figura 47	Desenho do campo de futebol: um dos locais mais desenhados e vivenciados	131
Figura 48	Desenho do campo de futebol: um dos locais mais desenhados e vivenciados	131
Figura 49	Desenho de trajetos da casa para a escola	131
Figura 50	Desenho de trajetos da casa para a escola	131
Figura 51	Desenho sobre bases cartográficas	137
Figura 52	Desenho sobre bases cartográficas	137
Figura 53	Base com identificação da residência de uma integrante do grupo	137

# Lista de Tabelas

TABELA 1:	Implantação dos núcleos habitacionais na Bacia do Córrego da Água Comprida	40
TABELA 2:	Cobertura Vegetal Natural por Região Administrativa do Estado de São Paulo	52
TABELA 3:	Implantação dos condomínios horizontais na bacia do córrego da Água Comprida	72

# Lista de Abreviaturas

APP	Área de Preservação Permanente
APA	Área de Proteção Ambiental
ASSUNEB	Associação dos Servidores da UNESP de Bauru
CCIJ	Centro de Convivência Infante Juvenil
CEASA	Centrais de Abastecimento de Bauru
CEVAC	Centro de Valorização da Criança
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COHAB	Cooperativa Habitacional de Bauru
DAE	Departamento de Água e Esgoto de Bauru-SP
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais Renováveis
EMDURB	Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
FAAC	Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
GBI	-- não é uma abreviatura --
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPMET	Instituto de Pesquisas Meteorológicas
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
NUPHIS	Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica de Bauru e Região
ONG	Organização não-governamental
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – 1996
PDP	Plano Diretor Participativo – 2008
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM	Polícia Militar
PMB	Prefeitura Municipal de Bauru
PROBIO	Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo no Brasil
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEC	Setor Especial de Conservação
SEL	Sistema de Espaços Livres
SEMEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento

SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SORRI	Sociedade para Reabilitação e Reintegração do Incapacitado
UC	Unidade de Conservação
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USC	Universidade do Sagrado Coração
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zona Especial Interesse Social

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<hr/>	
<b>1 ESPAÇO, LUGAR, PAISAGEM: FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL</b>	8
<hr/>	
<b>2 A URBANIZAÇÃO DE BAURU E SEU SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES</b>	21
<hr/>	
2.1 Bauru: Paisagem e Sistema de Espaços Livres	26
2.2 Formação Histórica e Processo de Ocupação	28
Ferrovia e Café: a expansão de uma cidade	29
2.3 A Consolidação e Adensamento dos Novos Bairros: a ininterrupta ocupação dos córregos	34
2.3.1 A zona Sul e o vetor de crescimento da classe média	36
2.3.2 Os Núcleos Habitacionais e a proliferação dos vazios urbanos	37
2.3.3 Os Condomínios Fechados Verticais e Horizontais	41
2.4 A Questão Ambiental e a Legislação: Como Ficam os Espaços Livres Públicos?	44
2.4.1 Planos Diretores: 1996 e 2008	45
2.4.2 As Áreas Verdes Públicas da cidade: Praças, Parques, Floresta Urbana e as áreas dos Fundos de Vale	50
2.4.3 Parques Urbanos de Bauru	54
<hr/>	
<b>3 ÁGUA COMPRIDA: O CÓRREGO E A PAISAGEM</b>	60
<hr/>	
3.1 Leituras da Paisagem e do Ambiente da Bacia do Córrego da Água Comprida	61
3.2 A cidade e o córrego	62
3.3 O córrego e a cidade	64
3.3.1 Formação Vegetal: o Cerrado e a Cidade	77
3.3.2 A Floresta Urbana da Bacia do Córrego da Água Comprida	81
3.3.3 Parques de Fundo de Vale: o Parque da Água Comprida	83

<b>4 PAISAGENS VIVENCIADAS</b>	86
<hr/>	
<b>4.1 Vivenciadores: Adultos e Idosos nas Práticas Cotidianas</b>	88
4.1.1 Depoimentos: Os Personagens do Cotidiano	90
4.2.2 Memória Viva	111
4.2.3 A Experiência Pessoal no Lugar	112
4.2.4 Efervescências	113
4.2.5 A Iniciativa Popular na Recuperação dos Espaços Públicos da Bacia	115
<b>4.2 Os Jovens e as Crianças: Cotidiano e Construção Perceptiva do Lugar</b>	117
4.2.1 Oficina Infantil	120
4.2.2 Oficina Pré-Adolescentes	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	140
<hr/>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	144
<hr/>	
<b>ANEXOS</b>	153
<hr/>	
ANEXO 1	154

# INTRODUÇÃO

---

Em tempos atuais a apropriação dos espaços públicos tem se tornado cada vez mais heterogênea quanto à forma – livre e espontânea – e quanto ao processo – impelido pela substituição das formas tradicionais de se estabelecer o convívio social na esfera de vida pública. Espaços de convivência intra-muros – em condomínios verticais e horizontais – ou edificadas – *shoppings, openmalls* e outros de semelhante propósito –, abstendo-se da paisagem e do espaço livre público urbano, contrapondo-se àqueles desprovidos de qualquer forma edificada – campos de futebol em terrenos vazios, por exemplo. Dialeticamente opostos na produção do espaço urbano, refletem os novos padrões de interação com o meio social e com o mundo.

Este trabalho, ao enfatizar relações entre sistemas de espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública, procura investigar as relações entre as apropriações e os usos dos moradores e vivenciadores dos espaços pertencentes às áreas de fundo de vale da cidade de Bauru-SP, tendo a percepção desses indivíduos como escopo para uma melhor interpretação dessa vivência. Com isso, torna-se possível traçar uma leitura da paisagem urbana, partindo das relações de espacialidades<sup>1</sup> da esfera da vida pública<sup>2</sup> e do cotidiano urbano e, ainda, evidenciar as apropriações dos espaços públicos ou privados de uso público. Aqui, partimos do pressuposto de que a vivência e o sentimento de pertencimento ao local são fatores determinantes para a apropriação ou não de um espaço livre, seja este público ou privado de uso público. Por outro lado, também pretendemos por meio dessa forma de análise, evidenciar a extensão do convívio em sociedade como um dos fatores que qualifica o projeto, o lugar e a cidade. Dessa forma, o estudo é fundamentado e complementado pela leitura e interpretação do sistema de espaços livres<sup>3</sup> públicos urbanos da cidade, de forma a abranger de maneira mais íntegra e efetiva a apropriação dessas áreas pelos cidadãos.

---

<sup>1</sup> Citando QUEIROGA (2006:132): “Para Milton Santos, o espaço pode ser entendido como um conjunto indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações (SANTOS, 1996:19). Desta maneira, o espaço não pode ser reduzido simplesmente à sua materialidade e extensão, não se trata tão pouco do ‘palco’ onde se estabelece o movimento da sociedade, mas se coloca como totalidade, como instância social (SANTOS, 1985: 12-20), participando do movimento dialético com as demais instâncias sociais (economia, cultura e política). As ações espacializam-se, participam do espaço e, ao fazê-lo, constituem-se em práticas espaciais – espacialidades –, de forma análoga ao que se compreende enquanto prática temporal – temporalidade. As espacialidades são, portanto, a dimensão viva do espaço, constituídas pelo sistema de ações”.

<sup>2</sup> Para Hannah ARENDT (2005), a esfera de vida pública é a esfera própria da *vita activa*, da ação política, entendida em sentido amplo, envolvendo a produção cultural, a construção da cidadania e parte fundamental das próprias histórias das civilizações.

<sup>3</sup> Conforme definição sobre conceitos relacionados pela rede de pesquisa QUAPÁ-SEL – *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*, “o sistema de espaços livres de uma cidade é o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e hierárquicas. Portanto, o sistema de espaços livres de uma cidade engloba todos os espaços livres de edificação, ou seja, abarca todos os vazios que envolvem os cheios (volumes edificadas).”

Para atingir os objetivos acima descritos, o trabalho assume o caráter interescalar, começando pela situação do Município, seguindo para a escala do contexto urbano (incluindo o sistema de espaços livres) e, finalmente, restringindo-se às bacias hidrográficas.

Apresentando-se como uma unidade ambiental escolhemos uma área específica da cidade – a **Bacia do Córrego da Água Comprida** – como recorte para os estudos mais aprofundados do sistema de espaços livres, de modo a elencar suas potencialidades ambientais, paisagísticas e de espacialidade para a vida pública, padrão intrínseco dos tecidos urbanos. O ponto de partida desse processo de investigação se deu a partir de pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq/PIBIC/UNESP, entre 1998 e 2000, onde o objeto de estudo foi a Bacia do Córrego Barreirinho<sup>4</sup>. No trabalho, o objetivo foi o estudo da utilização das áreas de fundo de vale como um fator de qualidade ambiental no espaço urbano de Bauru-SP e que, posteriormente, motivou a continuidade do estudo dessas áreas, porém com um enfoque nas questões da produção do espaço e da apropriação desses lugares pelos indivíduos que compõem a paisagem em questão.

A área do recorte está situada na porção sudeste da cidade e apresenta condições favoráveis à recuperação e à preservação de suas encostas ainda pouco ocupadas. Asseguradas legalmente com a aprovação do Plano Diretor Participativo - PDP (BAURU, 2008), essas áreas lindeiras se incluem em projetos que prevêm a implantação de Parques Lineares que privilegiam o convívio da população, a preservação dos recursos naturais e a recuperação da mata ciliar nativa podendo compor um grande sistema de parques urbanos ao longo da cidade.

Concordando com o pensamento de QUEIROGA (1994), a preservação de paisagens significativas para os diversos grupos sociais está associada às questões da memória dos lugares e seus processos de apropriação. *Trata-se do estabelecimento de uma relação de identidade entre a população e seus espaços, elemento fundamental para a cultura de um povo. A Paisagem possui, além de qualidades intrínsecas, um valor que lhe é atribuído pela sociedade em cada momento histórico (G.C.Argan, in: História da Arte como História da cidade, cap.15, "O espaço visual da cidade")*. Ainda em QUEIROGA (1994), a conformação urbana se dá por todas as ações exercidas pela sociedade como um todo ao longo do tempo, de modo que não existe diferenciação entre classes sociais no tocante a maior ou menor importância de ação. Há, no entanto, uma diferenciação formal de uso e apropriação dos espaços urbanos conforme as disposições de ordem econômica, política e social vigentes.

---

<sup>4</sup> A pesquisa evidenciou que o córrego, naquela configuração urbana, pode ser barreira – enquanto aspecto biofísico, mas também pode ser inserção – enquanto aspecto social. O caráter de um e de outro se dá pela forma que o córrego assume. Neste caso, a proposta para um parque linear transforma a barreira em inserção, qualificando o espaço em questão. (ASSIS, Naiara L. de. "A utilização das áreas de Fundo de Vale como fator de qualidade ambiental no espaço urbano de Bauru: Fundo de Vale do Córrego Barreirinho", in: **Livro de Resumos – XII Congresso de Iniciação Científica da UNESP – Humanas. São José do Rio Preto-SP, 2000, pg. 29**). Os resultados obtidos nessa pesquisa puderam colaborar com a tese de doutoramento da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Norma Regina Truppel Constantino, defendida na FAU-USP em 2005, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ângela Faggin Pereira Leite, onde o estudo se desenvolveu a partir da estruturação da paisagem urbana de Bauru por meio das áreas dos fundos de vale (CONSTANTINO, 2005).

## Algumas Justificativas

A cidade de Bauru-SP, a exemplo de outras cidades brasileiras, apresenta uma paisagem marcada pela presença de rios, córregos e cursos d'água que estão completamente inseridos na malha urbana. Grande parte deles se apresenta como áreas degradadas devido ao lançamento de esgoto e lixo em seus leitos e pela devastação da mata ciliar original. A ausência dessa formação vegetal em suas margens fragiliza o solo, que, em Bauru, apresenta forte composição arenosa, abrindo profundas erosões – em especial, as voçorocas – além de contribuir com o assoreamento dos leitos dos corpos d'água. Como agravante, a ausência de uma proteção ambiental mais severa e efetiva, principalmente por parte do Poder Público Municipal, contribui para que tais danos ambientais tomem proporções cada vez maiores, com graves conseqüências para a população local.

Partindo dessa premissa, nosso objetivo maior é compreender como os vivenciadores dessas diferentes paisagens estabelecem suas relações de convívio público no cotidiano urbano e, as diferentes formas de apropriação e significação dadas aos fundos de vale na atualidade. Desse modo, torna-se possível estabelecer critérios mais coerentes para o Planejamento Urbano e da Paisagem desses lugares e discorrer sobre parâmetros projetuais que possam diminuir os impactos ambientais decorrentes do crescimento urbano nessas áreas restritas à ocupação, além de considerar a esfera de vida pública que compõe o cotidiano dos indivíduos que se apropriam dessa paisagem.

Apoiando-nos em FERRARA (1988), podemos propor que a cidade seja estudada enquanto *“contexto”*, enquanto ambiente construído por seus usuários que criam nela *“lugares”* diferentes e mutantes, *“especificidades imprevisíveis e espontâneas de espaços no espaço”*. Ao seguir o mesmo pensamento, SANT'AGOSTINO (1995:23) evidencia que o uso da percepção mostra-se como importante instrumento na busca de sinais, marcas, índices dispersos em micro ou macro-regiões da cidade, passando a ser os signos de representação do urbano. A apreensão desses signos dispersos na cidade exige, epistemologicamente, uma leitura mais dinâmica e criativa, que se relacione àquelas marcas e sinais para integrá-las num conjunto que, não raro, revela uma cidade invisível e indizível, avessa à imagem que dela se consome (FERRARA, 1993:258). Afinal, a vida humana manifesta-se no cotidiano onde se revelam os conflitos e as contradições de cada sociedade em seus diferentes momentos históricos.

A escolha da bacia hidrográfica mencionada como área de recorte se faz pertinente ao estudo pelos seguintes fatores:

- apresentar configuração física que permita a potencialização recreativa da área – na forma de parque linear – e para a pesquisa ambiental em função dos fragmentos de remanescentes de vegetação nativa de cerrado, à montante, próximo à APA Vargem Limpa-Campo Novo e, à jusante, com o Horto Florestal;
- pela nascente do córrego se encontrar em área de pequeno, mas expressivo remanescente de vegetação nativa (*“cerradão”*, recentemente tombado pelo novo PDP);

- estar em posição privilegiada e estratégica de ligação entre o centro da cidade e de acessos importantes da cidade (Avenida Nações Unidas, Avenida Rodrigues Alves, Rodovia Mal. Rondon);
  - área de considerável especulação imobiliária nas proximidades da nascente do córrego para a implantação de condomínios horizontais;
  - área destinada à implantação do Parque Água Comprida pelo novo Plano Diretor, com a criação de bacias de contenção de águas pluviais além de uma avenida-parque margeando o córrego e interligando ambas as margens;
- e, como dito inicialmente, a cidade possuir uma configuração física toda recortada por rios e córregos que se interligam e que, historicamente, essas áreas foram desprezadas pelo mercado imobiliário de modo que grandes vazios urbanos se formassem nos vales desses cursos d'água, uma consequência direta dos interesses econômicos e políticos para a expansão da chamada "Cidade sem Limites" (ALVES, 2001).

Acreditamos que a reunião das informações acima mencionadas, aplicadas em processos específicos de análise do sítio, possa gerar resultados satisfatórios e inerentes à paisagem em questão. Ao usar esses conceitos como método de (re)conhecimento da área estudada, entendemos que também é possível aplicá-los nas demais microbacias dos córregos que cortam a cidade, onde, certamente, os resultados não serão coincidentes por diversos motivos. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que os resultados obtidos refletem as especificidades do lugar e que a situação real de cada localidade expressa uma demanda diferente entre si, principalmente no que diz respeito às potencialidades econômicas, infra-estrutura e recursos naturais.

## **Referencial Teórico e Metodologia**

Os procedimentos de pesquisa que adotamos para essa investigação foram divididos em quatro etapas que posteriormente estruturaram os capítulos desta Dissertação: Revisão Bibliográfica; Coleta e Sistematização Cartográfica de dados sobre o Sistema de Espaços Livres de Bauru Coleta e Sistematização Cartográfica de dados sobre os Espaços Livres da Bacia do Córrego da Água Comprida; e a Vivência a Campo, prática determinante para estabelecer as relações e contradições entre os dados formais e a pesquisa livre. Este último procedimento se fez pertinente no decorrer de todo o período do trabalho, inicialmente pelos registros fotográficos e por meio de nossas percepções pessoais enquanto moradora da área estudada e, num segundo momento, pela inserção física na coleta direta de depoimentos, experiências vividas e oficinas perceptivas nos bairros compreendidos pela bacia. Assumimos aqui, então, a postura de observadores-vivenciadores desses lugares,

acompanhando parte do cotidiano urbano dos vivenciadores locais, permanentes ou temporários.

A construção do *Referencial Teórico*, base para o **Capítulo 1**, constituiu primeiramente um quadro conceitual geral que fundamentou os princípios metodológicos adotados no trabalho de investigação sobre as apropriações dos fundos de vale dentro do sistema de espaços livres da cidade de Bauru-SP.

A conceituação tomou como um dos princípios a ser seguido, porém não como o único, a geografia nova de Milton Santos, que entende o espaço como uma totalidade, um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações. O lugar, categoria do espaço, inserido numa determinada paisagem, dá o suporte para o recorte do estudo, onde se prolifera a *vita activa*, assegurando o caráter da esfera pública. É a partir da vivência cotidiana dessas relações no meio urbano que a percepção de cada indivíduo constrói o referencial, próprio ou coletivo, daquilo que lhe causa maior ou menor grau de importância.

Num segundo momento, fez-se necessário o estudo do *Contexto Histórico do Objeto Pesquisado*: a cidade de Bauru e a bacia escolhida como recorte específico da pesquisa. Tal contextualização se deu, em grande parte, pela busca de dados em fontes que nos fornecessem o processo de consolidação, expansão e desenvolvimento da cidade nos aspectos físico-territoriais, socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, essas informações compuseram o **Capítulo 2** desta Dissertação.

Na etapa seguinte – *Coleta e Sistematização Cartográfica de Dados Sobre o Sistema de Espaços Livres de Bauru* – a coleta de dados referentes ao sistema de espaços livres de Bauru foi imprescindível para a sua posterior sistematização cartográfica, resultando, então, no **Capítulo 3**. Sistematizamos e analisamos dados e informações relevantes à pesquisa: dados censitários (Índices socioeconômicos como: Território e População, Saúde, Condições de Vida, Habitação e Infra-Estrutura Urbana, Educação, Renda, Emprego e Economia); consulta às Leis de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, Leis Ambientais e aos Planos Diretores (BAURU, 1996 e BAURU, 2008); Cartas Cadastrais (quando na escala do lugar); mapas hipsométricos e de hidrografia (na escala da cidade); mapas com indicativos relativos às tipologias predominantes das edificações, ao macrozoneamento urbano, ao sistema viário básico, ao transporte coletivo, aos parques, praças e áreas verdes, às áreas de proteção ambiental (escalas do município, da cidade e da bacia escolhida), à Zona Especial Interesse Social (ZEIS), às favelas e às áreas de degradação ambiental; fotos aéreas e imagens de satélite (escalas do município, da cidade e da bacia escolhida).

Com as informações obtidas nas etapas anteriores, passamos para a *Coleta e Sistematização Cartográfica de Dados sobre os Espaços Livres*, especificamente aos que compreendem a Bacia do Córrego da Água Comprida. A reunião de todos os dados colaborou com a discussão presente nesse trabalho.

Além das informações obtidas por intermédio de bases cartográficas e fotos aéreas, as *visitas a campo* completaram a fase dos procedimentos estabelecidos para o estudo, compondo, assim, o **Capítulo 4**. Ali, os dados coletados foram obtidos pelos levantamentos fotográficos dos espaços livres e dos usos e apropriações dos espaços públicos pelos

moradores/vivenciadores no período entre 2006 e 2009; pelo levantamento das reais condições dos espaços efetivamente implantados pelo Poder Público e dos espontaneamente apropriados pela população; pelo levantamento dos lugares que expressem onde estão os lugares do convívio público, ou da “brincadeira”- no caso das crianças - pelo desenvolvimento de oficinas intituladas “*Reconhecendo meu bairro, meu lugar*”<sup>5</sup> com crianças e pré-adolescentes das áreas de estudo, com o objetivo de identificar o grau de afetividade do vivenciador – a criança – com o bairro onde mora e suas referências pessoais quanto aos usos e apropriações dos espaços públicos na vida cotidiana; e pela coleta de depoimentos espontâneos da população em geral dos bairros estudados, de líderes da comunidade, professores, funcionários públicos, entre outros, de forma a revelar curiosidades ou informações que constem da memória oral ou visual da população das áreas estudadas.

Em nossas **Considerações Finais** discorreremos que, com a síntese de todos os dados coletados, com a detecção das potencialidades físicas e com a leitura da paisagem urbana feita pelos vivenciadores das áreas de fundo de vale na cidade de Bauru, a partir de uma análise crítica, pudemos chegar, entre outros resultados, a reforçar a importância de certos princípios para que se estabeleça um projeto ou um plano mais sensível à paisagem, ao ambiente, à percepção dos vivenciadores dos lugares, valorizando o cotidiano e a esfera de vida pública.

A identificação das apropriações e percepções do espaço urbano em áreas de fundo de vale não servirá de regra, evidentemente, a todas as cidades do país, e tampouco o estudo tem essa pretensão. Todavia, será de grande valia as particularidades que foram sendo evidenciadas ao longo do processo da pesquisa, o que, unificando-se com outros estudos, poderá formar uma leitura possível do que é o espaço do cotidiano, e em particular o sistema de espaços livres, para os moradores e vivenciadores das cidades médias paulistas neste início do século XXI.

---

<sup>5</sup> A atividade teve como bibliografia de apoio: DEL RIO (1996b), FERRARA (1996) e LYNCH (1990).

# **CAPÍTULO 1**

**Espaço, Lugar, Paisagem: fundamentação conceitual**

---

O espaço público, inerente a qualquer cidade ou aglomerado urbano, é, por excelência, o espaço de parte das práticas cotidianas, das relações sociais entre os indivíduos, da experiência sensorial urbana, e o espaço da ação política. Dentro do sistema de espaços livres, o seu reconhecimento tem revelado novas formas de apropriação decorrentes das transformações sociais, políticas e econômicas evidenciadas pelas práticas cotidianas na esfera de vida pública.

Essa pesquisa se insere numa rede de discussões<sup>6</sup> a respeito do tema, com o intuito de poder traduzir as novas e diferentes formas de apropriação do espaço urbano refletidas pelas novas formas de produção desse mesmo espaço, por meio das práticas da esfera de vida pública e reveladas nas questões da cotidianidade. O objetivo deste trabalho se faz pela análise de parte do sistema de espaços livres urbanos da cidade de Bauru-SP, com a possibilidade de investigar a forma e a maneira como a paisagem dos fundos de vale se caracteriza na vida daqueles que dela se apropriam e nela estão inseridos: os seus vivenciadores.

Para tanto, tal análise só será possível se tomarmos como diretrizes alguns conceitos para podermos então, a partir da prática de campo, estabelecer as possíveis (co)relações físicas, ambientais e sociais dentro do espaço vivenciado. É também parte dessa investigação a forma como um determinado lugar pode, ou não, ser representativo na vida cotidiana, de modo que a afetividade possa estar representada por meio da memória social do lugar.

Para o entendimento das questões abordadas com o estudo do sistema de espaços livres da cidade de Bauru-SP julgamos necessária a referência aos conceitos de espaço, lugar, paisagem, esfera de vida pública, espaço livre e espaço público. Em razão do estudo ser desenvolvido numa cidade do interior paulista, cujas dimensões geográficas e econômicas diferem da realidade encontrada nos grandes centros urbanos e metropolitanos, ainda consideramos relevante uma breve colocação no que diz respeito às dinâmicas ocorridas nos territórios das cidades médias. Uma vez que o objetivo maior do trabalho é a compreensão das dinâmicas sociais ocorridas no espaço – no nível do lugar, em áreas de fundos de vale – por meio das apropriações dos indivíduos que a vivenciam, julgamos, para essas questões

---

<sup>6</sup> Para unir esforços no intuito de reconhecer o sistema de espaços livres de algumas cidades brasileiras, partindo de uma abordagem dialética e sistêmica, estruturou-se uma rede de pesquisa que reflete sobre as “*diferenças e similaridades de estruturas, concepções, gestões e apropriações*” desse sistema em diversas cidades ou aglomerados urbanos brasileiros (QUEIROGA: 2007; p.82). O grupo é formado por pesquisadores e colaboradores de todas as regiões do país que participam do Projeto Temático de Pesquisa intitulado “*Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera de vida pública contemporânea no Brasil*”.

subjetivas, ser de grande importância algumas considerações a respeito da memória dos lugares.

Em virtude da abrangência do assunto, consideramos, para a totalidade deste trabalho, abordar o tema sob outras perspectivas além da própria Arquitetura. Logo, contamos com a colaboração de autores de áreas como a Geografia Crítica, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social, além do estudo das questões relativas à Paisagem e suas correlações. Ao nos valermos de outras formas de abordagem, como por exemplo, a coleta de depoimentos/narrativas de algumas pessoas do lugar, nos permitimos contar com um olhar menos técnico, a fim de procurar que “parte não compreendida da realidade (LEFEBVRE, 1969)”<sup>7</sup> possa ser incorporada à nossa atuação, contribuindo com nossa busca pelo entendimento das dinâmicas ocorridas nas ruas, nos bairros, nos lugares situados nas áreas de vales.

Portanto, ao investigarmos o espaço e suas apropriações, de maneira interescalar, poderemos encontrar inúmeras maneiras de se (re)fazer as práticas cotidianas nos espaços livres públicos urbanos.

Essa busca nas diferentes escalas – rua, bairro, bacia, cidade – nos permite uma aproximação do real, do vivido; quanto mais estreitamos o nível escalar, maiores são as práticas espaciais que podemos encontrar, pois passamos a perceber uma infinidade de movimentos cotidianos. É o que encontramos nos níveis do bairro e da rua, um grande teatro da vida, um espaço de representação. É ali que a vida acontece; é ali que a vida flui.

## **Espaço e Lugar**

O estudo toma como referência a geografia nova de Milton Santos onde o espaço é entendido como totalidade (SANTOS, 2004), “como uma instância social, ao mesmo nível das demais instâncias – economia, cultura, ideologia e política” (QUEIROGA, 2007), de modo que a dialética social não se estabelece apenas *no* espaço, mas se realiza *com* o espaço. Sua compreensão se faz pela soma indissolúvel dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações<sup>8</sup>, sendo sempre presente embora apresente marcas do passado. Já a ação, visa uma intenção de futuro, porém tendo em vista uma experiência anterior:

*“Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)”* (SANTOS: 2004; p.77).

Conforme SANTOS (2004), a ação é o próprio homem enquanto sociedade, pois só o homem age, uma vez que somente ele tem objetivo, tem intenção visando o futuro. As

---

<sup>7</sup> Apud COELHO (2004; p.4).

<sup>8</sup> Ver SANTOS (2004; p.77).

ações não se restringem aos indivíduos (incluindo as empresas e instituições) e resultam de necessidades naturais ou criadas, as quais podem ser: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas. Constituem-se (os indivíduos, as empresas e as instituições) nos elementos ativos do espaço, produzindo o meio técnico-científico-informacional sobre as dinâmicas do suporte biofísico (QUEIROGA: 2007; p.82).

Também pela definição de Milton Santos, temos que o lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos – mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS: 1988; p.52).

O lugar é uma categoria interna e analítica do espaço, constituindo-se como espaço da co-presença, do acontecer solidário. Com o processo de globalização, a nossa relação com o mundo mudou de local-local para local-global (SANTOS: 2004; p.313). Os lugares passaram a ser vistos como um intermediário entre o mundo e o indivíduo. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo<sup>9</sup> e por estar em comunhão com este, “torna-se exponencialmente diferente dos demais”.

O lugar, em nosso entendimento, é a base física onde se estabelecem os conflitos, as cooperações, as percepções, a memória, ou seja, toda a experimentação física, sensorial e afetiva de cada indivíduo em sua vida em sociedade. Portanto, a sua significação pode estar em qualquer elemento construído – rua, praça, parque, bairro, *shopping* – ou natural – rio, córrego, lago, floresta – seja na função, na forma ou na memória a ele associadas.

Os lugares, hoje, denotam novas formas de viver *o* e *no* espaço urbano, pois esse, por sua vez, demanda novos lugares em função de uma sociedade que também está em contínua mudança. Essa mudança, entretanto, não interfere na forma pela qual o *lugar* se expressa, feita diretamente por meio da percepção daquele que o vivencia. Aqui, o que se considera é aquilo que as pessoas possam sentir nos diferentes ambientes – edificadas ou não – que são conhecidos por suas experiências de vida. Assim, existem lugares onde as pessoas se sintam bem, se sintam tensas, descontraídas, seguras, ameaçadas, e assim por diante, numa gama infinita de sentidos estimulados pela percepção que fazem do ambiente onde estejam. Conceitualmente, essa possibilidade de perceber o lugar é o que Castelo chama de “*uma criação morfológica ambiental imbuída de significado simbólico para seus usuários*”<sup>10</sup>, que aqui preferimos denominar de vivenciadores do lugar.

A realização de uma experiência existencial, cujo reflexo se faz pelo sentimento que o lugar provocou, se dá basicamente nas atividades desenvolvidas no cotidiano de cada indivíduo, sozinho ou em grupo.

Assim, considerando o **cotidiano** uma categoria da existência, concordamos com HELLER (2000), onde a razão do cotidiano se estabelece nas esferas de vida pública e privada:

---

<sup>9</sup> Ibid., p.314.

<sup>10</sup> Sobre o assunto ver CASTELLO (2007; 116).

*“A vida COTIDIANA é a vida de **todo** homem. (...) é a vida do homem **inteiro**; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (p.17).*

*“A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (p.18).*

Logo, “no lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas também é o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2004;p.322).

Ainda completando o pensamento de Milton Santos, temos em CARLOS (1996) que, além das dimensões técnicas, informacional, comunicacional (a partir de HABERMAS, 1984) e normativa, há também uma dimensão histórica que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o ‘de fora’ e o ‘de dentro’), instalando-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, ou seja, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. “Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial” (CARLOS, 1996; p.20).

Se “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar” (CARLOS: 1996; p.20) então, temos a necessidade de considerar o corpo, pois, é através dele que cada indivíduo – ou grupo de indivíduos – habita e se apropria do espaço. Logo, são os lugares que os indivíduos – ou seu grupo – habitam dentro da cidade que dizem respeito ao seu **cotidiano** e a seu modo de vida: onde se locomovem, trabalham, passeiam, flanam, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria que vão ganhando o significado dado pelo uso (CARLOS: 1996; p.21). É o corpo que nos dá acesso ao mundo.

## **Os Sistemas de Espaços Livres: Espaços Públicos, Espaços Livres**

A idéia de sistema de espaços livres urbanos está vinculada a uma idéia de ordenação total do espaço urbano advinda de procedimentos de controle urbanístico, introduzidos no

Brasil durante o século XX, expressas por meio de planos diretores e de desenvolvimento urbano, criados e idealizados na tentativa de disciplinar o crescimento urbano de um modo social e economicamente viável.

O sistema se define a partir do momento em que os elementos de um conjunto interagem, ou seja, quando estabelecem relações. Também pode ser definido como uma estrutura que se organiza com base em conjuntos de unidades inter-relacionáveis por eixos básicos, e dentre eles, o eixo das unidades que podem ser agrupadas e classificadas pelas características semelhantes que possuem, e o eixo das unidades que se distribuem nas diversas escalas, de arranjo funcional, das práticas sociais, simbólicas, dialéticas, da memória, entre outras.

De acordo com o entendimento perante as discussões do grupo temático, ao qual pertence essa pesquisa de mestrado, temos que o sistema de espaços livres de uma cidade é formado pelo conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e hierárquicas. Portanto, o sistema de espaços livres de uma cidade engloba todos os espaços livres de edificação, ou seja, engloba todos os vazios que envolvem os cheios, no caso, os volumes edificados.

A formação de um sistema de espaços livres pode ser totalmente projetada, parcialmente projetada ou decorrente da somatória das intervenções locais, isto é, a existência de um sistema de espaços livres não presume a existência de um planejamento e um controle eficaz sobre este. Em algumas cidades brasileiras esse sistema é oriundo do modo de ocupação do território e da somatória das intervenções, política e/ou econômica, advindas da iniciativa privada ou do próprio Poder Público municipal.

Temos que, o **espaço público** “*é entendido não apenas como o suporte físico – sistema de objetos – onde se realizam as ações da esfera pública, mas como espaço da esfera pública – sistema de objetos e de ações da esfera pública*” (QUEIROGA: 2007; p.85). Há uma espacialidade pública que, conforme descrição do autor, não se restringe apenas àquela de propriedade pública (ruas, praças, parques e outros bens de denominação ‘pública’), mas sim a “*todos os lugares nos momentos onde se realizarem ações da esfera pública*”. E aí pode acontecer desde em espaços livres ou edificados, de propriedade pública ou privada (Ex: o vão livre do Masp, em São Paulo-SP, é uma propriedade privada de apropriação pública). Assim, as espacialidades públicas que se dão no meio urbano promovem uma proliferação de diferentes relações entre os indivíduos, contribuindo para a constituição de um sistema dinâmico.

Para ARENDT (2005), a esfera de vida pública nasce da distinção entre o público e o privado e surge em sociedades mais complexas, conforme o modo de produção. Seguindo seu pensamento, agir publicamente corresponde à ação política e, por sua vez, à *vita activa*, que é uma contraposição ao ‘privar-se’. A liberdade está no domínio da esfera pública, na cultura e, à medida que a esfera de vida privada se sobrepõe à esfera de vida pública, a civilização decai, porque, no nosso entendimento, a esfera privada se relaciona ao domínio das necessidades, o que corresponde à instancia econômica. Para a filósofa, o uso do termo

*público* possui uma intenção de visibilidade, ou seja, ‘ver e ser visto’ e que também pode acontecer em alguns espaços privados.

Entretanto, o entendimento do espaço público depende de fatores como:

- a questão fundiária (a ‘terra’ como propriedade do Poder Público);
- a apropriação, já que a esfera pública é determinada por um sistema de ações da esfera de vida pública (o espaço público apropriado pela população);
- a acessibilidade, pois esta permite que haja circulação livre, ou não, dos indivíduos no espaço público em diferentes graus: físico, cultural, social, por normas e regras, entre outros.

Com a contribuição de Miranda Magnoli (1982) temos que o **espaço livre urbano** compreende todos os espaços livres de edificação e, dentre eles, podemos citar: os espaços de circulação (vias expressas, ruas, becos e travessas, passeios e calçadões, avenidas e bulevares); as praças; os parques (e os espaços destinados ao lazer); as áreas dos vazios urbanos e os espaços livres de preservação e conservação. São os espaços que se apresentam como um “tecido pervasivo”, segundo Catharina Lima, que se estendem por toda cidade, de modo mais ou menos processados e apropriados pela sociedade. Esses espaços influenciam diretamente no desenho do tecido urbano e na estrutura do espaço, pois a razão entre cheios e vazios no ambiente urbano é o que o qualifica. Apesar de freqüentemente estar associado às áreas verdes da cidade, a definição de espaço livre somente o qualifica com relação à condição de confinamento; ele pode, pois, ser verde, permeável, árido, alagado, etc.

A apropriação – neste caso, do espaço e do lugar – tem a ver com a prática do território e se expressa na esfera de realização da vida cotidiana. Sendo assim, a apropriação do espaço, conforme LEFEBVRE, corresponde às relações sócio-espaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas (SOBARZO: 2006; p.103).

Assim, observamos que as pessoas só se sentem pertencentes a algum lugar quando as práticas inscritas nele são uma espécie de extensão das relações de pertencimento de um determinado grupo ou até mesmo da participação econômica do grupo naquele espaço. Os lugares podem ser antagônicos entre si e não haver qualquer tipo de atrativo que possa aproximar os indivíduos de um outro lugar. Porém, as práticas espaciais desenvolvidas cotidianamente pelos diferentes grupos é o que determina, igualmente, a valorização de se pertencer ao lugar.

O espaço da apropriação é o espaço do usuário – neste caso, preferimos o termo vivenciador –, o espaço do vivido (SOBARZO: 2006; p.104). Por isso, retomamos o conceito do lugar por este se relacionar ao cotidiano das pessoas, locais apropriados pelo uso, espaços do vivido, carregados de significado, que criam a identidade.

Os espaços de uso múltiplo desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento de relações interpessoais dentro de uma comunidade. O grande espaço livre, de uso público e coletivo, sem sua apropriação pela população, pode se configurar num

imenso vazio, ao mesmo tempo em que a calçada de uma vila num bairro periférico da cidade pode revelar a vida e a efervescência das relações de uma comunidade.

Portanto, a apropriação desses espaços torna-se fundamental no processo de identidade com o lugar. Para TUAN (1983; p.14), os espaços adquirem significado através da incorporação da história, de sua experimentação e vivência. O indivíduo pode vivenciar a paisagem e apreender o seu conteúdo subjetiva e afetivamente porque a sua percepção supõe não somente a visão, mas a interação da experiência individual.

## **Espaço e Paisagem**

A definição de *paisagem* que usaremos no decorrer da pesquisa adota o enfoque dado por MAGNOLI (1982) onde vemos que a paisagem pode ser considerada como uma resultante das relações entre os processos sociais e os processos naturais.

É, ainda, uma dimensão sensorialmente perceptível do espaço; é a expressão física, morfológica da interação da sociedade com os processos do suporte ecológico no tempo e inclui não apenas os espaços livres e construídos, mas igualmente a dinâmica das relações sociais, o inerte e o vivo, os objetos e as pessoas (LIMA, 2004 apud QUEIROGA, 2007).

De acordo com Milton Santos, a paisagem é diferente do espaço. Para o autor a paisagem é a materialização de um instante da sociedade; a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço, por sua vez, contém o movimento, por isso paisagem e espaço são um par dialético: complementam-se e se opõem (SANTOS, 1988; p.72).

Todavia, no nosso entendimento, a paisagem vai além da materialidade física ou da corporeidade perceptiva. Para uma total compreensão da paisagem torna-se necessária uma leitura da paisagem feita no nível interno da paisagem e em movimento (ver PÉGUY, apud QUEIROGA, 2007; p.83).

A paisagem é cenário de experiências cotidianas e de manifestações topofílicas<sup>11</sup>. Desse modo, ‘pessoa’ e ‘mundo’ estão engajados num só processo:

*“É, portanto, o homem quem percebe e vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores” (MACHADO, 1996; p.98).*

## **Vivência e Afeição: Associações Sensitivas em Práticas Ativas**

Concordamos com a afirmação de que o espaço é o conjunto indissociável de objetos e ações. E, neste caso, o lugar torna-se o cenário específico para as nossas questões cotidianas. Temos o lugar como parte contida dentro do espaço, onde a vivência perdura por

---

<sup>11</sup> “*Topofilia*” traduz-se como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar.

meio de ações cotidianas, embaladas pela dimensão do tempo: o tempo do crescer, do olhar, do apreender, do perceber, do fazer, do morar, do trabalhar e principalmente, o tempo do estar. “Estar” esse que ultrapassa as dimensões da história e percorre por gerações a vivência de um cotidiano que se altera diariamente. Ou, por outro lado, o tempo do estar temporário, um tempo de permanência breve ou alongada, de apreensão pouco, nada ou até muito sensível, de forma que ocorra ou não a apropriação ou tenha relevância para a memória do lugar.

Ao falarmos da memória percebemos que essa tem uma relação direta com o espaço, pois, a primeira, a exemplo deste, também acontece no momento presente. O passado é apenas o tempo a que se recorre para re-viver as experiências vividas, sentidas, faladas, ouvidas. Os fatos e os eventos trazidos ao presente pela evocação da memória, no ato de lembrar, também são presentes, pois a ‘imagem’ daquilo que lembramos é criada no momento que é rememorada.

Para o indivíduo se sentir pertencente ao lugar e apropriar-se dele, o corpo é o instrumento-chave para essa inserção no mundo no qual trabalha, habita, vivencia e percebe. Se analisarmos a memória partindo da forma de um cone, assim como BERGSON (1990)<sup>12</sup> o fez, temos que a base estreita corresponde aos anos iniciais de nossa existência, onde nossa percepção do mundo ainda é muito restrita. Mas com o passar da existência, esse cone se abre evidenciando um grau maior de percepções tidas durante a vida.

Conforme nos passa BOSI (1994; p.408), uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. A partir disso, acreditamos que a memória só é coletiva porque é justamente o indivíduo que percebe e recorda, uma vez que está imerso numa trama de relações que se dão na sua vida cotidiana. O grupo é apenas suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso o seu passado (como por exemplo, as lembranças das crianças que convivem e interagem em determinada rua são mais sólidas para si do que para os próprios pais). A partir de Maurice Halbwachs, BOSI (1994; p.415) nos afirma que, coincidentemente na lembrança, o tempo da infância é mais longo do que da idade madura e a memória individual é mais fiel do que a social porque a percepção original obriga o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno.

Ao desenvolver suas atividades cotidianas no espaço, seja esse público ou privado, os indivíduos ou grupos de indivíduos possuem, a cada geração, uma memória específica de sua cidade. A memória dos acontecimentos cotidianos permanece como pontos de demarcação na sua própria história. Dentre esses pontos, o que mais é evidenciado são as lembranças familiares, em especial, a casa materna. Para BOSI (1994; p.435), ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela por todas as direções. É, ao nosso ver, o primeiro e mais importante aporte da apropriação de um determinado espaço, do início do pertencimento ao lugar.

---

<sup>12</sup> Apud BOSI (1994: p.46-48).

Ao longo de nossos estudos pudemos confirmar isso, em especial nas crônicas de *A Casa Demolida*, de Sérgio Porto<sup>13</sup>. As narrativas, ora vividas, ora imaginadas, contadas por um vivenciador-expectador conferem a evolução de um mesmo lugar, o bairro das Laranjeiras no Rio de Janeiro, o cenário perfeito da infância do autor e que abrigava o objeto central de suas lembranças: a casa da família, de número determinado, no final da rua. A lembrança da casa não se remete apenas ao objeto concreto de tijolos e cômodos que abrigava laços afetivos de uma época não tão remota. Nas entrelinhas podemos ver de que modo o lugar e a paisagem refletiam suas lembranças. Vivenciar o espaço é se envolver em sonhos e fantasias, criar cheiros, sons e sabores, um deleite afetivo que nos custa tão caro em tempos contemporâneos, onde a homogeneização das particularidades desafia a permanência dos costumes e a perspicácia das particularidades.

Concordamos com BOSI (1994; p.442) quando a casa e a paisagem que a rodeia nos proporciona uma comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas. Eis aqui um exercício do corpo percebendo o meio.

Por outro lado, o avanços do meio informacional e comunicacional, em tempos globais, nos apresenta novas formas de construção do espaço e, conseqüentemente, novas formas de se viver cotidianamente. Com a velocidade exacerbada da informação, o conhecimento busca novas fontes de aprendizado. O espaço se transforma e, nem sempre, estamos o suficientemente atentos para manter aquilo que nos é essencial – a rua, o bairro e as relações cotidianas geradas no lugar – e transformar aquilo que pode nos ser vital – as relações perceptivas, sociais e afetivas no lugar, em especial, o meio em que vivemos diariamente: o espaço urbano.

Do ponto de vista das relações e apropriações dos espaços livres da área estudada também podemos diagnosticar a dicotomia entre os lados opostos de suas margens.

A presença de um mercado imobiliário ávido por estabelecer novos empreendimentos em áreas ambientalmente protegidas traz à tona as questões dialéticas entre o público e o privado, uma vez que a disseminação de novos condomínios fechados vem enfatizando as deficiências nas questões do espaço público de acesso a todos. Concomitante a isso, a presença de loteamentos irregulares em áreas de preservação ratificam a exclusão e a segregação impostas pela falta de planejamento urbano ambiental nos períodos em que a lei só era cumprida por alguns. Situações como essa nos fazem questionar esse processo de apropriação do espaço e procurar as causas de tais comportamentos em cidades de médio porte, como é o caso de Bauru.

Nesse sentido somos levados ao estudo das cidades médias do interior paulista desenvolvido por SPOSITO, o que traz uma significativa contribuição quando comparamos os eventos urbanos acontecidos na metrópole com a semelhante incidência ocorrida no espaço urbano de cidades menores, no caso, as de médio porte. A importação de costumes e hábitos um tanto quanto desnecessários ou por influência arraigada dos tempos coloniais, onde se deveria copiar no Brasil aquilo que se fazia nos países europeus, trouxe para as cidades médias uma forma de se apropriar do espaço que não considera a realidade urbana

---

<sup>13</sup> PORTO, Sérgio. *A casa demolida*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.

atual de cada período. Desse modo, em nossa busca por dados históricos mais precisos da evolução urbana bauruense, pudemos constatar uma infinidade de eventos que se sucederam em decorrência da cópia do modismo da metrópole paulista. E que por sua vez, acompanhava as ‘modernas’ formas de se viver nas capitais européias.

## **Cidades Médias: Processo da Organização dos Espaços**

O Estado de São Paulo tem passado, já há alguns anos, por uma estruturação territorial de produção em razão da desconcentração da atividade industrial produtiva para cidades do interior – cidades médias – e, ao mesmo tempo, acompanhado por uma centralização do capital na metrópole paulistana. Para auxiliar nossos estudos contamos com a colaboração de SPOSITO & SPOSITO<sup>14</sup>, que têm as cidades médias como seus objetos de investigação.

O capital não mais se encontra preso às barreiras geográficas em razão do desenvolvimento dos transportes, da informação e das telecomunicações. Ele migra para áreas ou regiões até então com condições diferenciadas na localização das atividades produtivas, mas que despontam como atrativas para o aumento da lucratividade capitalista em razão do baixo custo da mão-de-obra (desempregada ou subempregada) e/ou dos reduzidos níveis de organização dos trabalhadores (SPOSITO, 2007a; p.7):

*“O capital não busca um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em ‘vaivém do capital’, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual<sup>15</sup>”.*

Assim, o desenvolvimento gera novas dinâmicas territoriais no Estado de São Paulo, que se dão pelo estabelecimento de eixos de desenvolvimento. As vias de transporte de trânsito rápido, aliadas a uma infra-estrutura logística de comunicação por internet e fibras óticas, são os fatores que proporcionam condições favoráveis para a localização industrial – no tocante à redução do tempo de deslocamento de matérias-primas e mercadorias, bem como o aumento da competitividade produtiva – e para a dinâmica territorial dos centros urbanos situados nas proximidades dos eixos (SPOSITO, 2007a; p.10).

A busca pelo interior paulista não é uma novidade. Conforme SPOSITO (2007a; p.13), a indústria paulista esteve presente no interior desde a sua gênese, o que pode ser visto em dados do censo industrial, que na década de 1920, cerca de 30% da produção industrial paulista era proveniente do interior, sobretudo de regiões como Campinas e Sorocaba. A proximidade de matérias-primas e a expansão da rede ferroviária para o norte, noroeste e oeste do Estado foram os principais fatores para o estabelecimento e destaque dessa

---

<sup>14</sup> Eliseu Savério SPOSITO e Maria Encarnação Beltrão SPOSITO.

<sup>15</sup> SMITH: 1988; p.213, apud SPOSITO: 2007a; p.7.

realidade. No entanto, entre as décadas de 1930 e 1940, o aumento da concentração industrial das atividades mais complexas – química, metalurgia, plásticos, mecânica, borracha, material elétrico – próximo à capital acabou propiciando uma queda do interior paulista na participação da produção industrial do Estado.

Entretanto, por volta da década de 1970, temos o início ao incentivo da migração das indústrias para o interior do Estado devido a uma série de motivos: perda de competitividade, pressão social, o movimento ambientalista e alta concentração industrial na metrópole, bem como a modernização da agricultura (estruturação agroindustrial), políticas de descentralização industrial e investimentos estatais, elevação dos custos na região metropolitana e uma política estadual de construção de uma malha viária ampla e moderna.

Dessa forma, a indústria paulista locada no interior do Estado pôde desvincular o processo produtivo do processo de comando que se concentrou na capital, por estarem lá as principais redes de comunicações e os serviços necessários para desempenhar o papel de comando nos níveis estadual, nacional e latino-americano (SPOSITO, 2007b; p.15).

Houve então uma reconfiguração do papel da metrópole paulistana, que se consolidou como centro de serviços e comércio, bem como atividades intelectuais de elevada qualificação. Entretanto, nas últimas décadas, centros paulistas como Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, São José dos Campos, assumiram uma posição de destaque no crescimento do setor terciário, passando os números da capital de crescimento no setor. A escolha de empresas e indústrias pelas cidades médias como “receptoras” desse novo paradigma técnico-científico-informacional se deve por fatores importantes como:

*“(...) a situação geográfica em relação às outras cidades de mesmo porte, pela distancia maior ou menor das cidades de maior porte e pelo número de cidades pequenas que estão em sua área de influência. (...) por essas razões, as cidades medias desempenham papéis segundo relações hierárquicas com as cidades pequenas que se servem dos bens e serviços por ela oferecidos, e com as cidades que desempenham papéis de integração nacional ou internacional” (SPOSITO, 2007b; p. 17 e 18).*

Logo, as cidades médias passam por uma redefinição de suas estruturas internas em função das novas dinâmicas territoriais. Há uma reestruturação que decorre da constituição de novos centros e novas centralidades, acompanhando a lógica da produção e do consumo e da apropriação do espaço urbano. Sposito nos chama a atenção para duas dinâmicas: o aumento do número de áreas centrais pelo aparecimento e multiplicação de subcentros (por exemplo, os shoppings); e pela tendência à segmentação social do mercado consumidor conforme seu poder aquisitivo e formas de deslocamento (coletivo ou individual) (SPOSITO, 2007b; p.20).

Essa dinâmica observada nas cidades médias é semelhante ao que ocorre na metrópole paulistana, diferindo no ritmo e na intensidade do processo, o que gera espacialidades e temporalidades diversas quando comparamos com as grandes cidades.

Uma dessas diferenças se dá na homogeneização das paisagens urbanas que procuram imitar cada vez mais as metropolitanas, haja vista a corrente disseminação de loteamentos fechados, um dos produtos de maior impacto do mercado imobiliário nas últimas décadas.

*“No anel periurbano formado por glebas não loteadas apareceram, nos setores melhor servidos por infraestrutura viária, novos ‘habitats’ urbanos e novas instalações industriais com diferentes graus de incorporação tecnológica, trazendo à periferia da cidade um desenho territorial que não lhe era característico nas décadas de 1950 e 1960, quando o padrão geral de periferização do tecido urbano se generalizou” (SPOSITO, 2007b; p.21).*

A partir dessa dinâmica espacial acontece um novo processo de produção do espaço urbano com uma nova forma de apropriação do mesmo, o que define uma reorganização da estrutura urbana. Nesse contexto, a cidade de Bauru-SP já apresenta essa tendência em produzir esses novos “habitats urbanos”, uma vez que a disseminação de loteamentos e condomínios fechados, verticais e horizontais, teve um maior aquecimento nas últimas duas décadas. Conseqüentemente, as transformações não se contêm apenas na questão espacial, mas influenciam as relações de apropriação dos lugares pelos indivíduos, transformam a vida cotidiana e permitem perceber a produção de uma nova paisagem local.

Diante da exposição de nossa intenção de pesquisa a partir das referências teóricas apresentadas ao longo desse trabalho, poderemos evidenciar as novas dinâmicas presentes no espaço urbano e trazer à tona as novas formas de apropriação dos lugares, em especial, das áreas inerentes aos fundos de vale, dentro do sistema de espaços livres urbanos da cidade média em questão: a cidade de Bauru-SP.

## **CAPÍTULO 2**

### **A Urbanização de Bauru e seu Sistema de Espaços Livres**

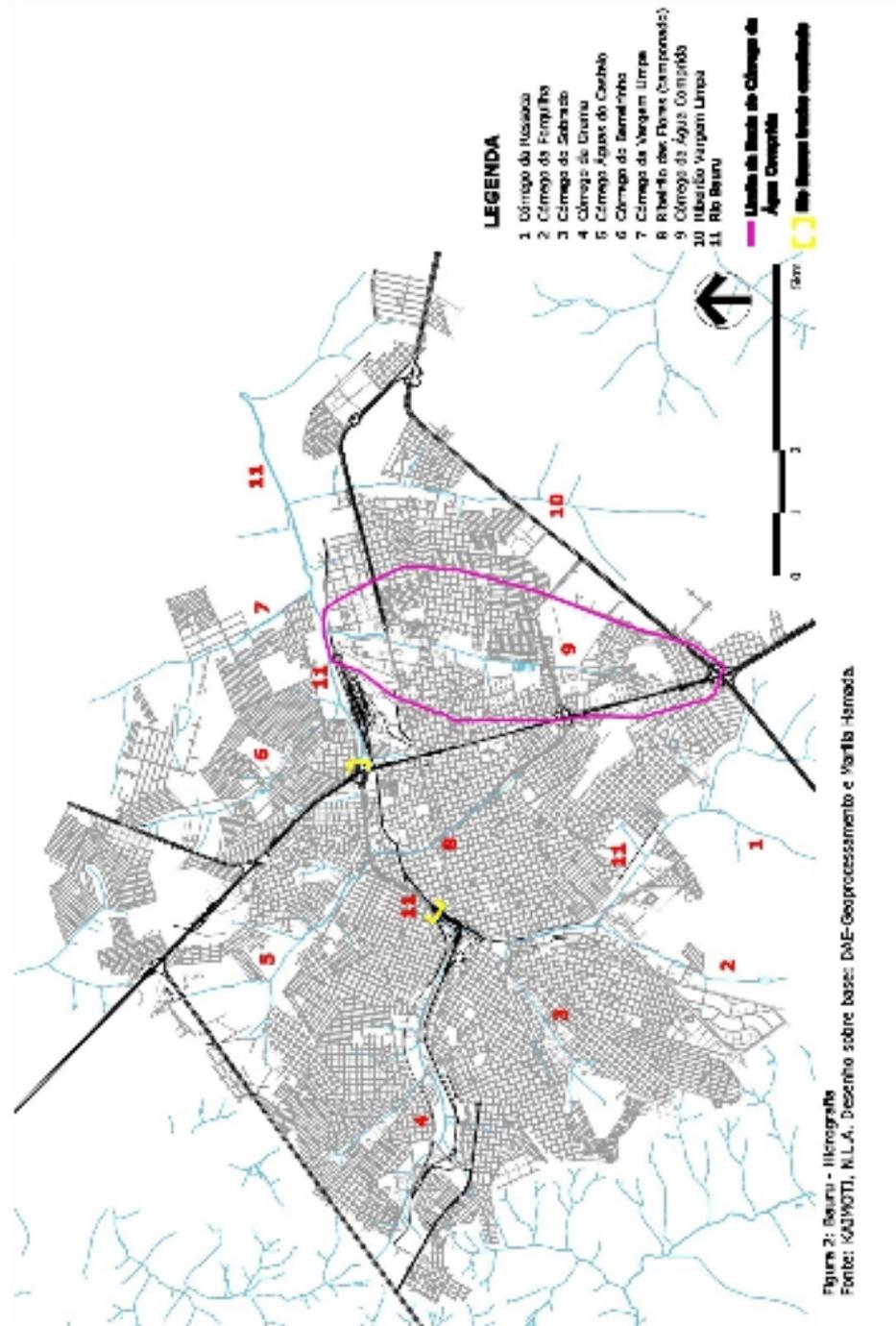
---

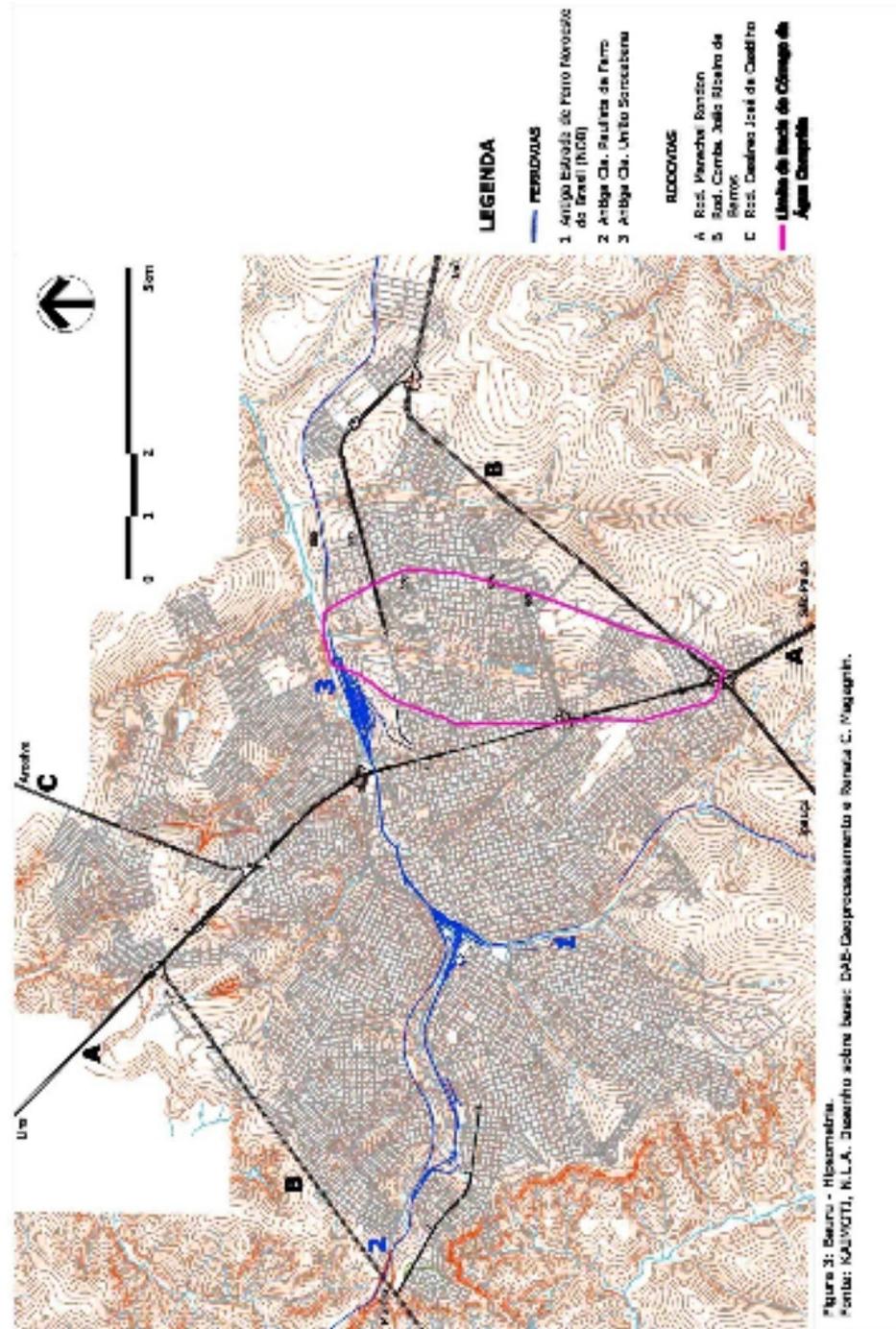
A cidade de Bauru-SP, nosso objeto macro de estudo, está localizada na região centroeste do Estado de São Paulo, a 345 km de distância da capital. O Município possui uma área de 673,49 Km<sup>2</sup> e constitui-se numa cidade de médio porte.

A malha urbana da cidade é recortada por onze córregos que compõem a principal bacia urbana, a Bacia do Rio Bauru. Assim como esses elementos se constituem nas mais evidentes barreiras naturais, os trilhos das três ferrovias – antigas Sorocabana, Paulista e Noroeste – somados ao pátio ferroviário e às rodovias estruturam-se nas principais barreiras artificiais dentro da malha urbana.



Figura 1: Mapa de localização do Município de Bauru no Estado de São Paulo. Fonte: KAIMOTI, Naiara L. A. Desenho sobre base: <<http://www.igc.sp.gov.br/mapasRas.htm#bauru>>. Acesso em: 15/10/2008.





De acordo com a contagem do IBGE em 2007<sup>16</sup>, o Município de Bauru conta com uma população estimada em 347.601 habitantes e com uma densidade demográfica de aproximadamente 530,27 hab/km<sup>2</sup> <sup>17</sup>. A taxa de geométrica de crescimento anual da população<sup>18</sup> no período de 2000 a 2008 é de 1,56 % a.a., consideravelmente baixa, porém proporcionalmente acima do índice de cidades médias do interior como Presidente Prudente (1,05) e Ribeirão Preto (1,39). Em geral, é composta por uma população em idade economicamente ativa, com baixos índices de idosos (11,75%) e crianças (21,63%) <sup>19</sup>.

Na economia, o PIB municipal é de R\$ 13.217,12 *per capita* e sua participação no PIB estadual corresponde a 0,58% <sup>20</sup>. Devido ao entroncamento rodo-ferroviário, a cidade confirma seu destaque nos setores de serviço e comércio, onde também se encontram os maiores vínculos empregatícios formais<sup>21</sup>, respectivamente 47,99% e 25,10% nesses mesmos setores, além da indústria que emprega 15,77% da população. A renda *per capita* do Município corresponde a 3,28 salários mínimos (referente ao ano de 2000), com IDHM de 0,825 e, conforme o Perfil SEADE, se configura como um dos Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, como por exemplo:

- Taxa de Analfabetismo<sup>22</sup> (população acima de 15 anos): 5,24%;
- Média de anos de estudo<sup>23</sup> (população entre 15 e 64 anos): 8,24%;
- Taxa de Natalidade<sup>24</sup> (por mil habitantes): 12,46;
- Taxa de Mortalidade Infantil<sup>25</sup> (por mil nascidos vivos): 11,84;
- Índice de Envelhecimento<sup>26</sup>: 54,32%.

Em relação ao grau de urbanização, temos que em 2000 o percentual chegou a 98,22%, o que implica em procedimentos cada vez mais rigorosos na questão da ocupação do território urbano, de modo a otimizar os espaços sub-aproveitados, e num maior controle da degradação dos recursos naturais. Com relação à infra-estrutura urbana<sup>27</sup>, os dados revelam que 98,90% da população conta com abastecimento de água, 96,61% com rede de esgoto e 98,68% com coleta de lixo domiciliar.

---

<sup>16</sup> O total populacional é proveniente da Contagem da População, com data de referência em 1º de abril de 2007. A estimativa para a população residente na cidade para 1º de julho de 2008 era de 355.675 habitantes. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/defaulttab.shtm>. Acesso em 18/06/2009.

<sup>17</sup> Valor referente ao ano de 2008. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Valores referentes ao ano de 2008. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>20</sup> Valores referentes ao ano de 2006. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>21</sup> Valores referentes ao ano de 2007. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>22</sup> Valor referente ao ano de 2000. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Valor referente ao ano de 2007. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Valor referente ao ano de 2008. Fonte: Perfil SEADE. Acesso: Junho/2009.

<sup>27</sup> Valores referentes ao ano de 2000. Fonte: Perfil SEADE.

## 2.1 Bauru: Paisagem e Sistema de Espaços Livres

O sistema de espaços livres de uma cidade é o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana, sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e ambientais. A formação desse sistema pode ser totalmente projetada ou decorrente da somatória das intervenções locais, isto é, a existência de um sistema de espaços livres não presume a existência de um planejamento e um controle eficaz sobre este.

Na grande maioria das cidades brasileiras, esse sistema é oriundo do modo de ocupação e da somatória das intervenções ocorridas no espaço urbano, o que reforça a condição de descontrole, por parte do Poder Público, sobre a construção da paisagem urbana. As formas de produção do espaço urbano acontecem de maneira similar em quase todas as cidades brasileiras: as paisagens então resultantes advêm dos interesses do mercado imobiliário, das formas improvisadas de apropriação pelas camadas mais excluídas da população ou pelas ações individuais de cada loteador (proprietário legítimo ou não), sem o conhecimento – ou o devido respaldo – de uma maior atuação do Poder Público na contenção desses excessos ou descumprimentos da legislação (quando esta existe).

Para melhor entender a paisagem de um determinado lugar, o recurso mais coerente é pela busca das referências do passado, num exercício de resgatar as formas e os processos que ocasionaram os traçados vigentes nas cidades e aglomerados urbanos de hoje. Esse resgate da história pode ser considerado como o ponto de partida para a análise mais profunda dos diversos modos de apropriação do espaço urbano do qual vive o cidadão contemporâneo. Vislumbra-se aqui identificar os fatos históricos de modo a complementar o estudo, uma vez que o objetivo é a identificação da vivência nas áreas de fundo de vale e suas conseqüentes formas de apropriação.

A atual paisagem da cidade de Bauru-SP, ao ser comparada com o período anterior à ocupação urbana do território, mostra que os fundos de vale, hoje, continuam se configurando como um fator de permanência na paisagem, porque historicamente coincidem com as áreas contidas entre os limites das antigas fazendas dos pioneiros da região.

A partir desse fato fica fácil observar que, assim como em outras localidades, o sistema de espaços livres de Bauru também foi muito mais um resultado de empreendimentos privados do setor imobiliário do que da ação premeditada por parte do Poder Público. Ao atender os interesses de uma classe minoritária com olhos exclusivamente para o retorno do capital, ficou evidente que essa forma de produção do espaço urbano, dirigida pelos interesses privados, resultou num sistema de espaços livres que se distanciou das condições que podem propiciar melhor qualidade de vida para a população da cidade (MENNEH, 2002; p.200).

Dentro desse contexto, o sistema de espaços livres que acompanha os fundos de vale, do ponto de vista da permeabilidade social, não apresenta uma conexão física eficiente

entre um vale e outro, ou entre ambas as encostas de uma mesma bacia, o que ratifica a falta de critérios no momento da expansão urbana, aliada aos interesses de um mercado imobiliário que privilegiou camadas mais abastadas da população com empreendimentos em setores mais bem dotados de infra-estrutura. Tal mercado visou, e visa ainda hoje, à rentabilidade do solo em oposição a um planejamento mais adequado do ponto de vista do crescimento urbano e da correta ocupação de seu solo.

Por outro lado, o rápido crescimento e adensamento urbanos a partir da década de 1950, especialmente com a proliferação de conjuntos habitacionais, acabaram deixando uma estrutura de grandes vazios urbanos, formada por dois tipos de áreas: as áreas isoladas e as formações lineares irregulares de fundos de vale. O primeiro tipo se situa no meio da trama urbana ou nas extremidades da cidade, e se caracteriza por serem áreas de “*extremo interesse para as articulações funcionais, de circulação e de qualificação entre os bairros vizinhos*”<sup>28</sup>. Com esses vazios, proprietários e especuladores passaram a aguardar uma melhor oportunidade de valorização para uma futura comercialização. A outra parte de terras vazias está comprimida nas áreas de vale, uma vez que a ocupação do território, em parte ordenada pelo interesse do capital imobiliário, levou o traçado ortogonal reticulado até a beira dos corpos d’água.

Essas áreas, que foram denominadas por ALVES (2001)<sup>29</sup> como “*vazios lineares e irregulares de fundos de vale*”, possuem uma característica estratégica para o planejamento futuro da cidade porque oferecem inúmeras possibilidades, principalmente a implantação de parques urbanos. Em consonância com a conceituação posta por Alves, ressaltamos a falta de um planejamento integrado e específico, mormente pelo Poder Público local, de modo a enaltecer os rios e córregos como objetos qualificadores da paisagem urbana, o que acentuou a falta de uso desses vazios. Nos dizeres de CONSTANTINO (2005)<sup>30</sup> tais áreas se constituem como “*vazios entre lugares*”, resultado de uma paisagem tecnicamente produzida e socialmente excluída que não considerou o sistema de espaços livres como elemento estruturador da cidade.

As conseqüências para o meio urbano são graves e visíveis, desde os infortúnios causados pelas precipitações de verão até a falta de lugares apropriados para o lazer da população em geral. No entendimento desse estudo estes são os fatores de maior extensão ao longo da história da ocupação do solo bauruense cujos reflexos se estendem aos dias atuais. Nesse capítulo procura-se nortear a leitura da paisagem por meio do processo histórico da ocupação do solo urbano e revelar seus reflexos no planejamento da paisagem formada pelos córregos espremidos entre suas margens tão antropizadas.

---

<sup>28</sup> ALVES (2001; p. 200).

<sup>29</sup> Idem, p. 202.

<sup>30</sup> CONSTANTINO (2005, p. 109).

## 2.2 Formação Histórica e Processo de Ocupação

A corrente de povoamento que se fixou no chamado *sertão de Bauru*, em meados do século XIX, era composta por pioneiros, vindos de Minas Gerais, que fugiam da obrigação de serem enviados para a Guerra do Paraguai (entre o período de 1865 a 1870), ou por estarem desiludidos com as lavouras decadentes daquela região. Esses pioneiros embrenhavam-se no sertão em busca de novas terras e, como posseiros, foram os primeiros a ocupar as terras próximas ao rio de nome Bauru.

Por ser considerada como um ‘sertão desconhecido’, a região, inicialmente povoada por tribos de índios caingangues, sofreu uma intensa ocupação por posseiros, uma vez que não era abrangida por sesmarias<sup>31</sup> e seus limites eram imprecisos. Nesse processo surgiram muitos especuladores – grileiros que forjavam documentos fraudulentos sobre a posse das terras – que tinham como objetivo a negociação das terras com os plantadores de café. Entre o final do século XIX e começo do século XX, a marcha do café para o Oeste paulista estimulou a busca por riqueza fácil na região, trazendo não só fazendeiros, mas também aventureiros, grileiros, criminosos e especuladores.

Nesse mesmo período a lavoura de café colocava o Estado de São Paulo como responsável pela maior parte da economia exportadora do país e, aumentar cada vez mais a produção era a mola propulsora pela busca de novas e mais terras. Os fazendeiros, que tinham o respaldo do governo estadual, se beneficiaram das expedições científicas organizadas pelo mesmo, de modo a fazer um reconhecimento das florestas e da possibilidade de navegação de alguns rios do interior.

A primeira expedição de reconhecimento e colonização da terra foi feita em 1840, nas proximidades do Rio Batalha<sup>32</sup>, um dos principais afluentes do Rio Tietê na região. Posteriormente, a expedição científica, que tornou conhecidas as terras da região de Bauru, foi realizada pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1905, intensificando a marcha do café nessa direção. Com isso, intensificou-se o processo de ocupação das novas áreas para o plantio da lavoura cafeeira e, conseqüentemente, aumentou-se a afluência de pessoas para a região.

Apenas em 1856 foi constituída a Fazenda das Flores, propriedade localizada nas proximidades do Rio Bauru e, em 1884, seu proprietário, Antonio Teixeira do Espírito Santo, doa a primeira porção de terras à Igreja com a finalidade de formar o Patrimônio de São Sebastião do Bauru, núcleo inicial da cidade. O procedimento de doação de terras para a

---

<sup>31</sup> No Brasil colônia e no Império, a sesmaria era o instrumento legal que regulamentava a posse da terra que era outorgada pelo governo português e posteriormente pelo governo imperial; as terras que não eram doadas em sesmaria eram, teoricamente, de domínio público ou terras devolutas. Somente em 1850, quando o governo Imperial promulga a chamada Lei de Terras (Lei nº. 601, 18/09/1850) é que para todo solo fora da sesmaria dava-se o direito de conquista da terra para o primeiro que a tivesse ocupado (usucapião), cultivando-a ou não. Conforme GHIRARDELLO (1992, p.53-56;167) apud CONSTANTINO (2005, p.17): “*Em São Paulo poucos títulos se derivaram da compra, pois quase todos tinham seu direito estabelecido pela ocupação*”. “*Este novo instrumento veio a institucionalizar a propriedade privada do solo, instituindo o sistema de venda e compra e a prática de parcelar o solo para obter dele o maior rendimento possível*”.

<sup>32</sup> O Rio Batalha é o responsável por cerca de 60% do abastecimento de água para a cidade de Bauru.

formação de um patrimônio religioso era uma prática comum em todo o país e muitas cidades tiveram o seu início a partir de tais patrimônios<sup>33</sup>. A própria delimitação da área doada se fez dentro de uma área limitada pelo Ribeirão das Flores (atual Avenida Nações Unidas) e pelo Ribeirão Bauru (hoje com seu leito retificado em parte do tecido urbano) ratificando a prática de se estabelecer o núcleo urbano inicial próximo a um curso d'água.

Uma vez doado o “chão”, o arruamento do novo patrimônio obedeceu ao Código de Posturas de 1897, que estabeleceu o traçado reticulado formado por quadros de 88mx88m, com ruas de 10 metros, avenidas de 25 metros e plantio de espécies ornamentais para a arborização urbana acompanhando um plantio simétrico, além de praças e largos que obedecessem o formato simétrico, preferencialmente quadrado ou retangular quando o terreno assim o permitisse. Entretanto, o arruador não demonstrou qualquer preocupação com a situação geográfica da área: foi completamente ignorada a declividade junto aos rios ou qualquer outro ponto de relevante interesse focal do sítio natural.

Com a aprovação do Código de Posturas de Bauru<sup>34</sup> em 1906, alteraram-se as dimensões utilizadas para as avenidas (20 metros) e ruas (17 metros), onde as calçadas – com largura de 1,50 metros – surgem para separar o fluxo de pedestres do tráfego de veículos com tração animal, concordando com a legislação sanitária européia que, por sua vez, havia inspirado o Código Sanitário Estadual de 1894 e suas versões posteriores.

Em 1947, por meio do Decreto n° 25<sup>35</sup>, os loteamentos a partir desta data passaram a obedecer seus critérios para o dimensionamento das avenidas (a partir de 18 metros), vias principais (de 15 a 14 metros) e ruas secundárias (de 12 a 14 metros); além de ratificar o traçado reticular com quarteirões de 88mX88m também as praças e os largos deveriam ser sempre quadrados e retangulares se o terreno assim o permitir.

Com tais disposições ignorando a presença dos elementos naturais, a construção da paisagem urbana bauruense foi praticamente toda moldada a partir de uma malha retificada, pré-estabelecida para situações que não correspondiam àquela em particular, a qual se proliferou à mercê dos interesses econômicos do capital privado, negando veementemente a presença de uma topografia acidentada e plena de recursos naturais - hídricos e arbóreos – potencialmente favoráveis à implantação de um sistema de espaços livres integrados ao crescimento urbano.

## **Ferrovia e Café: a expansão de uma cidade**

A ocupação inicial do povoado transcorreu de maneira tímida e, ao longo do processo, dois fatores contribuíram muito para sua intensificação na região: o processo de especulação de terras por conta da expansão da cultura cafeeira e a ampliação da rede

---

<sup>33</sup> Sobre o assunto ver MARX (1989; 1991) e VILLAÇA (2001).

<sup>34</sup> BAURU, Leis e Decretos. Lei n°1 de 19/02/1906. Aprova o Código de Posturas de Bauru.

<sup>35</sup> BAURU, Leis e Decretos. Decreto n°25 de 03/06/1947. Regulamenta os artigos 1°, 2°, 3° e 4° do Código de Posturas Municipais: arruamentos e loteamentos.

ferroviária paulista. As ferrovias abriram caminho para a ocupação de muitas áreas desconhecidas no Estado de São Paulo, permitindo a consolidação das atividades agrícolas que se destinavam à exportação.

A Companhia União Sorocabana chegou a Bauru no ano de 1905, pela parte Sul da cidade e seus trilhos acompanharam as áreas alagadas do Ribeirão Bauru como forma de baratear os custos com as desapropriações necessárias para sua implantação. Normalmente, essas eram áreas que se apresentavam mais baratas e com baixa ocupação, além do que não requeriam grandes obras de engenharia para adaptar os trilhos à topografia praticamente plana<sup>36</sup>. Essa estratégia favoreceu apenas aos seus empreendedores, já que para a cidade em si, a sua localização reforçou a segregação garantida pelo relevo natural do vale. Num período onde a tecnologia demandava gastos vultosos para a solução desse tipo de problema, ainda mais num povoado encravado num sertão recém descoberto, aconteceu que os novos bairros que surgiram a Norte e a Oeste tiveram como barreiras de difícil transposição o rio, os trilhos e o pátio ferroviário, isolando-os de forma quase completa da área patrimonial<sup>37</sup>.

No mesmo ano deu-se também o início da construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, definindo Bauru como ponto de partida dos trilhos rumo ao Mato Grosso. Nesse período a cidade passou a crescer num ritmo acelerado para abrigar os funcionários da nova empreitada que, se de um lado isso representava o “progresso do sertão”, por outro, a inserção de mais uma ferrovia na trama urbana reforçou os problemas causados pela Sorocabana, completando o isolamento do futuro setor Norte com o Patrimônio no setor centro-Sul.

Já em 1910, a ferrovia Paulista chegaria pelo lado Leste, cortando as principais vias da cidade, ocasionando, inclusive, o fechamento de algumas ruas. Com a disposição da linha férrea praticamente paralela também ao Ribeirão Bauru, o reforço da barreira que dividiu a malha urbana completou a segregação dos dois setores da cidade, o que, de certa forma, acentuou mais ainda a segregação já existente dos setores Oeste e Norte em relação ao núcleo central pela topografia de fundo de vale, reforçando a dicotomia Sul-próspero e Norte-periferia. Assim estava determinado o desenho do grande pátio ferroviário, que por décadas tem se configurado como um dos grandes vazios urbanos da cidade. Paralelamente a isso, o desmatamento das áreas de mata nativa era intensificado pela extração de madeira para a construção de dormentes das linhas férreas e para combustão nas máquinas movidas a vapor.

Com a produção de café em alta e a ferrovia instalada, acelerou-se o crescimento da cidade, com considerável aumento da população urbana nesse período, passando de três mil habitantes em 1910 e chegando a 15 mil em 1920.

Nesse período, a classe menos favorecida – boa parte composta de trabalhadores das ferrovias e das primeiras indústrias<sup>38</sup> que se instalavam na cidade – fazia surgir os primeiros

---

<sup>36</sup> CONSTANTINO (2005; p.21).

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> O setor industrial da época compunha-se basicamente de fábricas de: caramelos, ladrilhos, guaraná, carne seca, meias, moveis, bebidas, sabão, vassouras, macarrão e gelo (ERCILLA & PINHEIRO, 1928: p. 169; 187).

bairros operários, além das linhas férreas, loteados por antigos proprietários rurais. A ocupação territorial foi ocorrendo através de sucessivos fracionamentos da terra e pela forma de transmissão de suas parcelas<sup>39</sup>. Enquanto as glebas tinham como limites um curso d'água e demais propriedades rurais, o arruador, que se submetia ao Código de Posturas (1897), tomava por base um dos limites rurais retílineos, preferencialmente aquele que acompanhasse os pontos cardeais, lançando a retícula sobre o terreno e fazendo as adaptações necessárias.

Segundo CONSTANTINO<sup>40</sup> o Poder Público Municipal não teve controle sobre a expansão ocorrida com o parcelamento das glebas, uma vez que, somente foram submetidos à aprovação após estarem implantados. Em sua grande maioria, o parcelamento do solo em lotes urbanos foi comercializado pelos próprios proprietários, por empresas imobiliárias ou pela Companhia Habitacional de Bauru (COHAB) criada em 1966. Novos bairros eram abertos e comercializados sem infra-estrutura básica, prática comum no país:

*“As disputas pela apropriação das rendas imobiliárias determinam, em grande parte, os destinos das cidades e de seu desenvolvimento. Trata-se de uma luta surda, praticamente ignorada pela quase totalidade da população embora ela participe cotidianamente dela”*<sup>41</sup>.

A composição de terras brancas – arenosas – capaz de resistir, no máximo, “a uma cultura em pequena escala (arroz, milho, algodão) e eventuais pastos naturais”<sup>42</sup> somados à excelente posição geográfica, com localização no centro do Estado de São Paulo foram motivos suficientes para que o setor terciário se desenvolvesse favorecido pelos migrantes com tradição no comércio que ali se instalaram:

*“(...) o núcleo urbano que se formou em torno do entroncamento ferroviário jamais dependeu para suas atividades essenciais – comércio e prestação de serviços – da própria agricultura e sim de suas ligações com vastas regiões e com a massa operária de seu parque ferroviário (...)”*<sup>43</sup>.

---

Em 1923 a cervejaria Antartica instalou-se na cidade e foi anunciada nos jornais da época como “*uma grande fábrica de cervejas, gelo, águas minerais e outras bebidas, mais um frigorífico*” (ERCILLA & PINHEIRO, 1928: p. 86).

<sup>39</sup> A partir de pesquisa desenvolvida por CONSTANTINO (2005), pôde-se observar que “*no caso de Bauru, o processo de parcelamento do solo aconteceu a partir do interesse da iniciativa privada em lotear as glebas das antigas fazendas principalmente para fins residenciais, na proximidade de caminhos, acessos importantes para o núcleo urbano original*” (p.26). O antigo desenho das fazendas revela que os seus limites eram conformados pelos espigões, ou seja, pela linha do divisor de águas entre duas bacias hidrográficas secundárias. Para os fazendeiros mais ricos essa forma era interessante para se ter acesso ao cume (cultivo do café) e ao vale (criação de gado). As primeiras fragmentações das glebas acontecem nas partes mais baixas dos vales – alagáveis – e nas inferiores das encostas; essas primeiras fragmentações das glebas foram adquiridas por imigrantes espanhóis, italianos e japoneses que, trabalhando na lavoura, puderam comprar seu primeiro pedaço de “chão” em terras estrangeiras. A fim de assegurar o cume e o vale, as glebas eram divididas com uma linha perpendicular ao curso d'água para que todos tivessem acesso à água. Essas marcas ainda se fazem permanentes na paisagem da cidade, uma vez que o território é todo recortado por córregos que deságuam no Rio Bauru e este, por sua vez, atravessa toda a malha urbana.

<sup>40</sup> CONSTANTINO (2005; p.36).

<sup>41</sup> MARICATO (2001: p. 83) apud SANTOS (2006a: p.6).

<sup>42</sup> MORAES (1988, p.86).

<sup>43</sup> Idem.

Com tanta gente chegando, a cidade se expandiu para além das áreas ribeirinhas e da ferrovia, até então, pouco ou nada ocupadas<sup>44</sup>. Esse crescimento ocasionou, a exemplo de outras cidades do país, a contínua impermeabilização de ruas e terrenos, e mais gravemente ainda, a posterior canalização ou retificação dos leitos dos principais cursos d'água que cortavam a cidade. Essa “necessidade” de canalizar os rios vinha acoplada aos ideais higienistas que eram aplicados em algumas cidades, vistos como um sinal de modernidade e progresso.

O paradigma higienista aplicado no Brasil contribuiu para a reformulação dos planos urbanísticos de diversas cidades e, no intuito de se evitar as epidemias, os sanitaristas incentivavam a derrubada das matas que circundavam as cidades, a construção de avenidas ao longo dos cursos d'água e, principalmente, a canalização dos rios, retificando-os e despindo suas margens das matas ciliares. Algumas reportagens vinculadas em jornais da época se manifestaram a favor da canalização do Ribeirão Bauru e do Córrego das Flores justamente por suas freqüentes enchentes nas áreas centrais e pela poluição de suas águas devido ao esgoto lançado *in natura*, sendo esta última, ainda permanente em boa parte dos córregos da cidade e em sua totalidade no Rio Bauru.

Com a necessidade de sanear para solucionar o problema das enchentes concorda-se que o ato de canalizar e esconder os rios em virtude do embelezamento da cidade fez com que o processo de urbanização não incorporasse o papel estruturador da paisagem em relação aos rios<sup>45</sup> e, aliado a isso, enfatiza-se a ausência de uma cultura entre a população local que entendesse a permanência desses elementos naturais como a base para uma melhor qualidade de vida intra-urbana. Assim, os rios urbanos eram vistos pela maioria – líderes políticos, técnicos e cidadãos comuns – como empecilhos ao crescimento e desenvolvimento da cidade. O Rio Bauru, ao ser canalizado em grande extensão do território urbano, atendeu às necessidades de transposição de suas margens, mas, com isso “perdeu-se a oportunidade de inseri-lo na paisagem da cidade”, deixando de atribuir-lhe um valor estético e de valorizar a forma, a história e a individualidade do lugar<sup>46</sup>.

Os elementos determinantes para a composição dos espaços livres da cidade foram identificados neste trabalho como: o parcelamento aleatório e descontínuo do território; a implantação da ferrovia e sua posterior estrutura formada pelo parque ferroviário; e a desconsideração das onze sub-bacias do Rio Bauru. Inerentes ao espaço urbano, estes elementos, ao serem somados, revelam uma malha urbana retificada e com grandes vazios urbanos em seus interstícios. É nesta estrutura que se estabelecem os demais componentes do sistema de espaços livres: ruas, calçadas, quintais, jardins, praças, parques, entre outros.

---

<sup>44</sup> O alto custo dos terrenos nas áreas centrais fez com que a grande maioria da população procurasse alternativas para estabelecer sua moradia. Desse modo, foram ocupadas as áreas isentas de infraestrutura e de difícil acesso que ficavam fora do perímetro urbano e conseqüentemente eram mais baratas.

<sup>45</sup> CONSTANTINO (2005; p. 42-43; 54-57).

<sup>46</sup> Idem, p. 56.

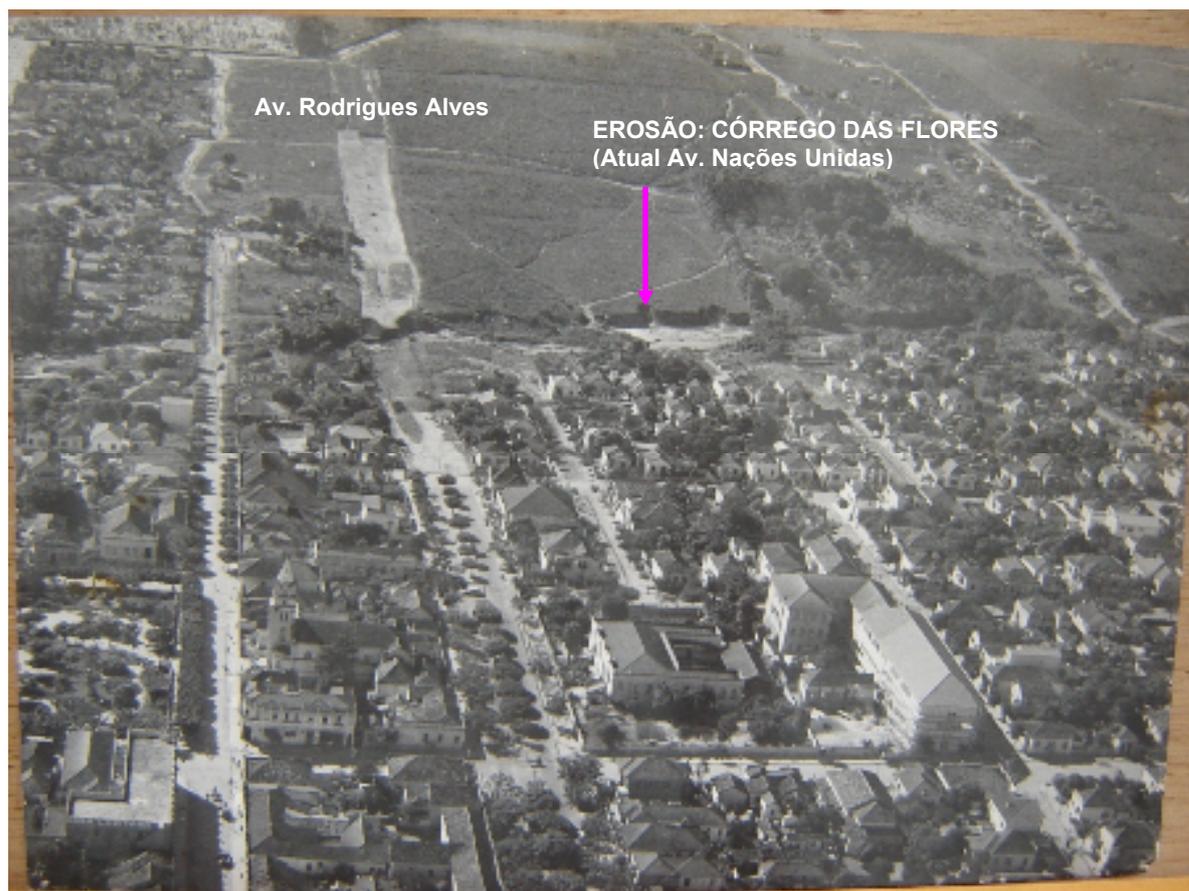


Figura 4: Bauru: vista aérea – ano de 1957. Ao centro, a Avenida Rodrigues Alves pavimentada até a margem do Córrego das Flores (onde há erosão); ao fundo e à direita, terreno do atual bairro de Higienópolis; ao fundo e à esquerda, o Cemitério da Saudade; ao centro, prédio do Colégio São José, antiga Faculdade de Filosofia. Fonte: Acervo NUPHIS-USC.

A legislação que prevaleceu nos diferentes períodos da expansão e ocupação do território urbano de Bauru não contribuiu para uma ordenação do crescimento e melhor aproveitamento das áreas possuidoras de infraestrutura urbana. O próprio poder local padeceu de sua ausência – foi obrigado a arcar com o ônus de arruamentos e melhoramentos – garantindo assim um caráter permissivo onde os interesses privados prevaleceram sobre a benfeitoria para a coletividade. Ao analisar a legislação que ordenou o parcelamento do solo nesse período, abstrai-se que, ainda com relação ao traçado urbanístico da cidade, o Código de Posturas, proposto em 1928, era disciplinador apenas quanto às edificações; e quanto ao parcelamento do solo, este era bastante liberal. Para os loteadores essa indiferença era um negócio altamente lucrativo, pois não eram exigidos plantas e perfis dos terrenos<sup>47</sup>, doação de áreas verdes ou institucionais, e nem mesmo obras de infra-estrutura básica. As poucas determinações que havia se dirigiam às dimensões de ruas e avenidas.

<sup>47</sup> Essas exigências passaram a ser obrigatórias a partir do Decreto Municipal nº25 de 03/06/1947.

Dessa forma, “nas áreas cortadas pelos fundos de vale, ferrovias ou de topografia acidentada, foram criados muitos loteamentos sem qualquer relacionamento com as frações urbanas contíguas, quando existentes, buscando sempre o máximo aproveitamento das glebas”<sup>48</sup>. A justaposição dos novos traçados nem sempre ocorria, uma vez que, a malha de xadrez não permitia um crescimento contínuo da cidade, “obrigando às futuras administrações custosas desapropriações para a regularização ou abertura de vias”<sup>49</sup>.

Entre o período de 1929, com a crise do café, até meados de 1935 houve uma considerável queda do crescimento urbano<sup>50</sup> de Bauru, que apenas vai ser retomado com a cultura do algodão. A cultura do chamado “ouro branco” fez com que a região de Bauru se destacasse como maior produtora de algodão do país, com suas beneficiadoras instaladas ao longo das linhas férreas. Por volta de 1933, a firma norte-americana *Anderson, Clayton & Cia* instalou uma fábrica de óleo de algodão na cidade o que incentivou outras empresas a implantarem seus galpões como, por exemplo, as Indústrias Reunidas Matarazzo.

No entanto, se para a cultura do café o solo revelou sua fragilidade<sup>51</sup>, a era do algodão não foi tão duradoura como se esperava. Em 1939, com a 2ª Guerra Mundial, a exportação do produto ficou comprometida, reforçando a vocação para o comércio<sup>52</sup> e a prestação de serviços, consolidando-se como um centro de referência na região.

## **2.3 A Consolidação e Adensamento dos Novos Bairros: a Ininterrupta Ocupação das Áreas Alagáveis dos Córregos**

A expansão da ocupação se deu basicamente impulsionada por duas situações: a primeira, em função da minoria abastada que compunha parte da população, enfatizando o crescimento urbano com grandes investimentos em infraestrutura e saneamento nas áreas centrais – correspondentes à área do Patrimônio – e posteriormente em direção à zona Sul da cidade. A segunda forma de expansão foi a disseminação de núcleos habitacionais como resposta aos altos preços das terras pertencentes às áreas centrais da cidade.

Em Bauru, no ano de 1929 foi lançado o primeiro bairro com traços da ideologia de cidade-jardim, porém com as mesmas características dos demais loteamentos implantados

---

<sup>48</sup> Idem p.43.

<sup>49</sup> Idem p.44

<sup>50</sup> População urbana em: 1930 = 22.733 habitantes (Fonte: Correio da Noroeste, 05/04/1925); 1935 = 27.945 habitantes (Estimativa SEPLAN). Fonte: BAURU, 1996; p.17.

<sup>51</sup> As camadas mais superficiais foram suficientemente férteis para sua cultura, porém, a composição ácida e arenosa – mais profunda – obrigou os fazendeiros a procurarem terras mais férteis (terra roxa) nas regiões próximas da cidade.

<sup>52</sup> “(...) em 1925, Bauru tinha 263 casas de negócio que exploravam o comércio de fumo, tecidos, jóias, chapéus, calçados, armas, conservas, bebidas, além de cinco farmácias (...); além de fotógrafos e tipógrafos” (MORAES, 1988:p.87).

na cidade até aquela data. Assim nascia o Jardim Bela Vista<sup>53</sup>, localizado numa encosta, com um traçado em xadrez e sem maiores recomendações quanto às áreas livres ou recuo das edificações. Mesmo sendo noticiado na imprensa local como bairro de “... belas residências particulares”<sup>54</sup>, o tipo de construção obedecia ao que era proposto pelo Código de Posturas de 1928, que, por sua vez, em nada se aproximava do que era proposto a um legítimo bairro-jardim, ou seja, as construções continuavam confinadas no lote, com tímidos recuos frontais e com algumas edificações no estilo *bungalow*. O bairro acabou sendo ocupado pela classe trabalhadora, uma vez que, as dificuldades de acesso devido aos alagamentos no acesso ao centro da cidade e a ausência de infra-estrutura não atraíram as classes mais abastadas, público alvo do empreendimento. Mesmo assim sua implantação foi um sucesso.



Figura 5: Vista panorâmica de Bauru – Ano de 1925. Ao fundo, a antiga igreja Matriz do Divino Espírito Santo no centro. Em primeiro plano, no terreno, atualmente encontramos o Jardim Bela Vista. Fonte: Acervo NUPHIS/USC.

O surgimento de novos bairros e vilas continuou a agregar a idéia de “jardim” para vender o sonho de bairros modernos e agradáveis, porém sem apresentar qualquer inovação urbanística no traçado ou no oferecimento de praças ou áreas verdes significativas.

Em 1948, o Parque Vista Alegre<sup>55</sup> destacou-se por levar em conta a paisagem natural da sua localização e pela presença de ruas curvilíneas que se destacaram na malha urbana ortogonal, tomando proveito dos acidentes topográficos do lugar. Entretanto, o bairro foi ocupado em grande parte por operários de uma fábrica de óleo, novamente revelando a

<sup>53</sup> Jardim Bela Vista: Área: 8 alqueires, divididos em 311 lotes para uso residencial. Principal praça do bairro: Praça dos Expedicionários, implantada em 1957, com área de 2.930,22m<sup>2</sup>. In: CONSTANTINO (2005; p.50).

<sup>54</sup> Diário de Bauru, 25-03-1948. In: CONSTANTINO (2005; p.50)

<sup>55</sup> Parque Vista Alegre: Área: 458.666,00 m<sup>2</sup>, com lotes de 240 a 500m<sup>2</sup> para uso residencial e com 8.780,00 m<sup>2</sup> de área para praças. Principal praça do bairro: PRAÇA DAS ORQUIDEAS, com área de 6.893,00 m<sup>2</sup> (uma quadra que foi reservada para tal fim). Idem, p.51.

falta de procura por pessoas de classes mais abastadas em empreendimentos nas áreas além do centro urbano.

### **2.3.1 A zona Sul e o vetor de crescimento da classe média**

Enquanto os bairros populares surgiam em empreendimentos inicialmente destinados às classes mais abastadas da cidade, a zona Sul por excelência se expandia cada vez mais, principalmente pela concentração de famílias detentoras de capital e poder político, e de bairros concebidos com a proposta de alto grau de urbanização. Além disso, a construção do Aeroclub de Bauru em 1938<sup>56</sup> e a inauguração do novo serviço de água de Bauru em 1942 constituíram-se nos novos vetores de crescimento urbano, atraindo novos loteamentos nas suas proximidades devido à expansão da infraestrutura urbana.

Com o intuito de atrair a atenção da classe média, novos empreendimentos foram lançados na região. Para isso foi usado o modelo dos “Jardins” implantados na cidade de São Paulo, mas tal semelhança restringiu-se somente à nomenclatura: Jardim América, Jardim Europa e Jardim Paulista<sup>57</sup>. Ao contrário da proposta paulistana, onde os lotes atingiam em média 1.450 m<sup>2</sup> dispostos em ruas sinuosas com jardins internos às quadras para uso coletivo dos moradores, a implantação bauruense confinou lotes de 250 m<sup>2</sup> a 400 m<sup>2</sup>, com recuos frontais e ao fundo, a uma malha reticulada e sem reserva maior de área verde além da exigida pela legislação local. Os loteadores desses empreendimentos também não tinham interesse por tal benefício e quase sempre os novos bairros “eram abertos em glebas ainda não urbanizadas, imersas na natureza”<sup>58</sup>. Em algumas ocasiões a implantação das praças somente ocorreu devido à degradação do solo por uma erosão como foi o caso da Praça Palestina localizada no Jardim América, zona Sul da cidade.

Um desses exemplos se dá pelo plano de urbanização do bairro Residencial Jardim Estoril I, projeto de 1958, do arquiteto Fernando Pinho, para um bairro residencial implantado como um prolongamento do traçado da cidade em uma área de propriedade particular de sua família, com “grandes espaços livres e arborizados e áreas destinadas à implantação de parque infantil, igreja, concha acústica, cine teatro e pequeno centro comercial” (PUPIM, 2007: p.28). O traçado das quadras fugia do padrão da grelha regular do restante da cidade, onde adotou o traçado de quadras retangulares de 150m x 60m, que resultaram da modulação ideal considerada pelo arquiteto para o tamanho dos lotes, 30m x 12m. À dimensão e formato das quadras somava-se outro fator importante que conformava

---

<sup>56</sup> Até o início da presente década, o Aeroclub cedeu seu espaço para o funcionamento do Aeroporto, que, atualmente, opera fora da cidade, no limite dos Municípios de Bauru-SP e Arealva-SP. O Aeroclub ainda continua com suas funções específicas como a prática de vôos a vela, passeios turísticos e na formação de novos pilotos, funcionando também como “garagem” de algumas aeronaves particulares.

<sup>57</sup> “A cidade de São Paulo, um dos grandes referenciais e geradora de padrões urbanísticos brasileiros, é a síntese de um processo sócio-econômico geral do país, que se representa formalmente em escalas diversas nos grandes centros e nas cidades de porte médio. Isto é, centros com maior influência sócio-cultural geram valores estéticos e de uso do espaço urbano, servindo de ‘modelo’ para estas cidades”. LANDIM (2001; p.2)

<sup>58</sup> CONSTANTINO (2005; p.53)

o desenho do traçado do bairro: os limites do terreno, que orientaram o sentido distinto de algumas das ruas em relação à ortogonalidade da malha existente, originaram quadras de formatos irregulares e pequenas “ilhas” descendentes de sobras de terreno que foram então tratadas como áreas verdes ou receberam alguns dos programas não-residenciais descritos anteriormente.

Moldados sob os interesses particulares imobiliários, os novos bairros de Bauru nasciam sem qualquer tipo de planejamento ambiental. A reserva de áreas para fins institucionais e áreas verdes não era respeitada na maioria dos casos. A legislação que regia os novos loteamentos padecia do ideário em que era necessário desmatar para construir; acatava-se sobre a disposição dos arruamentos próximos aos cursos d’água, contudo não se incorporavam maiores preocupações com relação à proteção de suas águas e da mata ciliar.

O diagnóstico que se faz hoje desses bairros, os quais se diziam seguir as linhas da cidade-jardim *Howardiana*, é que são tão retilíneos quanto o resto do desenho da cidade, com uma ou outra rua com grau de arborização satisfatório, porém com índice de ocupação muito menor se comparada à própria área central ou aos bairros de periferia.

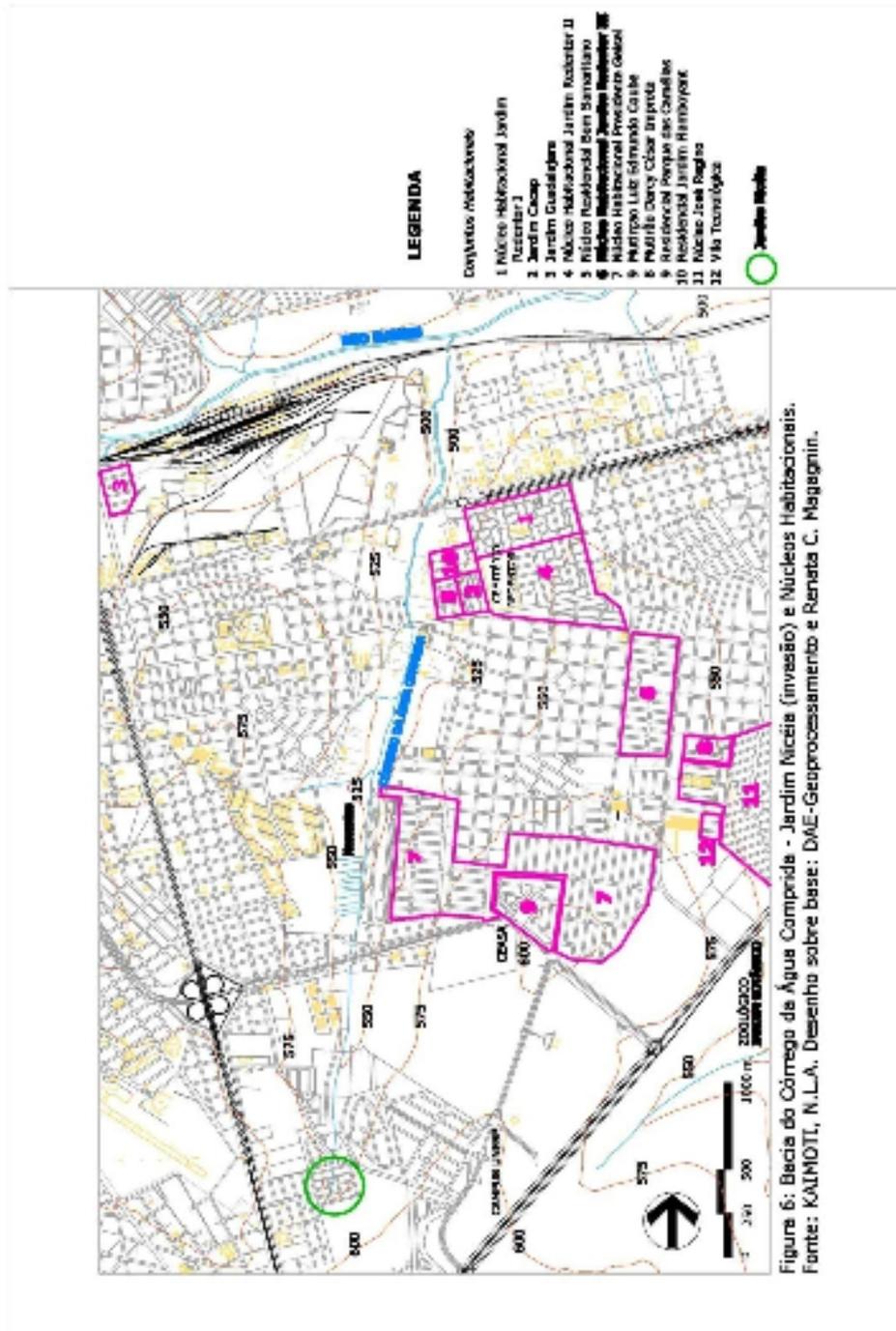
### **2.3.2 Os Núcleos Habitacionais e a proliferação dos vazios urbanos**

A partir da década de 1950, os rumos da urbanização mudaram de direção e de foco. Com o êxodo rural para os centros urbanos, aumentaram-se as taxas de urbanização destes últimos e a estratégia a ser seguida era a dos planos regionais. Já no final da década de 1960, a cidade de Bauru dispunha do seu primeiro Distrito Industrial<sup>59</sup>. Para atender ao acúmulo de população que chegava para trabalhar, recorreu-se à Cooperativa Habitacional de Bauru – COHAB. Acompanhando o Plano Nacional de Habitação de 1964, a COHAB, criada em 1966, reproduziu o modelo aplicado em todo o país: unidades habitacionais localizadas nas periferias da cidade, sem a participação comunitária, com casas idênticas prontas por empreiteiras sem levar em conta qualquer particularidade no que se referia à topografia, características culturais locais ou sociais<sup>60</sup>. Essa periferização em prol da casa própria desconsiderou a paisagem natural existente tanto no que refere ao relevo como às áreas alagáveis e aos cursos d’água.

---

<sup>59</sup> Nos anos 60/70 “a industrialização do interior do estado foi incentivada, passando a ter papel decisivo na economia destes municípios, seja por meio de benefícios fiscais, ou ainda pela criação por parte das municipalidades de distritos industriais, os quais facilitarão, tanto espacialmente quanto fisicamente, a instalação de indústrias. Estes em geral ocupam vastas glebas de terra vizinhas ao limite da cidade e/ou ao longo das rodovias”. LANDIM (2001; p.55). Em Bauru-SP, o crescimento no setor industrial foi mais significativo na década de 1980 se considerarmos que 47,3% dos estabelecimentos industriais iniciaram suas atividades neste período (BAURU, 1996: p.54).

<sup>60</sup> BONDUKI (1998) apud CONSTANTINO (2005; p.60).



Em Bauru, os primeiros núcleos habitacionais surgiram nos anos de 1960 totalizando cinco núcleos de pequenas dimensões, sem causar grandes contrastes com o entorno ao qual pertenciam. Na área onde se define o recorte de estudo deste trabalho, pode-se citar o Jardim Redentor como o primeiro empreendimento implantado pela COHAB, com a construção de 452 casas populares. Mesmo possuindo ruas estreitas – em média de 8 a 10 metros – foi o bairro que apresentou um cuidado maior em relação à existência de espaços livres de uso comum, com a implantação de seis praças internas. As edificações obedeceram a um recuo frontal de 3,00m, em lotes de 9mx20m. Posteriormente, em 1973, iniciou-se o Jardim Redentor II, com 661 casas em lotes de 200m<sup>2</sup>, ainda obedecendo ao mesmo padrão de desenho do empreendimento anterior.

Na década de 1970 foram criados onze núcleos habitacionais de interesse social, espalhados pela cidade, em especial nas zonas Norte, Leste e Oeste. Dessa vez, a implantação dessas unidades alterou a paisagem urbana radicalmente, uma vez que modificou as características da ocupação urbana e contribuiu com a formação de grandes vazios urbanos. A pouca provisão de acessos ou a precariedade destes apresentou-se como um fator determinante da ociosidade de algumas áreas. Aliados a isto, estão ainda vários outros fatores, tais como a falta de infraestrutura, de saneamento e de equipamentos sociais. Em muitos casos o problema da distância da área central ou do local de trabalho foi agravado com a falta de transporte coletivo. Outro aspecto a ressaltar na questão da ocupação do solo urbano é a reserva de valor. Especuladores imobiliários ou pequenos proprietários não utilizavam nem comercializavam suas glebas à espera de valorização ou para defenderem-se de oscilações de ordem econômica.

Os núcleos habitacionais se caracterizaram como verdadeiras “ilhas” de grande densidade populacional, e demandavam melhoramentos, acessos e serviços<sup>61</sup>. Ao encontrar os córregos que cortavam a malha urbana, esses loteamentos invadiram as áreas ribeirinhas que, ao invés de qualificar o projeto, foram consideradas barreiras naturais que dificultavam a acessibilidade dos moradores. Outro exemplo dentro da nossa área de estudo é o Núcleo Habitacional Presidente Geisel, aprovado em 1979, o maior dentre eles, com 2.222 casas. Além de se limitar com o Córrego da Água Comprida, caracterizou-se por ser implantado fora da malha urbana ocupada e com baixa taxa de ocupação.

Esse estigma em relação às áreas naturais perdura até os dias atuais e os próprios moradores, em sua maioria, não se identificam com a paisagem natural ali encontrada. Paisagem essa que foi paulatinamente sendo moldada em decorrência da implantação desses conjuntos habitacionais de baixa renda nas periferias da cidade – devido à procura

---

<sup>61</sup> Até a década de 1970 os loteamentos eram regulamentados pelo Decreto Lei nº 58, de 1937 e os custos da sua implantação acabavam por serem assumidos pelo Município, em benefício do proprietário. Em fins da década de 1970 os loteamentos passaram a ser regulamentados pela Lei Federal nº. 6766/1979, que estipulou porcentagens de áreas públicas e melhoramentos mínimos a serem implantados sob responsabilidade do loteador. Mas somente em 1982, com a Lei Municipal nº. 2339/82, que se regulamentou o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de modo que a implantação de loteamentos passou a seguir critérios mais coerentes tanto na escolha das áreas públicas, quanto na implantação do empreendimento impondo maiores encargos ao loteador e exigindo garantias reais de execução das obras de infra-estrutura e melhoramentos.

por terras mais baratas – e que acabavam exigindo infra-estrutura e equipamentos públicos e, conseqüentemente, atraíam a ocupação de áreas adjacentes. Esse “modo de morar” definiu o crescimento espraiado da cidade e, com exceção da região Sul, influiu no crescimento dos demais setores, além de acentuar o processo erosivo nas áreas ribeirinhas em decorrência da derrubada da cobertura vegetal.

TABELA 1: Implantação dos núcleos habitacionais na Bacia do Córrego da Água Comprida.

Referência no Mapa*	Bairro	Ano de Aprovação	Tipo	Nº unidades
1	N. Hab. Jardim Redentor I	1968	Conjunto residencial	472
2	Jardim Cecap	1969	Conjunto residencial	100
3	Jardim Guadalajara	1970	Conjunto residencial	72
4	N. Hab. Jardim Redentor II	1973	Conjunto residencial	662
5	N. Res. Bom Samaritano	1977	Conjunto residencial	105
6	N. Hab. Jardim Redentor III	1978	Conjunto residencial	132
7	N. Hab. Presidente Geisel	1979	Conjunto residencial	2222
8	Mutirão Luiz Edmundo Coube	1983	Mutirão	88
9	Mutirão Darcy César Improta	1984	Mutirão	157
10	Mutirão Primavera	1988	Mutirão	100
11	Núcleo José Regino	1993	Conjunto residencial	1014
12	Vila Tecnológica	1996	Conjunto residencial	88

( \* ) Ver Figura 6.

Fonte: BAURU (1996); SEPLAN.

Acompanhando as mudanças do planejamento urbano brasileiro, em 1967 foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade. Como principal meta desse instrumento estava o desenvolvimento econômico e social da cidade por meio do planejamento urbano, reafirmando a aptidão da cidade em assumir papel de grande importância no momento em que o setor industrial buscava novos campos no interior do Estado de São Paulo.

Uma de suas preocupações se deu em relação ao grande número de loteamentos espalhados de forma desordenada pela malha urbana, com baixa densidade de ocupação, comprometendo a paisagem natural com as erosões, sobretudo próximo aos cursos d'água.

Para tanto, já se previa uma organização geral da cidade em faixas de desenvolvimento territorial como forma de garantir com maior eficácia os serviços públicos oferecidos. Assim, a implantação de um sistema viário que conectasse os diferentes setores

segregados pela ferrovia era uma maneira de atingir às densidades satisfatórias, conforme as zonas de uso propostas.

No que diz respeito aos espaços livres públicos, criticava-se o estado de abandono das áreas que eram destinadas às praças e propunham-se parques de recreação nas áreas de fundos de vale. Entretanto, a proposta preocupou-se apenas em atender os aspectos funcionais, ignorando os valores culturais e naturais desses lugares.

A exemplo do que ocorreu com os planos diretores de inúmeras cidades, o plano de 1967 caiu no esquecimento e muitas de suas recomendações foram ignoradas.

### **2.3.3 Os Condomínios Fechados Verticais e Horizontais**

Com os avanços tecnológicos alcançados na construção civil, consideravelmente pelo uso do concreto armado, a partir dos anos de 1939 e 1940 até o início da década de 1950 surgiram os primeiros edifícios na área central e, posteriormente, a sua dissipação para outros pontos da cidade, particularmente na zona Sul.

Inicialmente, esses primeiros edifícios eram destinados ao comércio ou uso misto, porém passando rapidamente nos períodos seguintes a abranger o uso residencial. A partir da década de 1990 começam a aparecer na cidade conjuntos residenciais para a classe média, com edifícios de quatro pavimentos implantados dentro de uma grande quadra, com área de lazer comum em forma de condomínio. Com o primeiro exemplo desses empreendimentos construídos pela iniciativa particular – o Parque Residencial Jardim das Camélias<sup>62</sup> e o Jardim Flamboyant<sup>63</sup> – houve um interesse crescente por conjuntos residenciais deste tipo em glebas encravadas na malha urbana por estarem próximas da infraestrutura já instalada e com facilidades de acesso.

O empreendimento acima citado, juntamente com o Núcleo Geisel, direcionou para a região (Leste) o vetor de crescimento da cidade. A implantação dos edifícios – apesar das medidas diminutas se comparadas ao padrão dos demais apartamentos da época – trouxe para a área uma camada da população, composta em grande parte por pessoas de classe média, o que impulsionou o surgimento de áreas comerciais e institucionais na região.

A presença de áreas livres dentro do empreendimento, somadas às medidas de segurança, favoreceu sua ocupação e apropriação e o sucesso do empreendimento estimulou a construção de novas residências em outros setores da cidade. Os bairros próximos aos empreendimentos também se beneficiaram, pois passaram a ter em suas imediações serviços antes exclusivos da área central da cidade.

---

<sup>62</sup> São 720 unidades distribuídas em edifícios de quatro pavimentos.

<sup>63</sup> São 640 unidades distribuídas na mesma condição acima descrita.

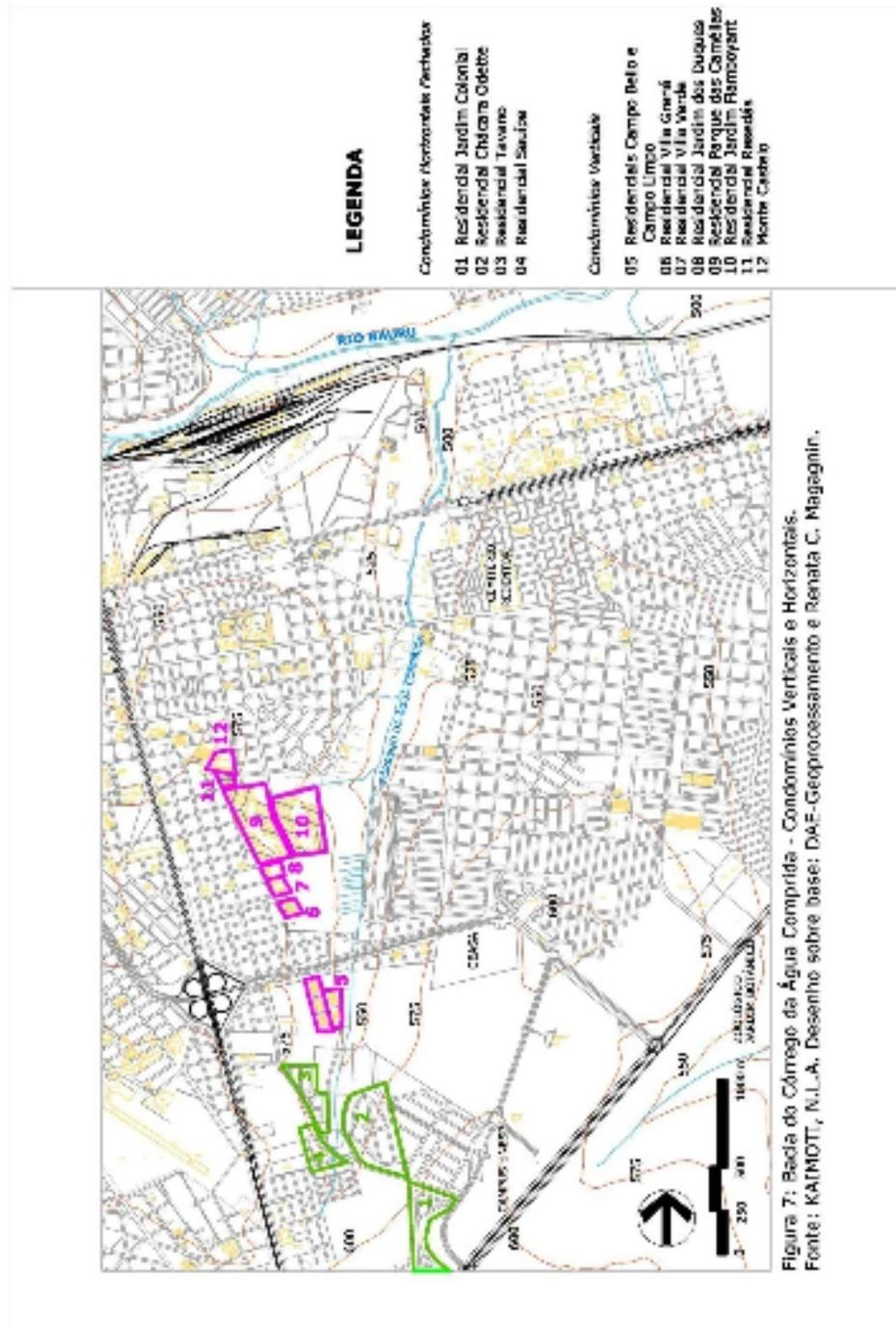




Figura 8: Rua comercial próximo ao Parque das Camélias. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

Por outro lado, a presença do Parque das Camélias na região também agregou valor ao “m<sup>2</sup>” construído fazendo com que novos condomínios verticais – e posteriormente os horizontais – se instalassem ao longo da bacia. A paisagem do local ficou dividida em duas situações: de um lado a esparsa verticalidade da classe média e do outro, a horizontalidade adensada das camadas mais baixas da população marcada pelos núcleos habitacionais.

Em outra situação, a grande concentração de edifícios acima de cinco pavimentos partiu da área central para as zonas Sul, Sudeste e Sudoeste da cidade, em grande parte visando atingir às classes mais abastadas. Ao contrário da horizontalidade predominante nas áreas ocupadas pelos conjuntos habitacionais e bairros populares das partes Leste, Nordeste, Norte, Noroeste e Oeste, a paisagem verticalizada se concentrou da área central em direção à zona Sul. Como vimos anteriormente, o prolongamento da Avenida Nações Unidas e a construção do Aeroporto (atual Aeroclube de Baurópolis) marcaram consideravelmente a valorização imobiliária dessa região da cidade, expandindo tanto a oferta de moradias em condomínios verticais como também a implantação de condomínios fechados horizontais de alto padrão a partir dos anos 1990:

*“Na última década do século 20, o condomínio fechado passa a ser o local de moradia das elites. Localizado fora dos limites urbanos, induz o crescimento da cidade naquela direção, impulsionando a dotação de infra-estrutura urbana em gleba de terra próximas ao mesmo. São espaços de exclusão, onde, a princípio, a classe dominante isola-se em uma área murada, com guaritas, distante de toda a problemática urbana dos tempos atuais (...).”*<sup>64</sup>

<sup>64</sup> LANDIM (2001; p.58).

Ao longo da Bacia do Córrego da Água Comprida alguns desses empreendimentos<sup>65</sup> foram implantados e, se comparados aos que se localizam em áreas da zona Sul, não tiveram a mesma relevância em vendas ou em disseminação. Enquanto os loteamentos fechados ao longo do prolongamento da Av. Getúlio Vargas multiplicaram-se velozmente, a ocupação da área deste estudo não acompanhou sua evolução. Além de não estar numa área predominantemente de classe média alta, supõe-se que a presença da comunidade do Jardim Nicéia – considerada como *favela* – e da área de mata nativa do cerrado sejam os fatores que impedem a valorização comercial do lugar. Sobre esse assunto se verá mais informações no capítulo seguinte.

O fato é que essa “elitização” do espaço urbano, além de reforçar a segregação sócio-espacial, acentuou, tanto quanto a implantação dos conjuntos habitacionais pela malha urbana, os problemas que se referem às questões ambientais. Os processos erosivos nas cabeceiras dos córregos continuaram a ser um problema não controlado, apesar de esforços do Poder Público e de organizações não-governamentais na tentativa de conter ou amenizar os estragos que perduram até os dias atuais.

## **2.4 A Questão Ambiental e a Legislação: Como Ficam os Espaços Livres Públicos?**

No processo de crescimento e urbanização da cidade as questões ambientais foram praticamente desconsideradas desde o primeiro arruamento, com avanços somente após o advento da Lei Federal nº. 6766 de 1979 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano)<sup>66</sup>, que exigiu a reserva de áreas verdes e instituiu áreas não edificantes ao longo dos corpos d’água e das áreas sujeitas às inundações.

Assim como em outros municípios, a inobservância da legislação municipal, estadual e federal proporcionou descaso nas questões relacionadas à fragmentação do solo urbano. Com o descumprimento dessas leis, a cidade cresceu ao sabor dos interesses do capital imobiliário, por meios nada favoráveis à preservação do suporte bio-físico e ao desenvolvimento ordenado do território. A falta de obrigatoriedade de reserva para áreas institucionais implicou no uso das áreas destinadas às áreas verdes (reserva de 10%) para atender a demanda por equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer (CONSTANTINO, 2005:73)<sup>67</sup>.

Em Bauru, a Lei Municipal nº 2.339 de 1982 impôs regras ao parcelamento do solo, com exigência de reserva de áreas verdes (10%) e áreas institucionais (5%), assim como a

---

<sup>65</sup> Condomínios Residenciais: Chácara Odette, Tavano, Sauípe e Jardim Colonial.

<sup>66</sup> BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº. 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

<sup>67</sup> No caso de Bauru, as áreas verdes já eram exigidas desde o Artigo nº. 8 do Decreto Municipal nº.25 de 03 de Junho de 1947.

implantação de infra-estrutura, melhorando a condição dos novos empreendimentos. O que se percebe, então, é que antes de 1982 a ocupação era comandada pelos empreendedores imobiliários e, depois de 1982, o zoneamento passou a ser usado como instrumento para organizar a distribuição e localização das atividades no solo em função da demanda crescente. Entretanto, ao constatar que boa parte da ocupação do território urbano se fez livremente num período anterior à lei, não foi possível reverter a intensa ocupação das áreas com restrições ambientais: os fundos de vale.

A partir daí, as questões ambientais passaram a ser vinculadas diretamente à ocupação do solo, porém ainda não atingindo a totalidade nas questões de planejamento e recuperação de áreas degradadas, como por exemplo, bacias de contenção para as águas pluviais, controle das erosões nas cabeceiras dos córregos, além do assoreamento e despejo de dejetos sem tratamento prévio nos mesmos. Espera-se obter melhores resultados e uma efetiva aplicação das leis e diretrizes com a aprovação do Plano Diretor Participativo, aliado à participação das comunidades locais e das instituições voltadas para essas questões.

### **2.4.1 Planos Diretores: 1996 e 2008**

No ano de 1996 é instituído na cidade o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e uma de suas grandes preocupações foi a questão ambiental, onde as microbacias e as matas ciliares dos córregos figuraram como unidades de planejamento ambiental. Com isso foram criadas as Unidades de Conservação Ambiental, as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e os Setores Especiais de Conservação de Fundo de Vale (SEC's). Nesse Plano, pela primeira vez, os fundos de vale foram considerados como elementos de estruturação física e social da paisagem urbana da cidade, valorizando suas características naturais e ambientais.

Nas APA's e SEC's não foram permitidos parcelamentos para fins urbanos ou atividades que viessem causar danos ao meio ambiente. Inseridas no perímetro urbano, as APA's foram divididas em três, sendo que duas delas estão fora do perímetro.

Conforme suas recomendações, o Plano de Parques e Áreas Verdes foi integrado ao Sistema Viário e de Drenagem da área urbana do município *“para a recuperação dos fundos de vale, que são áreas ainda hoje com baixa ocupação e muito degradadas devido aos problemas de erosão, enchentes e poluição. A proposta apresentada no Plano Viário Básico cria um sistema rádio-concêntrico com o máximo aproveitamento da malha existente e dos fundos de vale, respeitando-se a faixa de preservação permanente ao longo dos córregos”*.<sup>68</sup>

Do ponto de vista prático, o Plano de Parques e Áreas Verdes não foi muito além do diagnóstico e recomendação propostos pelo Plano Diretor. A falta de uma proposta mais concisa e de instrumentos para implementação e fiscalização contribuíram para a estagnação até mesmo de projetos para parques lineares nas áreas de fundo de vale dos córregos da cidade.

---

<sup>68</sup> BAURU (1996; p.88).

O sistema viário, elemento primordial para a mobilidade da população urbana pelos espaços livres públicos da cidade, não atendeu às expectativas e atualmente não comporta o fluxo direcionado para os lugares de maior movimento. Verifica-se, então, a ineficiência de seu traçado, comprometido pela falta de execução do programa de expansão, manutenção e adaptação das vias para que estas pudessem atender a demanda do crescimento urbano através dos tempos. Com isso boa parte das avenidas-parque – incluindo a Av. Água Comprida – não saiu do papel, dificultando a acessibilidade dos moradores aos espaços públicos de lazer, já que o transporte coletivo não possui rotas otimizadas por uma série de motivos, entre eles, a ausência de conexão física entre as áreas ribeirinhas e as vias de acesso arterial.

Próximo do fim da primeira década do século XXI, a falta de adequação do sistema viário, aliada à não execução dos programas de parques nas áreas dos fundos de vale, não garantiu o escoamento necessário para a frota atual que atinge a marca de 176 mil veículos<sup>69</sup> – uma média de 2,15 automóveis por habitante. A importância de um sistema viário integrado aos espaços livres públicos – e aos de uso público – se apresenta como uma fonte de possibilidades para o lazer urbano de boa parte da população, especialmente aquela parcela de indivíduos que depende do transporte público e coletivo para a sua locomoção.

Nos anos de 1950 o automóvel adquiriu *status*, tornou-se o novo paradigma de progresso, tanto no que se referia ao transporte de cargas como o de passageiros também. O desenvolvimento da malha rodoviária e o aumento do trânsito urbano tiveram como reflexo a construção de avenidas de acesso, geralmente nos fundos de vale, que passaram a funcionar como cartão postal da cidade, como é o caso da Avenida Nações Unidas.

Em Bauru, o Plano Diretor de 1967 influenciou a política urbana principalmente quanto ao sistema viário. A principal obra executada foi o prolongamento da Avenida Nações Unidas, *“uma avenida de fundo de vale, e a canalização do Ribeirão das Flores contribuindo na rápida ocupação do setor leste da cidade (bairro Higienópolis)”*<sup>70</sup>.

Assinalando a modernidade por meio das avenidas de fundo de vale, cabe aqui salientar a canalização de um trecho do Ribeirão Bauru em parte que atravessa a área urbana. A função principal da canalização era a de recuperar uma grande extensão do curso d'água, com a construção de vias marginais – Avenida Nuno de Assis – e a impermeabilização de suas bordas (ver trecho canalizado na Figura 3). Infelizmente o seu leito ainda transborda nos períodos de chuvas mais intensas e todo o esgoto da cidade é lançado *in natura* em suas águas<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> De acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), entre março de 2008 e março de 2009 a quantidade de carros em Bauru aumentou 7,2%, com uma média de 32 novos veículos todos os dias nas ruas. Fonte: Jornal da Cidade, 04/06/2009.

<sup>70</sup> CONSTANTINO (2005; p.66).

<sup>71</sup> A construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Bauru ainda é o maior desafio ambiental da administração vigente – de 2008 a 2011 – tanto do ponto de vista político quanto econômico. A cidade de Bauru lança, por segundo, cerca de 1.500 litros de esgoto sem nenhum tipo de tratamento diretamente no rio Bauru e, posteriormente no rio Batalha que deságua no Rio Tietê. A maioria dos córregos já não recebe mais o esgoto, pois boa parte dos interceptores estão concluídos, com o lançamento sendo feito diretamente no Rio Bauru. O maior entrave é o alto custo da construção da estação principal de tratamento que gira em torno de 80 milhões de reais. Fonte: Jornal da Cidade, 04/06/2009.

De um modo geral, o Plano de 1996 acompanhou o formato tecnicista e generalista dos demais Planos Diretores aplicados em outras localidades, tendo sido elaborado com a participação de pequenos grupos da comunidade, e não comungando com as necessidades da maioria da população, tais fatores também contribuíram para seu descrédito e inoperância.

Em contrapartida, com o advento do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), o Plano Diretor Participativo, aprovado em 2008, surgiu como uma oportunidade para as comunidades urbana e rural do Município de Bauru poderem identificar suas potencialidades, debaterem seus problemas e proporem soluções não só para o melhor desenvolvimento da cidade como um todo, mas especialmente em harmonia com as questões ambientais e com a retomada do crescimento, visando a melhor integração entre os elementos do suporte biofísico e da sociedade.

Com relação às áreas de fundo de vale podemos observar as seguintes diretrizes propostas pelo novo Plano:

*“Art. 150.: Inciso II – do controle rigoroso da ocupação dos fundos de vale e das áreas destinadas à implantação de reservatórios de contenção de águas pluviais previstas nos Planos de Macrodrenagem;*

*Inciso IV – da definição de mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse de drenagem, tais como parques lineares de fundo de vale, áreas de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa”.*

*“Art. 151. A política municipal de drenagem urbana deverá prever as seguintes ações: Inciso IV – recuperar de modo sustentável e revitalizar as áreas de fundos de vale, em especial as áreas de preservação permanente e transformá-los em Parques Urbanos Lineares, conforme Mapa 05.”<sup>72</sup>*

A proposta do Plano é de estabelecer mecanismos de controles rígidos de ocupação do solo e a utilização compulsória de glebas ociosas no perímetro urbano, por meio de IPTU progressivo.

Para o parcelamento do solo ficou estabelecido que, do total da área a ser urbanizada, deve-se destinar o mínimo de 18% (dezoito por cento) para áreas públicas, sendo 10% (dez por cento) para área verde e/ou sistema de lazer, 5% (cinco por cento) para uso institucional e 3% (três por cento) de áreas dominiais que poderão ser utilizadas para o programa de mini-distritos [industriais] ”<sup>73</sup>.

Ainda conforme a Secretaria, esta e outras regras visam mudar o perfil de crescimento urbano, fazendo com que a cidade cresça “para dentro” de seu território em razão da abundância de áreas sem utilização em diferentes bairros. A mudança dar-se-á pela ocupação dos “vazios urbanos” em vez do conceito anterior, que criava núcleos habitacionais em lugares distantes de onde já estava urbanizado. Aos olhos desse estudo

<sup>72</sup> BAURU. Leis e Decretos. Lei 5631 de 22/08/2008. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru.

<sup>73</sup> Idem.

torna-se necessário tomar essa decisão com cautela. Para que isso ocorra, as glebas que ainda estão ociosas precisam ser avaliadas enquanto espaços potenciais para uma melhor qualificação dos espaços livres públicos urbanos. Caso essa prática extermine essas nesgas de terras ociosas, complicar-se-á muito mais a qualidade de vida do cidadão do ponto de vista ambiental. A crítica aqui tecida não se faz contra o uso dessas áreas para a reversão em benefício habitacional, mas sim que se proponha uma diretriz integrada entre os diversos planos – áreas verdes, sistema viário, política habitacional, infra-estrutura, macro e micro drenagem – de modo que a apropriação urbana e a qualidade dos espaços não sejam prejudicadas.

O novo Plano Diretor contempla as restrições – e não proibições – de ocupação residencial na zona Sul e em parte da Sudeste, sobretudo na região próxima dos empreendimentos *Villagio* – loteamentos fechados horizontais – devido à carência prevista por futura demanda de abastecimento de água e pela necessidade de reordenar a ocupação urbana para o desenvolvimento da região Norte. Conforme avaliações dos órgãos municipais, caso seja implantado o sistema de tratamento de água do córrego da Água Parada, o potencial de abastecimento para a cidade será seis vezes maior do que se tem hoje com o Rio Batalha.

Na temática ambiental o Plano Diretor redireciona a limitação de ocupação das APA's: continuam protegidas ao redor da cidade, mas os eixos que margeiam as principais rodovias<sup>74</sup> e têm ligação com o perímetro urbano poderão receber empreendimentos industriais, comerciais e institucionais. A proposta visa descentralizar a instalação industrial, concentrada em distritos específicos, com a possibilidade de incrementar a vocação logística da cidade – sobretudo na área de transporte – sem afetar a atuação das APA's.

Além dessas diretrizes, o Plano garantiu os remanescentes das matas de cerrado por meio de tombamento, inclusive as que se encontram inseridas na área urbana como é o caso da Floresta Urbana Água Comprida, uma área de Relevante Interesse Ecológico. Também ficaram definidos os parques naturais, unidades de conservação de proteção integral, parques lineares de fundos de vale e áreas verdes a serem implantadas, conforme mapa proposto “Áreas de Interesse Ambiental”.

---

<sup>74</sup> Os principais eixos rodoviários são: a extensão da rodovia Marechal Rondon nas direções de Botucatu e, na outra ponta, de Avaí; as marginais da rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (sentido Bauru-Marília) em direção à saída para Duartina; e a rodovia Cezário José de Castilho (sentido Bauru-Arealva), sobretudo em direção às instalações do Aeroporto Moussa Tobias.

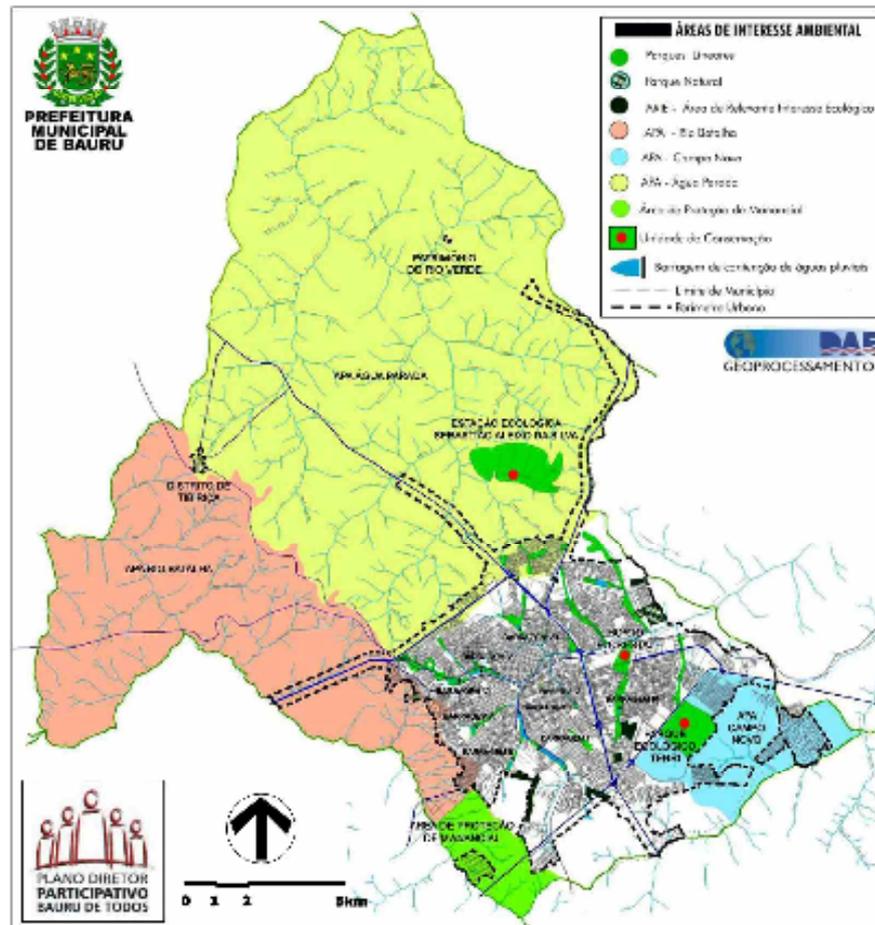


Figura 9: Áreas de Interesse Ambiental - Município de Bauri  
 Fonte: KAIMOTI, N.L.A. Desenho sobre base: PMB/SEPLAN.

O Plano Diretor estabelece a delimitação de dez áreas às margens dos córregos e em fundos de vale pra receber as futuras instalações de parques lineares, com centros de lazer, cultura e esportes e com a instalação de equipamentos públicos agregados às áreas verdes.

Os parques lineares estão previstos para proporcionar opções de utilização pela comunidade, alguns agregando bosques e outros com previsão de lagos, de acordo com a característica de cada região.

O projeto dos parques lineares – nas principais bacias hidrográficas – também está vinculado ao plano de Macrodrenagem, funcionando como um elemento natural de controle do fluxo das águas da chuva. O sistema procura contar com outros equipamentos em algumas regiões como, por exemplo, as barragens de contenção de água da chuva.

O projeto estabelece a regularização de áreas de risco e a remoção de quem mora em favelas próximas de regiões sujeitas às inundações e ameaçadas pela erosão. As AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social – terão regras de ocupação do solo mais flexíveis do que de outras regiões, para facilitar o parcelamento do solo. Nestes locais serão permitidos lotes menores e em quantidade mínima inferior ao de empreendimentos em regiões mais nobres.

O plano atende às solicitações de interligações de bairros e abertura de vias públicas para dinamizar a mobilidade urbana e eliminar os obstáculos físicos entre diferentes regiões.

## **2.4.2 As Áreas Verdes Públicas da cidade: Praças, Parques, Floresta Urbana e as áreas dos Fundos de Vale**

A primeira vez em que se fala legalmente de espaços livres em Bauru é com a aprovação do Decreto Municipal nº 25 de 1947<sup>75</sup> que teve por finalidade dar execução ao Decreto Federal nº 58 de 1937<sup>76</sup>. Esse Decreto Municipal passa a exigir para aprovação o plano geral da situação em escala e com a indicação das curvas de nível, além da localização das ruas e espaços livres. Pela primeira vez também se passou a exigir uma reserva de área para os espaços livres (igual ou superior a 25% da superfície total do terreno), as praças e largos ainda deveriam obedecer às formas quadrada ou retangular ou outra qualquer desde que simétrica. Para a reserva de áreas verdes foram exigidos 5% da área total na zona urbana; 7% da área total, até 1.000m, na zona rural, além do limite do perímetro da cidade; 10% da área total na zona rural. E sem exceções, todos vinculados e/ou subordinados ao sistema viário.

Conforme citado anteriormente, muitos desses espaços livres foram ocupados para a construção de várias instituições.

O sistema de áreas verdes do Município de Bauru encontra-se representado principalmente pela vegetação remanescente de áreas não loteadas e margens de córregos,

---

<sup>75</sup> BAURU, Leis e Decretos. Decreto Municipal nº. 25 de 03 de junho 1947. Regulamenta os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Código de Posturas Municipais. Arruamentos e Loteamentos.

<sup>76</sup> BRASIL, Leis e Decretos. Decreto-Lei Federal nº. 58 de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o Loteamento e a Venda de Terrenos para pagamentos de prestações.

além de pequena parcela correspondente à vegetação domiciliar, parques, praças, e vias públicas, além dos vazios urbanos que se constituíram ao longo da malha ferroviária. Também integram a área vegetada do Município em geral as áreas destinadas à produção de *Pinus* e eucalipto com fins lucrativos e que, atualmente, estão suprimindo as áreas de pastagens destinadas à criação de gado na região <sup>77</sup>.

No entanto, essas áreas não são suficientes para suprir as necessidades de sombra e regulação térmica do espaço urbano. A arborização das ruas é escassa na maioria dos bairros, inexistente em quase toda a área central e nos conjuntos habitacionais, além de não prevalecerem espécies nativas ou adequadas ao plantio urbano no caso dos exemplares já existentes. A inclusão de Bauru no programa “Município Verde”, empreendido pelo Governo do Estado, estimula a busca de soluções para as questões ambientais da cidade, uma das vertentes propostas pelo novo Plano Diretor. Além das listagens elaboradas pela SEMMA, como a de espécies vegetais nativas, as apropriadas para a arborização urbana e aquelas consideradas exóticas ou invasoras, a Secretaria também tem como objetivo a criação de um Plano Diretor para a arborização urbana, instrumento esse que terá como objetivo organizar e elaborar melhor a questão da vegetação urbana.

De acordo com citação anterior, as áreas verdes públicas freqüentemente foram utilizadas pelo Poder Público para a localização de equipamentos urbanos e/ou para fins institucionais, ou como alvo de ocupações para o assentamento de populações de baixa renda, em especial nas áreas alagáveis dos córregos da cidade. Como forma de conter esses avanços em direção aos fragmentos ainda existentes, por determinação do Plano Diretor atual, ordenou-se a criação de florestas urbanas nas áreas de remanescentes de vegetação de Cerrado, de áreas reservadas entre fragmentos de vegetação nativa para formação de Corredores Ecológicos, bem como a implantação de Parques Urbanos Lineares com função de lazer e contenção das águas pluviais, além da adoção de Parques Urbanos em áreas de vazios urbanos, e do tombamento de toda cobertura representativa do Cerrado na área urbana, e finalmente, a ratificação das Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Proteção Ambiental.

Um estudo denominado "Situação Atual dos Remanescentes da Cobertura Vegetal Natural do Estado de São Paulo", concluído pelo Instituto Florestal em 2002, indicava que a área coberta por vegetação nativa no território paulista correspondia a 13,7% de sua superfície, sendo que as matas e capoeiras apresentaram os maiores percentuais, 6,11% e 5,43% respectivamente. Além dessas formações, ocorrem ainda: cerrado (0,54%); cerradão (0,28%); campo cerrado (0,004%); campo (0,008%); vegetação de várzea (0,61%); mangue

---

<sup>77</sup> Dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento mostram que de 1995 e 1996 a 2007 e 2008 o reflorestamento produtivo no município de Bauru aumentou de 666 hectares para 4,1 mil hectares, ou seja, em 13 anos aumentou cerca de seis vezes. A pesquisa foi desenvolvida nas propriedades rurais do Município onde boa parte dos produtores rurais estão trocando as pastagens pelo arrendamento das terras que lhes propicia um retorno financeiro de dois a dez anos dependendo da finalidade da cultura. O tipo de vegetação usada não é exatamente uma recuperação ambiental e sim uma floresta comercial e sua prática pode ser considerada como um “reflorestamento produtivo” e não ambiental porque não se faz uso de espécies nativas sem fins lucrativos. Fonte: Jornal da Cidade, 01/06/2009.

(0,08%) e restinga (0,62%). Em 0,03% a vegetação não foi classificada. O quadro detalhado revelou as condições da área nativa do cerrado na região de Bauru:

**Tabela 2:** Cobertura Vegetal Natural por Região Administrativa do Estado de São Paulo (Área em Hectares).

Região Administrativa	Mata	Capoeira	Cerrado	Cerradão	Campo cerrado	Campo	Veg. de várzea	Mangue	Restinga	Veg. não classif.	Total
Araçatuba	17.492	24.839	13.444	942	-	-	4.352	-	-	448	61.516
Bauru	35.911	27.495	17.044	9.714	72	-	8.873	-	-	282	99.390
Campinas	57.362	130.847	6.180	5.342	-	-	5.341	-	-	736	205.808
Litoral	741.166	215.649	-	-	-	911	32.202	18.908	152.967	-	1.161.802
Marília	45.279	39.727	15.728	4.105	-	-	4.565	-	-	291	109.694
P. Prudente	67.831	32.518	12.853	1.956	32	-	22.459	-	-	640	138.290
Ribeirão Preto	39.283	99.287	34.987	29.048	6	480	44.390	-	-	1.713	249.194
S.J. do R. Preto	14.329	42.344	21.835	14.518	37	-	13.594	-	-	2.924	109.581
São Paulo	56.129	188.090	-	-	-	518	1.521	-	-	-	246.258
Sorocaba	305.954	378.179	12.592	2.761	669	-	13.766	-	-	6	713.927
Vale do Paraíba	135.283	167.501	21	-	194	5	116	-	-	25	303.145
<b>TOTAL</b>	<b>1.516.018</b>	<b>1.346.475</b>	<b>134.683</b>	<b>68.385</b>	<b>1.010</b>	<b>1.914</b>	<b>151.178</b>	<b>18.908</b>	<b>152.967</b>	<b>7.065</b>	<b>3.398.605</b>
											<b>13,7%</b>

Fonte: [http://www.fflorestal.sp.gov.br/recup\\_florest/apresentacao.htm](http://www.fflorestal.sp.gov.br/recup_florest/apresentacao.htm). Acesso em 13/09/2006.

Aproximando-se do fim da primeira década dos anos 2000, o Estado de São Paulo, possui somente 0,84% da área original de cerrado, o equivalente a 211 mil hectares dos 3,4 milhões de hectares originais, onde a região de Bauru se configura como a terceira no Estado com maior área coberta pelo bioma, que agora está protegido por lei<sup>78</sup>. De acordo com o último levantamento do Inventário Florestal da Vegetação Natural, na região de Bauru existem quase 29 mil hectares do bioma cerrado – o que equivale a 320 mil campos de futebol<sup>79</sup>.

De acordo com o Plano Diretor de 1996, até aquele presente ano Bauru totalizava 175 praças oficiais e quatro parques urbanos, com mais dois na fase de projeto<sup>80</sup>. Entretanto, os registros oficiais que denominam alguns lugares como ‘praça’ continuam, na

<sup>78</sup> A Lei de Proteção do Cerrado foi sancionada em 02/06/2009 e define critérios mais rígidos que o próprio Código Florestal Brasileiro para a utilização e preservação deste bioma. Fonte: Jornal da Cidade, 02/06/2009.

<sup>79</sup> Fonte: Jornal da Cidade, 07/05/2009.

<sup>80</sup> Parques Urbanos implantados até 1996: Parque das Nações (popularmente conhecido como Parque Vitória-Régia em função do nome de seu anfiteatro), Parque Ecológico Tenri Cidade Irmã (além de ser considerado uma APA contém o Jardim Botânico e o Zoológico Municipal), Bosque do Geisel, Parque Boa Vista e Parque Paulo Edson Framino. Parques em fase de projeto na época: Parque Água Comprida e Parque do Castelo, ambos ainda não implantados até a presente data.

realidade, 19% destes configurando-se como áreas residuais, ou seja, não passavam de restos de implantação viária, nesgas de loteamentos que não convinham a nenhuma outra apropriação ou uso. Não raramente são espaços áridos, abandonados de cuidados pelo Poder Público, onde sua apropriação varia conforme o poder aquisitivo da população que a frequenta – ou não – e que, em muitos casos a preferência se volta para lugares onde o lazer é improvisado em algum local de propriedade particular e que transmita a sensação de pertencimento do lugar.

Dados não oficiais da SEMMA apontam no sentido de que a cidade tenha hoje aproximadamente 400 locais que se constituam em áreas verdes em toda a cidade, onde mais da metade dessas áreas não é urbanizada (Anexo 1). Com a mesma heterogeneidade de configuração no traçado e na implantação, a presença da praça se faz pertinente em vários bairros da cidade e a sua boa ou má apropriação leva em consideração fatores como a presença de equipamentos – para adultos e crianças –, cuidado e manutenção pelo Poder Público, e a qualidade estética do local, além da segurança.

Para o ano de 2009 as secretarias de Esporte e Lazer (SEMEL) e Meio Ambiente (SEMMA) pretendem construir dez novas praças<sup>81</sup> a partir de pré-definições de localização e programas, considerando a necessidade maior de demanda de cada bairro. A maioria delas terá academia para terceira idade, além praças projetadas para ter pista de *skate*, área para caminhada e espaço para a prática de exercícios orientais, como o *tai chi chuan*. A sua implantação em áreas públicas desocupadas somada à intenção de se formar parcerias com a iniciativa privada faz a proposta ser louvável enquanto a prática de adoção de uma área verde como já ocorre com 35 praças adotadas por empresas da cidade.

Por outro lado, mais do que executar projetos para o bem-estar da população faz-se necessário incluí-los num plano maior que integre e beneficie a cidade como um todo e não somente localidades isoladas. Também é sabido que nem sempre a implantação de um espaço público é garantia de que os moradores da localidade irão apropriá-lo de maneira satisfatória<sup>82</sup>. Para este trabalho, ao se adotar a metodologia de vivenciar a paisagem de um determinado lugar de modo a revelar as práticas cotidianas dos cidadãos, verificou-se que o projeto só é modificador de uma realidade se o seu potencial de transformação estiver profundamente ligado às possibilidades de interpretação da sociedade, que ao qualificá-lo pelo uso, reconhece sua importância para a sedimentação de referências não só culturais, mas também ambientais, sociais, políticas e econômicas.

A probabilidade de uma implantação desse nível ser satisfatória do ponto de vista da apropriação pública está menos para a intenção do Poder Público do que para a da população. Nos capítulos seguintes desse estudo, os resultados obtidos pela experiência da vivência a campo somada aos dados cartográficos e de suporte técnico referentes à Bacia do Córrego da Água Comprida revelam que as efervescências nas comunidades formadoras da área têm um potencial muito maior do que imaginam os gabinetes tecnoburocráticos e políticos. A organização das associações de moradores de determinados bairros

---

<sup>81</sup> Fonte: Jornal da Cidade, 23/04/2009.

<sup>82</sup> Sobre o assunto ver também QUEIROGA (2001) e LEITE (1998).

impulsionam a administração pública a rever o seu posicionamento quanto à distribuição dos espaços públicos pela cidade, em especial, suas praças. A comunidade reunida e engajada é o melhor indicador de qual programa melhor se adapta às necessidades do público usuário.

Do contrário, seus vivenciadores continuarão se apropriando de terrenos particulares vazios, áreas públicas abandonadas, entre outros, e os projetos ofertados pela iniciativa pública acabam, via de regra, por serem reduzidos a um “amontoado estético” de concreto e vegetação.

### 2.4.3 Parques Urbanos de Bauru

Na história da cidade a vegetação cumpriu um papel menos qualitativo, paisagisticamente falando, do que para a devastação de quase toda área de mata nativa que circundava o núcleo urbano. A vinda da ferrovia intensificou a derrubada de espécies nativas para a abertura de novas rotas de escoamento da produção agrícola e, entre 1900 a 1925, a introdução da eucaliptocultura foi uma forma de estabelecer uma floresta com finalidades de produção:

*“No início do século XX, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro decidiu instalar povoamentos de árvores em alguns pontos do interior de São Paulo, cuja madeira seria utilizada como combustível nas locomotivas e empregada em postes e dormentes nas linhas férreas. Era também uma forma de rebater as críticas aos desmatamentos efetuados pela empresa para a implantação de ferrovias. Deve-se a esse trabalho a introdução do eucalipto no país, essência escolhida para o plantio em larga escala. Estatísticas de 1923 mostram que a Cia. Paulista tinha implantado cerca de 8,5 mil hectares com eucaliptos em oito hortos florestais, com quase nove milhões de árvores ... Nos anos de 1960 ... o Brasil possuía 560 mil hectares reflorestados, dos quais 447 mil situados no Estado de São Paulo (LEÃO, 2000) ”<sup>83</sup>.*

Essas Estações Experimentais, mais conhecidas como Hortos Florestais, se instalaram em cidades onde a ferrovia era de significativa relevância. Em Bauru, duas unidades se instalaram: uma no distrito de Aimorés – com o plantio exclusivamente para o fornecimento de matéria-prima para a ferrovia – sendo a outra o Horto Florestal de Bauru – este já com a finalidade de desenvolver a pesquisa de mudas e sementes das espécies introduzidas e posteriormente com espécies nativas. O Horto Florestal, que é de domínio estadual, se configura, na cidade, como um parque de conservação – Estação Experimental de Bauru –, porém com considerável uso de seus equipamentos públicos para lazer, descanso e recreação, além dos propósitos de estudos e fornecimentos de mudas e desenvolvimento de programas de educação ambiental.

---

<sup>83</sup> Disponível em: [http://www.ipef.br/mct/MCT\\_Hist\\_Antes80.htm](http://www.ipef.br/mct/MCT_Hist_Antes80.htm). Acesso em: 29/04/2009.



Figura 10: Atividade de recreação com escola da cidade.  
Fonte: Arquivo Horto.



Figura 11: Atividade de educação ambiental.  
Fonte: Arquivo Horto.

Para a cidade em geral, a cultura de “parques urbanos” ainda não está muito difundida, até mesmo pelo fato dos parques existentes não comportarem grandes dimensões e nem uma diversidade de equipamentos. O parque mais comum e com relevância ao sistema de espaços livres da cidade é o Parque Vitória-Régia. O espaço é muito utilizado por boa parte da população principalmente quando abriga eventos culturais e de lazer.



Figura 12: Parque Vitória-Régia – Apropriação do parque em data festiva. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

Historicamente a implantação do trecho final da Avenida Nações Unidas na década de 1970 se apresentou como uma importante conexão entre o centro da cidade e os bairros, e, destes, com o sistema rodoviário estadual, fazendo a ligação com importantes rodovias, dentre elas a Rodovia Marechal Rondon, principal articulação com a capital do Estado.

Entretanto, a necessidade de se estender a avenida até o eixo rodoviário exigia a canalização do Córrego das Flores, incluindo a nascente e as erosões que a circundavam. Para isso, as vias marginais foram desviadas, contornando a nascente e as erosões, criando-se ao centro uma espécie de “bolsão”, projetado para receber as funções de um parque urbano. Assim, em 1976 era inaugurado o Parque das Nações<sup>84</sup>, um espaço comunitário de 50.000 m<sup>2</sup> que aliava obras de drenagem a um tratamento paisagístico, visando a proteção da nascente do córrego e a integração de equipamentos culturais urbanos como o Anfiteatro Vitória-Régia na superfície do lago, a Praça Cívica e o Teatro Municipal de Bauru. Este último, por sua vez, não teve seu projeto concluído na fase de implantação, sendo inaugurado somente no ano de 2000, em outro ponto da mesma avenida, próximo à Estação Rodoviária da cidade e do Rio Bauru, muito longe de sua localização na proposta inicial.

<sup>84</sup> Nos dias de hoje o parque é popularmente conhecido como “Parque Vitória-Régia”, o cartão-postal da cidade e, devido à sua localização privilegiada, é o espaço livre público urbano que mais agrega eventos culturais e atrai moradores de praticamente todos os bairros da cidade. Como exemplos dessas manifestações estão a festa de aniversário da cidade, comemorada em 1º de agosto; a feira de artesanato do interior - Ubá; apresentações, exposições e shows e, mais recentemente incluído no calendário das festividades do Município, a festa do sanduíche Bauru.



Figura 13: Parque Vitória-Régia e Avenida Nações Unidas. Fonte: CESAR, Luis.

Nas últimas duas décadas o mau estado de conservação de seus equipamentos não permite que se faça uma apropriação intensiva e regular do espaço. O descuido, como ocorre com o parque infantil, acaba por afastar aqueles vivenciadores que procuram o local como alternativa para recreação:

*“Eu não gosto de ir no Vitória-Régia; os brinquedos estão quebrados e tem muita sujeira de mendigos por lá. E quando tem o aniversário da cidade<sup>85</sup> eu vou menos ainda. Com cinco crianças naquela confusão, não dá. Prefiro ir pro Zoológico, Jardim Botânico ou aqui (Horto Florestal)”, depoimento de Kelly, moradora do Parque Júlio Nóbrega; foi abordada num final de semana quando ela e o marido levaram os cinco filhos para brincar no Horto.*

---

<sup>85</sup> A moradora referiu-se às atividades que acontecem ao longo do dia 1º de Agosto, data do aniversário da cidade. A festividade inclui shows, distribuição de bolo e atividades recreativas para adultos e crianças como soltar pipas no período da manhã. O evento anualmente atrai centenas de pessoas e em, sua última edição atingiu um público estimado em 60 mil pessoas (Fonte: JC, 02/08/2008). Como investigação das proporções que o evento atingia neste espaço livre público, foram entrevistados algumas pessoas que lá estavam além de tomar-se como referência a pipa como elemento identificador da frequência ao local. A partir daí saiu-se em busca de pessoas que pudessem estar retornando do evento ao longo de alguns bairros da cidade. Pôde-se então, verificar que o raio de abrangência é praticamente alcançado sobre a cidade toda, em especial nos bairros da zona Norte e nas periferias mais afastadas como Ferradura Mirim, Vila São Paulo, além do Geisel, Redentor e Jardim Nicéia.

O parque, simultaneamente, agrega e afasta a população, fazendo com que a procura por espaços mais limpos e cheios de pessoas se tornem atrativos como é o caso do Bosque da Comunidade e do Zoológico/Jardim Botânico.

Além desse, outros parques compõem o cenário urbano de Bauru (ver Anexo 1):

- **Parque Ecológico Tenri Cidade Irmã** (Área: 2.028.000,00 m<sup>2</sup>; Ano: 1988): é considerado um parque de proteção e de conservação. Engloba uma área de reserva de mata nativa e dele fazem parte o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, além de ser considerado uma APA;
- **Parque Boa Vista** (Área: 28.045,17 m<sup>2</sup>; Ano:1994): localizado no alto da Bela Vista definido como parque de recreação, com quadras;
- **Parque da Água Comprida** (Área: 197.508,34 m<sup>2</sup>): projeto ainda não implantado, mas que dispõe de projeto ilustrativo do início da década de 1990 para a visualização das potencialidades da área;
- **Parque da Água do Castelo** (Área: 449.039,89 m<sup>2</sup>): projeto ainda não implantado, mas com especial ênfase no PDP para comportar atividades de lazer e recreação, contenção das águas pluviais e serviços públicos;
- **Parque dos Eucaliptos** (Área: 40.512,00 m<sup>2</sup>; Ano: 1991): localizado no Núcleo Habitacional Edson Francisco) o parque foi implantado como sistema de lazer conforme informação da SEMMA e com alguns equipamentos construídos.

Somados a eles estão também quatro bosques oficiais (ver Anexo 1): **Bosque do Geisel** (Área: 40.512,82 m<sup>2</sup>; Ano: 1993) definido como parque de recreação, possui quadras e *playground* com alto grau de abandono; **Bosque da Comunidade** (Área: 16.000,00 m<sup>2</sup>; Ano: 1981) localizado próximo ao campus da USP, na zona Sul, e um dos mais relatados nos depoimentos dos vivenciadores do estudo de caso como local de lazer; **Bosque da Quinta Ranieri** (Área: 16.674,90,00 m<sup>2</sup>; Ano: 2003) com trilhas para caminhada, localiza-se na zona Sudoeste da cidade – a área faz parte da compensação ambiental exigida pela lei em virtude da implantação dos loteamentos fechados Residenciais Quinta Ranieri Green e Quinta Ranieri Blue; **Bosque do Parque União** (Área aproximada: 19.000,00 m<sup>2</sup>; Ano: 2002) conforme dados da SEMMA o bosque tem a função de conservação e recreação. De acordo com matéria publicada no Jornal da Cidade<sup>86</sup>, o parque é pouco utilizado pela maior parte da população local, pois a falta de manutenção da área e de poda das árvores, somados às mortes ocorridas no córrego que passa em seu interior, afugentaram os cidadãos do local. O espaço, segundo os moradores, é mais utilizado por usuários de drogas.

No ano de 2008 foram aprovados cinco novos parques com mata nativa remanescente (ver Anexo 1):

- **Parque Municipal no Residencial Odete e Jardim Colonial** (Área: 118.423,71 m<sup>2</sup>): aprovado pelo Decreto 10631/2008;

---

<sup>86</sup> Fonte: Jornal da Cidade, 30/03/2009.

- **Parque Municipal no Residencial Lago Sul** (Área: 158.915,80 m<sup>2</sup>): aprovado pelo Decreto 10632/2008;
- **Parque Municipal no Conjunto Habitacional Isaura Pitta Garmes** (Área: 53.831,14 m<sup>2</sup>): aprovado pelo (Decreto10633/2008);
- **Parque Municipal no Residencial Samambaia** (Área: 42.498,03 m<sup>2</sup>): aprovado pelo Decreto10634/2008);
- **Parque Municipal no Jardim Imperial:** (Área: 30.066,88 m<sup>2</sup>): aprovado pelo Decreto 10635/2008.

A medida transformou áreas verdes que já pertenciam à Prefeitura Municipal de Bauru em Parques Naturais, totalizando 377.935,08 m<sup>2</sup> de áreas protegidas. As áreas, cobertas com vegetação nativa, foram doadas ao Município no início da década dos 2000 para que pudessem ser destinadas à instalação de áreas verdes quando da construção de condomínios e loteamentos. A expectativa da SEMMA é que a partir da publicação destes decretos possa buscar parcerias para viabilizar a urbanização dessas áreas com a criação de trilhas e espaços para visitação e lazer.

Um dos efeitos desta medida é que as áreas não poderão ter sua destinação alterada, ou seja, as matas serão preservadas. Dentre as áreas que foram regularizadas, a área do Parque Natural Lago Sul abrange a nascente do Rio Bauru que passa a se configurar como Unidade de Conserva o (UC), possuindo 158.915,80 m<sup>2</sup> com cobertura de vegeta o nativa.

Conforme diretrizes do PDP são prioridades ambientais no Município de Bauru, além de outros, a cria o e manuten o de áreas protegidas, áreas verdes e sistemas de lazer, além do aproveitamento das áreas de fundo de vale para a implanta o de bacias de conten o de águas pluviais e de parques lineares.

  not rio que praças e parques são fundamentais para a qualidade de vida urbana, promovendo os benefícios ambientais decorrentes do respeito aos ritmos dos processos naturais. A cidade como um todo, privilegiada por inúmeros cursos d'água, requer um melhor aproveitamento de suas áreas livres voltadas para o lazer da popula o. Considerar a vivência nas ruas, travessas e calçadas se faz fundamental para o entendimento da totalidade do espaço urbano. Além dos espaços livres públicos, os quintais que ainda restam em boa parte das residências periféricas e as áreas de uso comum nos condomínios residenciais poderiam contribuir com o propósito de se aumentar o espaço verde e permeável da cidade. Glebas e vazios urbanos, ao serem parcelados, deverão prever um sistema de espaços livres mais conectado, articulado para diferentes fins em fun o das especificidades de cada sítio e seu contexto urbano. Estabelecer critérios conservacionistas ou não às áreas nativas não se apresenta como a discussão mais relevante para o momento desta disserta o; faz-se necessário pensar o conjunto, o sistema como um todo para que o espaço, público ou de uso público, seja efetivamente usado, podendo-se assim manter os signos e símbolos que determinam o pertencimento ou não do lugar, a constru o ou não da memória de um lugar. A questão  : começar pela vivência. E aqui se começa pelo vale do Córrego da  gua Comprida.

# **CAPÍTULO 3**

## **Água Comprida: o Córrego e a Paisagem**

---

### **3.1 Leituras da Paisagem e do Ambiente da Bacia do Córrego da Água Comprida**

De acordo com MAGNOLI (1982), a paisagem pode ser entendida não só pelo seu aspecto natural (rios, lagos, bosques, matas, campos), mas também como o resultado do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais. Uma verdadeira simbiose entre os elementos físicos naturais e seus processos correlatos, e entre o homem e suas relações com a sociedade e com o mundo natural.

No decorrer dos períodos, a percepção do tempo, do espaço e da natureza muda com a evolução cultural, o que exige a procura de novas formas de organização do território que melhor expressem o universo contemporâneo, formas que capturem o conhecimento, as crenças, os propósitos e os valores da sociedade (LEITE, 1994).

O entendimento dessa constante interação entre os ritmos de produção, de transporte e de consumo com os ritmos climáticos, biológicos e hidrológicos permite que o resultado seja uma paisagem moldada de acordo com cada sociedade específica.

A paisagem resultante do processo de ocupação do solo bauruense é fisicamente evidenciada pela presença dos córregos que cortam o sítio urbano, as rodovias que atravessam a cidade, o parque ferroviário que limitou e setorizou o crescimento e a expansão da cidade, com distinção da infraestrutura e recursos direcionados à zona Sul.

Além disso, as paisagens das áreas de vale são tomadas pela presença de extensos “mares” de núcleos habitacionais, que em determinadas situações avançam além das áreas de preservação – prática muito comum nos empreendimentos aprovados antes da legislação que regulamenta o assunto.

Homogêneos em sua horizontalidade, esses núcleos, na grande maioria, são desprovidos de vegetação adequada e satisfatória às necessidades sócio-ambientais como, por exemplo, quanto à arborização urbana e à preservação de matas nativas remanescentes, com raras exceções. O despejo de lixo e entulho nas ruas, nos terrenos vagos e em corpos d’água também é uma prática usual dos moradores em diversos bairros periféricos, assim como a limpeza de terrenos vazios pelo método da queimada.

Os vazios urbanos, frutos dos desencontros do traçado no solo urbano, se formaram ao longo dos córregos também com a finalidade de reserva de capital, quando os donos de

glebas ou empreendedores imobiliários faziam dessas áreas reservas de mercado com o intuito de capitalizá-las num momento economicamente oportuno.

A proposta do trabalho, como investigação das apropriações do espaço público nas áreas de vale, não impede que a realidade urbana no geral seja revelada e, a partir de suas peculiaridades, também poder-se-á fornecer subsídios para o entendimento de que a idéia de uma paisagem fracionada pelos cursos d'água ou pelo sistema viário é menos física do que aquela que permeia o imaginário coletivo da população.

Ainda se mantém pertinente a idéia de que esses elementos – córregos, linha férrea e sistema viário, particularmente as rodovias – setorizam o espaço urbano, reforçando o estigma de que a cidade deva se expandir somente em direção ao setor Sul para as classes mais altas e para as periferias – Leste, Oeste e Norte – para as camadas mais baixas.

O estudo da paisagem da cidade como um todo não é objetivo deste trabalho, mas é forma de estabelecer um dos caminhos para o entendimento do recorte – a microbacia do Córrego da Água Comprida. As peculiaridades do espaço urbano dentro do sistema de espaços livres revelam-se como partes inerentes entre um lugar e outro onde as diferenças e semelhanças se expõem nas práticas cotidianas.

## **3.2 A Cidade e o Córrego**

Bauru, a Cidade Sem Limites.

Mesmo sendo a detentora de um slogan que teve a intenção de identificar “a cidade do futuro e do progresso”, controversamente, a não limitação da ocupação do seu território desencadeou uma série de situações nada enaltecida do ponto de vista ambiental. Bauru possui, entre vários cursos d'água, onze córregos que estão completamente inseridos na malha urbana. A maior parte não possui leito retificado, todavia se apresentam como áreas degradadas devido ao lançamento de esgoto e lixo em seus leitos e margens e também pelo assoreamento provocado pela devastação da mata ciliar original. Ao longo dos anos, a ausência de uma proteção ambiental mais severa e efetiva contribuiu para que a situação se sustentasse de maneira precária, com severas conseqüências para a população da cidade.

A malha urbana está inserida na porção que corresponde ao Planalto Ocidental Paulista, compondo este uma paisagem que se caracteriza por ser intensamente processada, com inúmeras cidades, plantações e agroindústrias. A morfologia do planalto é composta por colinas suavemente onduladas que favoreceram as ocupações agrícola e urbana. O relevo apresenta baixas declividades – até 15% – principalmente na área urbana, e com amplitudes locais inferiores a 100 metros. A região possui, em média, altitude de 600 metros.

Em relação à sua geologia, conforme SALOMÃO (1994), apud PIRES (2004), o município de Bauru se insere no Planalto Arenítico-Basáltico do Estado de São Paulo –

Planalto Ocidental, dentro da bacia sedimentar do rio Paraná. A estrutura geológica da região, de composição arenítica - rochas do Grupo Bauru –, é a responsável pela existência dos aquíferos Bauru e Guarani. De acordo com SILVA (2002), apud PIRES (2004; p.81):

*“(...) a cidade de Bauru apresenta extensas áreas de solos profundos, muito porosos, permeáveis, macios e friáveis, denominado latossolos. Esses tipos de solos são predominantes nas paisagens brasileiras típicas dos cerrados, dos planaltos do sudeste, das chapadas do centro-oeste e também em derrames basálticos da bacia do Paraná ao sul e sudoeste do Brasil”.*

A cidade está assentada sobre Latossolo Vermelho Escuro, de textura média, em relevo de colinas amplas<sup>87</sup>. Esses solos se caracterizam por serem espessos, porosos e bem drenados, bastante homogêneos, permitindo uma fácil absorção e circulação de águas pluviais, promovendo o rápido escoamento superficial e sub-superficial da água, e favorecendo a formação de erosões – particularmente, ravinhas e voçorocas.

Os processos erosivos são comuns e acontecem devido aos fatores naturais (como a composição arenosa do solo, declividade e tipologia das vertentes) e pela presença de lençóis freáticos muito próximos à superfície. Além desses fatores, soma-se ainda a essa alta suscetibilidade a ação antrópica que, pelo processo de ocupação do território, desmatou a cabeceira de vários cursos d'água, expondo o solo arenoso às intensas precipitações pluviométricas, abrindo assim, grandes fendas no solo urbano.

A hidrografia da região de Bauru é considerada como de baixa vazão devido a sua localização em porções altas do território estadual, próxima à cumeeira que divide os rios Tietê e Paranapanema. Por sua localização, a malha urbana é toda recortada por rios e córregos, com uma infinidade de nascentes inclusive nas encostas do vale do Córrego da Água Comprida.

Os rios Bauru e Batalha, tributários do Rio Tietê, são os de maior expressão para o Município. O rio Bauru corta praticamente toda a malha urbana e recebe o esgoto sem tratamento de boa parte da cidade. A proposta para a instalação de uma estação de tratamento de esgotos ainda requer vontade política e faz parte de uma das metas propostas pelo novo Plano Diretor. Entretanto, o problema não se soluciona nessa etapa; é sabido que juntamente com a despoluição das águas são necessárias medidas para a recomposição vegetal das encostas e maciça conscientização da população para se tornar protetora das áreas recuperadas.

A ocupação das encostas se deve à urbanização não controlada de períodos atuais e anteriores ao atual (ver Capítulo 2) e do traçado ortogonal implantado perpendicularmente às curvas de nível. A derrubada das matas ciliares contribuíram expressivamente para o acúmulo de sedimentos no leito desses cursos d'água. Com isso, o rio Bauru e seus afluentes, mesmo tendo uma baixa vazão no período seco, acabam por extravasar seus limitadores em função do grande volume de água e pela alta velocidade de seu escoamento

---

<sup>87</sup> CAVAGUTI apud PIRES (2004; p.82).

sobre a superfície impermeabilizada, causando danos materiais, propagação de doenças e risco de morte aos moradores e transeuntes das áreas próximas a eles.

No verão as fortes chuvas são o resultado do clima classificado como quente - tropical temperado, com invernos secos e verões chuvosos. As temperaturas médias variam entre 19°C no inverno e 26°C no verão e a precipitação média na cidade é de 230mm nos meses do verão, 46mm no inverno e por volta de 150mm no outono e primavera (Fonte: IPMET apud PIRES, 2004; p.87). Os ventos predominantes são de sudeste (SE) e devido a sua topografia suave não ocorrem grandes variações climáticas (FARIA, 1997 apud PIRES, 2004; p.89). Entretanto, nas áreas que correspondem aos fundos de vale acontecem inversões noturnas em especial nos períodos mais frios e nas partes mais altas da cidade (PIRES, 2004; p.90).

Numa cidade onde as médias de temperatura são altas durante a maior parte do ano, a vegetação assume um papel de extrema importância para a coletividade, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista social. É fato que espaços ajardinados, com abundância de vegetação arbustiva e arbórea melhoram o microclima dos espaços urbanos. As temperaturas se amenizam próximas aos maciços vegetais que somados ao solo permeável retardam o escoamento e a vazão das águas para o sistema de captação. Andar sob a sombra das árvores na cidade de Bauru é algo esparso e que se restringe a poucos quarteirões, onde um bairro ou outro se destaca pelo feito<sup>88</sup>.

### 3.3 O Córrego e a Cidade

A Bacia do Córrego da Água Comprida é uma das áreas com franco potencial para a recuperação ambiental das águas e da vegetação ciliar, preservação de fragmento de cerrado e ainda permitir a consolidação de novos empreendimentos nas áreas já atendidas por infraestrutura urbana. Agregando uma população de 31.717 pessoas<sup>89</sup>, distribuídas ao longo de 875,30 hectares, a área abriga padrões de edificação que vão do precário – como o Jardim Nicéia – até o de padrão mais elevado, como é o caso dos condomínios horizontais fechados, do Jardim Colonial e do Jardim Marambá (Figuras 14 e 15).

O nível de arborização urbana da bacia, do ponto de vista das ruas e quintais, é relativamente baixo, muito em virtude da implantação dos conjuntos habitacionais onde que não foi prevista – e nem exigida pela administração municipal – a reserva de áreas verdes e nem o plantio de espécies ao longo do calçamento que pudessem amenizar a aridez da paisagem e proporcionar qualidade estética e ambiental para a população que ali se

<sup>88</sup> Dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA apontam que existem em torno de 130 mil árvores nos passeios públicos da cidade quando, para o órgão, o ideal seria que houvesse, no mínimo, o dobro dessa quantia. O déficit de arborização é maior na região central da cidade e em núcleos habitacionais, como Mary Dota, Nobuji Nagasawa (conhecido como “Bauru 2000”) e Pousada da Esperança, todos localizados na zona Norte da cidade. As exceções ficam com o Jardim Estoril, na zona Sul, e o Núcleo Gasparini, na região Norte, considerados os bairros mais arborizados.

<sup>89</sup> Fonte: IBGE, 2000.

concentrou. Exceções pontuais existem, geralmente próximas a uma rua ou lugar de maior relevância para o bairro – no núcleo Geisel são as ruas mais próximas ao Sambódromo, no Jardim Redentor são os canteiros centrais de ruas de acesso ao bairro – ou no interior das quadras ou dos condomínios fechados – são os lotes ainda não edificadas no Jardim Colonial aberto, as áreas livres comuns dos residenciais Camélias e Flamboyants e nos espaços intra lotes do Jardim Carolina, bairro de classe média que fica entre os conjuntos habitacionais Geisel e Redentor (Figura 16 e 17).



Figura 14: Habitações do Jardim Nicéia. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A



Figura 15: Residencial Villa Grená e Villa Verde. Fonte: <<http://www.panoramio.com/photos/original/22316901.jpg>>. Acesso em 10/03/2008.



Figura 16: Lotes com vegetação remanescente – Jardim Colonial. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L. A.



Figura 17: Área interna do Residencial Jardim Flamboyant. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

Os núcleos habitacionais, implantados à margem direita do córrego, provocaram um adensamento por classes mais baixas num período em que as melhorias urbanas ainda eram escassas. A busca por terras e moradias mais baratas trouxe para o local moradores de outros bairros, na tentativa de sanar o problema da moradia com a aquisição da casa própria:

*“(...) eu vim pra cá faz 30 anos. Cheguei aqui quando tudo era terra. Por um problema na obra, minha casa ficou com o quintal maior. Aqui era para passar uma rua que não foi aberta (...)”, depoimento de D. Cecília, moradora do Núcleo Geisel.*

Na região da bacia, os núcleos habitacionais tiveram início no final da década de 1970 e se estenderam até meados dos 2000. O “Geisel”, como é conhecido pela maioria dos moradores, ainda é o bairro mais adensado e populoso da margem, com 2222 unidades. O núcleo do Jardim Redentor é a segunda área mais adensada da região. Nesses lugares as práticas cotidianas se assemelham muito quanto à ocupação dos espaços livres dos bairros. O lazer e o ócio demandam lugares como as ruas, as calçadas e os estabelecimentos comerciais – como bares e pequenas padarias – onde as pessoas se reúnem indistintamente em horários específicos (ao final do dia) durante a semana e aos finais de semana e feriados (o dia todo). Bairros onde o padrão da habitação é mais diferenciado – como é o caso do Jardim Carolina – as ruas são praticamente vazias, as casas possuem todo o aparato de segurança e a principal praça do bairro vive às moscas, dando ao transeunte a sensação de ser mais uma rotatória do sistema viário do que um elemento urbano de utilidade para a população.



Figuras 18 e 19: Aspecto de abandono da Praça do Jardim Carolina. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

A demanda por espaços adequados ao lazer da população pode ser sentido no vasto número de “campos de futebol” improvisados em áreas que vão desde terrenos vazios até áreas próximas ao “linhão” (este somente na parte mais alta do bairro Geisel). Esse modo próprio de produzir e apropriar-se do espaço revela a ineficiência dos poucos lugares implantados oficialmente pelo Poder Público. À exceção das praças dispostas no meio das

quadras no Jardim Redentor – um diferencial observado somente neste bairro da cidade – que abrigam a população das proximidades, as praças de outros bairros – Jardim Carolina, Geisel, Jardim Olímpico, Núcleo José Regino – inverteram esse processo de apropriação. Hoje, são lugares abandonados pelo próprio Poder Público, mal conservados, servindo para uma minoria como locais para uso e tráfico de drogas. Durante a pesquisa de campo, pôde-se perceber que as praças do Jardim Redentor ainda funcionam com uma espécie de oásis dentro de suas quadras. A vegetação arbustiva, muitas vezes introduzida pelos moradores que se avizinham, revelam o cuidado e a relação de pertencimento ao lugar.



Figura 20: Praça no Jardim Redentor - Espécies vegetais plantadas pelos moradores.

Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

Mesmo tendo uma diversidade de usos – lazer, ócio, descanso, passagem, encontro, tráfico – são elas que qualificam o lugar onde se inserem. As pessoas que ali convivem são capazes de identificar quais são os moradores do bairro e quais são os “intrusos”, haja vista o grande número de abordagens feitas durante o período de coleta de dados e registros fotográficos. Essas praças permeiam o imaginário coletivo e revelam o ponto qualitativo do lugar, mesmo que a tipologia das edificações ainda permaneça, em boa parte, se mantendo original:

*“Eu gosto mesmo é do Redentor. Lá tem um monte de pracinha que as crianças podem brincar até tarde. Aqui no Geisel não. Tem muita droga, até no Sambódromo. Eu já passei com minha filha lá (Sambódromo) de manhã e tinha uma molecada usando droga. Eles não fizeram nada, mas eu acho perigoso. Ainda mais quem tem criança. Se eu pudesse eu mudava de novo pra lá, pro Redentor.(...)”*, **depoimento de Carla, 25 anos, moradora do Núcleo Geisel.**

A disputa pelo espaço público por vezes acaba determinando a própria repugnância do local. Nesse caso, a área do Sambódromo oferece aos moradores do Geisel e proximidades um uso variado, mas o estigma da degradação prevalece por conta dos usuários de drogas. A princípio, criado para acolher as festividades carnavalescas da cidade, o lugar comprova a dinâmica das ações ocorridas no espaço ao longo do tempo. Com o fim das apresentações e desfiles, o lugar passou a abrigar novos usos e novos vivenciadores. Práticas como rachas de automóveis<sup>90</sup>, feira de carros usados, feiras livres, desfiles cívicos das escolas dos bairros próximos, local para encontros de várias “tribos” de jovens, estão como as mais comuns. Algumas formas de apropriação do lugar – como, por exemplo, para o consumo de drogas ou para os rachas de automóveis – podem denotar uma aspecto pejorativo para boa parte da população local, porém a realidade demonstra que a sua presença atrai o uso, seja ele qual for.

Foi também por volta do final dos anos 1970 que chegou à região uma das primeiras moradoras que ocuparam a área onde hoje se localiza a comunidade do Jardim Nicéia. Dona Nair, chegou em 1978 à área que hoje corresponde à comunidade pelo mesmo motivo dos demais moradores que ali se instalaram ao longo da década e ainda hoje procuram o lugar para fugir da escassez de moradia e dos altos alugueis. Em sua maioria, essas pessoas vieram de cidades vizinhas a Bauru, da zona rural em busca de melhores condições de trabalho e de outros bairros da cidade.

A ocupação ilegal da área, anos mais tarde, desencadeou um processo pelo direito de usucapião dos terrenos ocupados. Vivendo numa situação precária, muitas famílias não tiveram escolha senão garantir seu lote numa área que conta somente com água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. As ruas sem pavimentação e a ausência de galerias de captação das águas pluviais transformam a paisagem da região num reduto de construções modestas, algumas com caráter provisório, encravadas na cabeceira do córrego da Água Comprida, com os remanescentes do cerrado fazendo sua bordadura. A precariedade das ruas, além de oferecer riscos de contaminação à população por causa do acúmulo de lixo e da água, também dificulta o acesso e a circulação do transporte público nos períodos chuvosos.

Com o processo de regularização fundiária em andamento, em meio a uma disputa judicial por partes que se apresentam como herdeiros legítimos da área, a comunidade se destaca na cidade pela iniciativa de luta e pela posse da área de maneira pacífica. Composta por uma população de baixíssima renda, a presença da floresta, do córrego e das ruas de chão batido se configuram como os espaços para o lazer da população. O campo improvisado é o elemento de maior disputa entre as diferentes faixas etárias, evocando o que QUEIROGA (2001) denominou como pracialidade: a praça existente, em ato e não em projeto, hoje recebe as águas servidas da lavagem dos ônibus de uma empresa de coletivos urbanos e do lixo e entulho descartado pelos próprios moradores do bairro. A reunião se faz na rua e no campo, por crianças, jovens e adultos (mais detalhes sobre o tema, ver Capítulo 4), o que ratifica a vivência da comunidade nos espaços livres.

---

<sup>90</sup> De acordo com o depoimento de um morador de um bairro próximo, esses rachas “controlados” – no sentido de se restringirem apenas à avenida do local – aconteciam semanalmente, às quartas-feiras à noite, e acabaram entre 2006 e 2007.



Figura 21: Campo de futebol improvisado – Jardim Nicéia. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

O Jardim Nicéia, por suas reivindicações fundiárias, aparece como *favela* para muitos dos moradores que conhecem a região. A paisagem vista de quem está fora do bairro é diferente de quem está dentro dele. A clareira aberta pelos lotes é emoldurada pela vegetação do cerrado, onde suas espécies fornecem lugares para a brincadeira das crianças. No entanto, para os adultos, ver e ser visto os direciona para a área central da comunidade, permeada por crianças jogando bola, charretes a cavalo vindas das áreas próximas e da multidão de pessoas que ali circulam.

Visto pela principal via de acesso da região, o local é quase escondido pela vegetação. Sobressaem-se ali somente a imponência dos loteamentos fechados, que a partir da metade da década de 1990 começaram a se estabelecer na área. Com a proposta de acompanhar o mercado aquecido com empreendimentos na zona Sul, esses condomínios não emplacaram como esses outros. Mesmo com a proposta de transferir o vetor de crescimento para a região, a presença da rodovia, como barreira a ser transposta no imaginário coletivo da população da cidade, pode ter sido a causa da baixa procura por lotes nesses empreendimentos. Numa área onde a predominância é por conjuntos habitacionais, a postura arraigada de boa parte da população ainda persiste no estigma de que morar na zona Sul é uma situação de status e indicativo de poder aquisitivo.

Implantados nas proximidades de um remanescente de cerrado, esses loteamentos passaram a oferecer como diferencial a oportunidade de se morar numa área de preservação ambiental: a Floresta Urbana Água Comprida. A área a ser preservada e incluída no projeto do Parque da Água Comprida – uma das prioridades do novo Plano Diretor – foi objeto de disputas entre o Poder Público e a iniciativa privada que almejava a implantação de torres residenciais de 15 pavimentos. Com o apoio da população da região do Jardim Colonial e de bairros adjacentes, o Poder Público anunciou que já está em negociação a compra de metade da área, cerca de 30 hectares, ainda no ano de 2009. A aquisição de parte da floresta visa implantar o Parque e averbar a gleba como compensação ambiental unificada para quatro obras<sup>91</sup> de infra-estrutura e saneamento da cidade. A meta é que a aquisição do restante da área seja feita como forma de preservação do fragmento e incorporando-o ao futuro Parque.

Com a proposta de uma área de relevante qualidade ambiental para se viver na cidade, fica pertinente a situação da comunidade do Jardim Nicéia após sua regularização fundiária. A luta pela posse da terra se dá principalmente para aqueles que dela participaram efetivamente e que por ela travaram a batalha pacífica pela posse. Por outro lado, aqueles que vêem a comunidade como uma oportunidade de negócio talvez não hesitem em vender suas propriedades em troca de um valor em dinheiro ou até mesmo de outro lugar para morar:

*“Quem chegou aqui faz pouco tempo, coisa de uns três anos, fica pedindo asfalto, posto de saúde, escola, reclama do lixo. Mas a gente, que tá aqui há mais tempo quer a legalização. Esse é o nosso objetivo. Se a gente não for reconhecido como bairro, como é que a gente vai conseguir as outras coisas... E essas pessoas mais jovens não entendem isso (...) Só depois que o bairro for oficialmente legalizado é que vai ser possível, e mais fácil, reclamar por melhoria (...)”, depoimento de S. Adalton, vice-presidente da Associação de Moradores do Jardim Nicéia.*

O fato, é que, mesmo vivendo sob condições precárias de vida, a localização da comunidade é satisfatoriamente servida de comércio e de serviços. O comércio local e as residências de alto padrão do entorno são a fonte de trabalho para a maioria das pessoas da comunidade.

Essas residências começaram a ser construídas a partir dos loteamentos fechados que surgiram na área no final dos anos 1990. Conforme segue a tabela abaixo são eles:

---

<sup>91</sup> Duplicação da Av. Nações Unidas no sentido Norte (ligação direta entre a zona Norte e o centro da cidade), instalação da vicinal José Vicente Aiello (sentido Bauru-Piratininga), regularização do Distrito Industrial III (zona Noroeste) e regularização da área da futura Estação de Tratamento de Esgoto a ser instalada no Distrito Industrial I (zona Leste).

**TABELA 3:** Implantação dos condomínios horizontais na Bacia do Córrego da Água Comprida.

Referência no Mapa	Empreendimento	Ano de Aprovação	Tipo	N° lotes
1	Jardim Colonial	1999	Loteamento horizontal fechado	81
2	Residencial Chácara Odete	2001	Loteamento horizontal fechado	70
3	Residencial Tavano	2001	Loteamento horizontal fechado	113
4	Residencial Sauípe	2005	Loteamento horizontal fechado	76

Fonte: <http://www.stapaula.com.br/portalsp/loteamentos/outros.jsp>  
[http://www.jcnet.com.br/detalhe\\_geral.php?codigo=144493](http://www.jcnet.com.br/detalhe_geral.php?codigo=144493)  
 BAURU, SEPLAN - PMB.

Mesmo com o atrativo de poder morar numa área privilegiada, a poucos minutos do centro da cidade, dotados de segurança e lazer em meio a um bairro com muito verde esses empreendimentos não ganharam força semelhante daqueles implantados no setor Sul, no prolongamento da Avenida Getúlio Vargas.

A investida de empreendimentos de edifícios verticais também contribuiu para o desenvolvimento de grande parte da região do Água Comprida. Assumindo o caráter oposto da implantação dos conjuntos habitacionais, no início da década de 1990, por iniciativa de uma empresa com sede fora de Bauru, foi implantado o primeiro empreendimento residencial de quatro pavimentos voltado especialmente para a classe média: o Residencial Parque das Camélias. Com uma gleba na margem oposta aos conjuntos habitacionais, o conjunto de edifícios contrariou as expectativas dos próprios técnicos da prefeitura e alavancou o desenvolvimento de uma parte da cidade que era composta somente por uma faixa de galpões que se serviam da rodovia Marechal Rondon e de bairros residenciais – como o Jardim Marambá, Vila Coralina, Vila Monlevade – que viviam em função da Vila Cardia, bairro próximo da Bacia e um dos primeiros a ser inaugurado ainda quando da expansão da área do Patrimônio inicial.

Posteriormente, na mesma direção, a implantação do Jardim Flamboyant trouxe para a região uma infinidade de comércios e serviços, dando uma autonomia aos bairros vizinhos até então dependentes das áreas centrais da cidade. A proposta se propagou para outras áreas da cidade e incentivou, na região, a implantação de novos condomínios verticais acima de quatro pavimentos. Desse modo, constituiu-se ali uma população de classe média e estudantes das universidades locais – especialmente os do *campus* da UNESP – devido à proximidade das instituições escolares e pelo baixo preço dos imóveis em vista dos edifícios da área central e da zona Sul, mais concentrados na região do Jardim América.

Essa nova forma de morar alterou também a apropriação dos espaços livres do lugar. Os novos edifícios foram implantados em glebas que, além de garantir a permeabilidade do

solo pela presença de áreas ajardinadas, também inovaram o modo do convívio social. Com a presença das áreas comuns – gramados, brinquedos ao ar livre, quadras poliesportivas, quiosques, churrasqueiras comunitárias – os moradores desses lugares inverteram o convívio social, antes feito nas áreas públicas como ruas e calçadas para dentro dos “residenciais”. A partir desse momento, o convívio intra-muros ganhou novos adeptos, especialmente crianças e adolescentes. Hoje essa prática ainda permanece em função dos inúmeros relatos de que *“as ruas são muito perigosas”*. Por outro lado, o alto número de famílias concentradas nas várias torres que atualmente povoam a região do Jardins Auri Verde, Marambá e Vila Engler, fizeram com que determinadas ruas começassem a intensificar seu uso por boa parcela dos moradores desses edifícios. Ruas com grande movimento de pessoas e de veículos, com extensas áreas sombreadas, próximas a escolas e aos condomínios verticais passaram a ser atrativos para um público específico que saiu das casas ou dos apartamentos para se exercitar por meio de caminhadas e corridas pelos bairros próximos.

Novamente a ausência de local específico para a prática esportiva levou o cidadão a buscar alternativas no espaço livre urbano para desenvolver suas atividades cotidianas. Acredita-se que essa ausência não assume um caráter pejorativo, muito pelo contrário; acredita-se que a permanência desses usos qualifica o entorno das construções muradas, fortificadas com sistemas eletrônicos de vigilância. Entende-se que caso o espaço público não seja responsável pelo convívio contínuo da população, ele é acima de tudo o grande elemento para a conservação das relações afetivas com o entorno de onde se mora, trabalha, estuda ou passeia. Ao contrário de áreas mais centrais, a permanência de prédios e casas nesses bairros diversifica os usos e atrai para a região novos investimentos comerciais, imobiliários e institucionais, conforme a demanda por esses serviços vai crescendo.

A ausência de praças formais é muito mais incidente nessa região do que nos conjuntos habitacionais. Entretanto, as áreas de convívio interno, assumem esse papel:

*“(...) os adolescentes se reúnem todas as noites sobre as tampas das caixas d’água do Camélias<sup>92</sup>. No Jardim dos Duques eles se encontram nos quiosques. Isso foi um morador de lá que me contou.”, depoimento de Ana Rosa, 42 anos, moradora da Vila Santa Terezinha, zona Oeste da cidade; é proprietária de uma papelaria defronte o condomínio Jardim Flamboyant.*

Durante o levantamento de dados no local, ficou fácil perceber que a característica de bairros jovens também acompanha a população que habita os bairros ao longo do córrego da Água Comprida. O grande número de crianças nas ruas, nos quintais e nos espaços destinados à recreação – improvisados ou não – confirmam essa dedução. A presença de um grande número de escolas e creches também reafirma essa constatação. São bairros jovens e que não oferecem grandes oportunidades aos idosos que ali foram morar ou que envelheceram com o amadurecimento dos empreendimentos.

---

<sup>92</sup> Neste caso, os reservatórios de água são subterrâneos, com volumes aparentes ao longo das áreas comuns dos prédios, e que são fechadas com grandes tampas, formando uma espécie de mureta.



Figura 22: Apropriação da rua do Jardim Nicéia. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.



Figura 23: Indícios da apropriação da rua do Núcleo Geisel. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

Poucas são as opções para essa faixa da população local que, ao ser pouco atendida pelos centros comunitários locais optam ou por buscar lugares que possam desenvolver atividades compatíveis com suas limitações ou passam a ficar dentro de suas residências. Assim, espaços como a unidade do SESC tornam-se referência para a população da cidade como um todo e em boa parte dos bairros próximos. A busca pela instituição se faz pelas aulas de ginástica e alongamento, academia e pela dança de salão. Foi lá que Dona Josina foi

encontrada, em sua primeira aula de dança de salão. Estava nervosa pelo início da aula e pela decisão tomada depois de tantos anos de viuvez. Mas logo acrescentou:

*“Foi o (meu) filho que falou pra eu vir. Ele que está pagando pra mim. Eu estava quase entrando em depressão profunda.”, depoimento de D. Josina (72 anos), abordada nas dependências do SESC-Bauru, é moradora do Núcleo Geisel.*

Após a aula, notava-se sua alegria e satisfação:

*“Nossa, como é bom! Não fico nunca mais em casa. Como eu perdi tempo... (...)”*

O convívio com outras pessoas nos espaços públicos, ou de uso público, reforça a discussão sobre os efeitos que essa prática oferece a quem dele uso faz. Com uma população idosa ativa, apesar de suas limitações físicas, as praças e os parques necessitam passar por reformulação projetual que considere a experiência prática da população que irá fazer uso desses ambientes e equipamentos. Os chamados centros comunitários até podem solucionar boa parte dessa deficiência, mas não há, em nenhum bairro visitado, um idoso sequer que queira ser privado das práticas cotidianas ao ar livre, em contato com a natureza e no convívio contínuo das suas relações sociais:

*“Você conhece aquela árvore ali? Nós estamos procurando uma sucupira para fazer chá para uma conhecida. Você conhece a sucupira? (...) Nós fazemos caminhada pelo bairro todos os dias, freqüentamos aulas de ioga ali perto do Cento de Treinamento e fazemos academia ali ao lado do prédio dela. Eu adoro esse bairro (região do Camélias). Tem tudo o que precisamos (...)”, depoimentos de D. Edna, 75 anos, moradora do Jardim Marambá e sua amiga, D. Cecília, 70, moradora do Edifício Resedás (também região do Camélias), coletados em terreno vazio onde será implantada a Praça Mestre Bimba.*

Um bom exemplo da apropriação de espaços livres públicos foi o projeto de reformulação e reurbanização para a Avenida Eng<sup>o</sup> Luiz Edmundo Carrijo Coube, acesso principal para o campus da UNESP. A partir da construção do Hospital Estadual de Bauru, instituição mantida por essa mesma universidade, um projeto remodelou a antiga avenida, duplicando-a nos dois sentidos, com a construção de uma ciclovia e uma faixa para pedestres. Com um projeto de paisagismo modesto, porém muito mais agradável do que a antiga trilha aberta na vegetação que invadia a pista simples, a apropriação do local pelos moradores de bairros próximos como o próprio Geisel conferiu outra dimensão para a área (Figura 23). Com a vegetação rústica do cerrado margeando um de seus lados, a avenida se tornou referência para a prática esportiva das comunidades vizinhas e da própria comunidade acadêmica. Bairros como o Jardim Colonial – loteamento aberto e condomínio fechado –, Núcleo Geisel, Jardim Nicéia, Jardim Olímpico, entre outros, passaram a ter a avenida como opção para as atividades esportivas e exercícios físicos. Popularmente conhecida como “avenida do Estadual” – pelos moradores dos bairros próximos ao Hospital

– e “avenida da UNESP” pela comunidade acadêmica, a área, com alguns pontos negativos, como a falta de sombreamento por causa do baixo porte inicial das espécies plantadas, tem cumprido o seu papel qualificador do espaço livre enquanto agregador de indivíduos no convívio social do espaço urbano. Mesmo que não haja comunicação entre essas pessoas, a presença física não ignora a troca de pelo menos um olhar para o outro ou para a paisagem.

*“Eu brinco por aqui mas às vezes eu vou caminhar com meu tio na avenida da UNESP”, Gabriela, 11 anos, moradora do Núcleo Geisel, próximo ao Sambódromo.*

A falta de mais espaços de lazer leva a população em busca de outros lugares para o lazer ou para o encontro. A declaração da garota acima também revela o uso de espaços como a Praça da Paz, o Parque Vitória-Régia, além do centro da cidade.

Ainda com relação à avenida, tem-se outro relato:

*“Ah, agora com a Avenida do Estadual, eu vou caminhar todos os dias bem de manhã. É só eu pegar essa rua aqui que sobe e eu saio lá. Num ‘instantinho’ eu chego. (...) Melhorou muito com a avenida. Tem muita gente que vai caminhar lá. Como eu não vou em outro lugar eu só faço a caminhada mesmo”, D. Cecília, 72 anos, moradora do Núcleo Geisel, na parte mais alta.*

Percebe-se pelos depoimentos e observações locais que determinados espaços urbanos tornam-se referência para a totalidade. Elementos como o Sambódromo, o Camélias, a avenida de acesso ao Hospital e ao campus universitário, integram uma lista de lugares que permeiam o imaginário da população de boa parte da cidade. Mesmo o Camélias sendo o conjunto residencial, a sua presença na área provocou uma apropriação do nome para designar inclusive o bairro que o contém: o Jardim Marambá. No rol das significações urbanas, a presença do condomínio estabeleceu identidades locais que se inseriram no cotidiano da cidade, assim como aconteceu com o Geisel e o Redentor. As referências se fazem pela proximidade a algum outro local de importância visual ou física para a população em geral, como também por elementos que eles contêm. Assim, o Cemitério está para o Redentor, como o Sambódromo está para o Geisel; da mesma maneira, a avenida está para o Hospital e o Camélias está para a região verticalizada da área como um todo.



Figura 24: Av. Engº Luiz Edmundo Carrijo Coube após remodelação – “Avenida do Estadual”. Hospital ao fundo. Fonte: H. AIDAR Pavimentação e Obras LTDA.

### 3.3.1 Formação Vegetal: o Cerrado e a Cidade

Em Bauru, os processos erosivos se tornam propícios por causa das características geológicas do solo – arenoso – com grandes propensões ao lixiviamento. Com a superfície desprovida de camada vegetal protetora e com altos índices de impermeabilização, a velocidade das águas pluviais vem aumentando sucessivamente a cada ano. Um dos motivos do aumento dessa velocidade se dá por grande parte das ruas dos loteamentos não ser disposta paralelamente às curvas de nível, uma forma muito usual para a redução no custo da implantação. Uma paisagem composta de erosões e voçorocas urbanas se forma com a ausência de um planejamento mais coerente na implantação do sistema viário em relação à topografia.

Na região de Bauru-SP, a vegetação se caracteriza por dois momentos: a formação primitiva que se deu pela Floresta Tropical e a atual, composta pelo Cerrado<sup>93</sup>. O Município encontra-se hoje, conforme classificação fitogeográfica do IBGE<sup>94</sup>, numa área de tensão ecológica devido ao contato de diferentes tipos de vegetação: o Cerrado e a Floresta Estacional Semidecidual. Esta última faz parte do Bioma da Mata Atlântica e uma de suas características se dá pela ocorrência de espécies caducifólias (perda de folhas no período

<sup>93</sup> Fonte: <http://www.bauru.sp.gov.br/dadosgeograficos>. Acesso em: 30/09/2008.

<sup>94</sup> Fonte: [http://www.ibge.gov.br/mapas\\_ibge/tem\\_vegetacao.php](http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/tem_vegetacao.php). Mapa de referência: Ano 2004 (com atualização em junho de 2009). Acesso em: 18/05/2009.

seco – inverno). Entretanto, sua ocorrência é determinada pela presença de solo com alto grau de fertilidade. A grosso modo, essa identificação da composição vegetal no Município pode ser feita a partir da hipótese de que o cerrado está presente mais próximo ou dentro da área urbana e a Floresta Estacional, nas áreas além do perímetro urbano. A sugestão não pode ser considerada de cunho científico, porém facilita, para o leigo, a identificação das características predominantes do bioma dentro do espaço urbano.

A vegetação do Bioma do Cerrado, considerado aqui em seu “*lato sensu*”, não possui uma fisionomia única em toda a sua extensão. Bastante diversificada, apresenta desde formas campestres bem abertas, como os campos limpos de cerrado, até formas relativamente densas, florestais, como os cerradões que, de acordo com CAVASSAN (1997), é a formação vegetal predominante do Município de Bauru.

Conforme COUTINHO (2000) apud PIRES (2004;97), o cerradão é a denominação comumente dada ao cerrado na forma florestal, também enquadrando-se como floresta tropical estacional, com queda de folhas num determinado período do ano. A ocorrência dessa vegetação demanda um solo bem drenado, profundo, pobre em nutrientes e minerais, com elevado nível de acidez e toxicidade (rico em alumínio). A aparência desse tipo de vegetação se dá por espécies de estrato arbóreo (lenhoso), com troncos e ramos retorcidos, súber espesso (o que explica sua resistência ao fogo e facilita o seu ressurgimento), onde o seu adensamento acaba por eliminar em grande parte o estrato herbáceo. O sistema subterrâneo, dotado de longas raízes pivotantes, permite a estas plantas atingir 10, 15 ou mais metros de profundidade, abastecendo-se de água em camadas permanentemente úmidas do solo, até mesmo na época seca<sup>95</sup>.

De acordo com dados do Instituto Florestal<sup>96</sup> foi revelado que, até o ano de 2004, 91,16% da mata original do Município de Bauru havia sido derrubada. Os dados, vinculados a um mapa elaborado a partir de imagens de satélite, revelaram que restam 5.958,55 hectares de cobertura vegetal nativa o que corresponde a 8,84% da cobertura original. Desse total, 921,43 hectares são de mata (1,37%); 1.744,93 hectares de capoeira (2,59%); 2.429,04 hectares de cerrado (3,6%); 836,82 hectares de cerradão (1,24%); 18,68 hectares de vegetação de várzea (0,03%) e outros 7,65 hectares de vegetação não classificada (0,01%).

Na área rural, mais de 43 mil hectares hoje estão cobertos com pastagens. O reflorestamento – com plantios de pinus e eucalipto – ocupa 3.045,10 hectares, cerca de 4,52% da área total do Município.

Dados recentes do último Inventário Florestal da Vegetação Natural, de 2006, revelam que na região de Bauru existem quase 29 mil hectares de cerrado, configurando-se na terceira região do Estado com maior área coberta pelo bioma. O Estado de São Paulo possui somente 0,84% de área de cerrado - equivalente a 211 mil hectares -, ante a ocupação original que correspondia a 14% do território paulista - 3,4 milhões de hectares.

Os fragmentos florestais mais expressivos ainda existentes de cerrado estão na área urbana e periurbana do Município, principalmente nas regiões Leste, Sudeste e Sul da

<sup>95</sup> Fonte: [http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos\\_vegetacao.htm](http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos_vegetacao.htm). Acesso em 16/08/2008.

<sup>96</sup> Fonte: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/estadosaopaulo/bauru.pdf?tietejacare=bauru.pdf>. Acesso em 19/06/2009.

cidade. Parte desses fragmentos encontra-se protegida nas áreas que englobam as APAs municipais: APA Vargem Limpa-Campo Novo<sup>97</sup> e a APA do Córrego da Água Parada<sup>98</sup>, sendo a última, sobreposta pela APA Estadual da Bacia do Rio Batalha.

Nos limites compreendidos pela APA Vargem Limpa-Campo Novo, localizada na região Sudeste do Município, encontram-se os fragmentos de maior expressividade do maciço florestal de cerrado dentro da área urbana. Compondo esse quadro estão:

- a Reserva Florestal da Sociedade Beneficente Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, com aproximadamente 380 hectares de cerradão e pequena porção de reflorestamento de eucalipto;
- o Parque Ecológico Municipal Tenri-Cidade Irmã com 321,71 hectares de mata estacional, matas ciliares e, em sua grande maioria, o cerradão;
- a Reserva Legal da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, com aproximadamente 132, 0126 hectares de cerradão<sup>99</sup>;
- áreas de propriedades particulares, que somadas totalizam cerca de mil hectares e que foram anexadas à APA em 2004<sup>100</sup>.

O Parque Municipal é uma área de 1.040 hectares de vegetação nativa remanescente, adquirida pelo Município nas primeiras décadas do século 20, com a finalidade de preservar mananciais para garantir o abastecimento de água potável para Bauru. Sua área é um dos últimos fragmentos protegidos de vegetação nativa da região – a vegetação predominante é o cerrado, mas possui também mata de brejo e floresta estacional semidecídua – e é cortada pelo córrego Vargem Limpa, que fazia parte da antiga Fazenda Vargem Limpa, uma grande propriedade rural. A escolha desse local para a implantação do parque fundamentou-se na presença de vasta área de vegetação nativa que protegia as nascentes daquele manancial, garantindo a qualidade da água, além de mantê-lo longe dos campos de cultivo e criações de animais.

O sistema de captação de água começou a ser implantado em 1917 e operou até 1940, quando foi transferido para o Rio Batalha. Por volta de 1979, a Prefeitura Municipal de Bauru iniciou o processo de criação do Parque Ecológico Municipal em remanescentes dessa área, mas somente em 1987, A Lei Municipal nº 2.790 instituiu no local, o Parque Florestal de Bauru. Em 1992, iniciaram-se os trabalhos de estruturação do parque, com abertura de trilhas, produção de mudas nativas, projetos de recomposição de área degradada e de

<sup>97</sup> Em 1996, com a aprovação do PDDI, o Parque Ecológico foi regulamentado como APA Vargem Limpa-Campo Novo e aprovado pela Lei Municipal nº. 4605, de 27/11/2000.

<sup>98</sup> Nos limites dessa APA encontra-se a Estação Ecológica Sebastião Aleixo da Silva, localizada ao norte da mancha urbana, com 287,98 hectares de mata estacional semidecidual.

<sup>99</sup> Em junho de 2009, a Universidade anunciou a preservação de mais 133,4 hectares de fragmento de cerrado em seus domínios, aumentando para 265,41 hectares a área total de reserva legal. A decisão faz parte de um projeto que terá como produto final a construção de uma estação de tratamento de esgoto na instituição, por meio de alagados construídos. Fonte: Jornal da Cidade, 13/06/2009.

<sup>100</sup> Conforme disposição do Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade – PROBIO/SP, esses remanescentes estão muito próximos da área urbana e seus tamanhos individuais giram em torno de 100 hectares, de forma que, na sua totalidade, servem de conectores para a movimentação das comunidades biológicas.

implantação de espaços para o atendimento aos visitantes. Em 1993, com a construção do orquidário, os trabalhos começaram a ser direcionados para atividades de conservação ligadas a Jardins Botânicos. Em 1994 foi criado, em terras do Parque, o Jardim Botânico Municipal de Bauru, ocupando uma área de 321 hectares, e o Zoológico Municipal. Hoje, o Jardim Botânico desenvolve um importante papel na conservação de ecossistemas naturais além do desenvolvimento de atividades ligadas à pesquisa e à educação ambiental.

Em sua composição vegetal estão vários remanescentes de mata nativa com alta diversidade biológica, conferindo-lhe um importante papel na conservação *in situ* tendo sido considerada pelo PROBIO/SP uma área de alta prioridade para a conservação. Dos 321 hectares do Jardim Botânico, 280 hectares são ocupados por cerradão, 33 hectares por área de regeneração natural, cinco hectares por floresta estacional semidecídua, um hectare de mata de brejo e outros dois hectares são ocupados pela estrutura administrativa e coleções *ex situ* destinadas à visita pública.

Em geral, a localização dos fragmentos de mata nativa muito próxima da área urbana os deixa vulneráveis aos eventos predatórios como incêndios intencionais e/ou acidentais – a exemplo do ocorrido na década de 1990, que atingiu a vegetação de parte do Parque Ecológico e do campus da UNESP – e às ocupações da área nuclear por posseiros, como ocorrido em área hoje de posse reintegrada.

Além dessas áreas, outras três unidades de conservação se encontram sob a administração do Poder Público Estadual:

- Reserva Florestal Sebastião Aleixo da Silva, criada em 1961 e passando a ser classificada como Estação Ecológica<sup>101</sup> em 1987, está localizada fora da malha urbana e possui 287,98 hectares de mata estacional semidecidual;
- APA da Bacia do Rio Batalha<sup>102</sup> que visa à proteção sobre o manancial hídrico que abastece a cidade de Bauru;
- Estação Experimental de Bauru<sup>103</sup> (Horto Florestal de Bauru).

Administrada pelo Instituto Florestal e localizada numa área de 43,09 hectares, o Horto formou ao longo de sua história um arboreto com cerca de 1.000 espécies, entre nativas e exóticas de relevante importância. É um dos últimos remanescentes de área de cerrado nativo dentro do perímetro urbano de Bauru, constituindo-se um ponto de lazer e de educação ambiental para a cidade. Além disso, também apresenta uma área florestada com espécies exóticas, especialmente pinus e eucalipto, em maior quantidade. Ao lado do Jardim Botânico e do Zoológico Municipal, o Horto se configura como uma das áreas de grande relevância dentro do sistema de espaços livres da cidade na categoria de espaços abertos à visita e com grande maciço de vegetação.

---

<sup>101</sup> Respectivamente: Decreto n.º. 38.424, de 06/05/1961: Cria a Reserva Florestal Sebastião Aleixo da Silva; Decreto n.º. 26.890, de 12/03/1987: Estabelece a Reserva como Estação Ecológica.

<sup>102</sup> Criada pela Lei Estadual n.º. 10.773, de 01/03/2001.

<sup>103</sup> Criada em 18 de abril de 1929, por escritura pública de área doada ao Poder Público Estadual.

A história de implantação do Horto Florestal remonta à época de instalação da ferrovia:

*“O Navarro fez todos os Hortos para eucalipto. O Edmundo Navarro de Andrade fez todos os Hortos para eucalipto. Ele queria uma árvore para queimar nas locomotivas, que desse, quem sabe, dormentes, postes e tal (...)”*

*“O Horto de Aimorés<sup>104</sup> que fornecia a lenha para a Companhia Paulista”.*

*“Então, aí, essas estradas de ferro foram queimando lenha. Mas não queimava tanta lenha assim pra acabar com as matas do Estado de São Paulo. O que acabou com as matas do Estado de São Paulo foi a lavoura, agricultura, que é o mesmo que está acabando com o cerrado do Brasil central. Não tem trem queimando; estão queimando carvão, isso sim”.*

*“A Companhia Paulista fez uma coisa que raramente se vê uma empresa fazer: é ter um serviço florestal. Como tinha um serviço florestal no Estado – que é onde nós estamos – tinha um serviço florestal da Paulista, que tratava dos dormentes, da madeira da construção dos vagões...”. Depoimento de José Carlos B. Nogueira, Eng<sup>o</sup> Agrônomo que dirigiu o Horto Florestal de Bauru de 1960 a 2006.*

Entretanto, mesmo possuindo caráter de pesquisa, as atividades do Horto Florestal adotam o perfil de integração com o público, o que ainda atrai timidamente a população que mora mais próxima de suas dependências, sendo desconhecido por parte da população da cidade, em geral os mais jovens. Sua maior abrangência se dá pela educação ambiental voltada para as escolas da cidade.

### **3.3.2 A Floresta Urbana da Bacia do Córrego da Água Comprida**

Em Bauru a composição vegetal mais comum em áreas de preservação ou que ainda não foram desmatadas é a vegetação do cerrado, especificamente, conhecido como “cerradão”. Espécies como o murici (*Byrsonima verbasciflora*), pau-de-tucano ou cinzeiro (*Vochysia tucanorum*), pau-doce (*Vochysia cinnamonea*), dedaleiro (*Lafoensia pacari*), cambará (*Lantana câmara*), ipê-amarelo-do-campo (*Tabebuia caraíba*), ipê-amarelo (*Tabebuia ochraceae*), entre outros, são as mais comuns nas áreas de maior índice de vegetação nativa. As espécies típicas da Mata Atlântica também aparecem nas áreas remanescentes próximas às margens dos cursos d’água. Assim, a recomposição das áreas degradadas pode se apropriar de espécies que sejam capazes de favorecer o equilíbrio da fauna existente e que esteja compatível com o tipo de solo.

<sup>104</sup> O Horto de Aimorés faz parte da Estação Experimental de Bauru e, ao contrário do Horto Florestal implantado dentro da cidade, possui caráter exclusivamente para pesquisa, conservação e manejo de espécies vegetais.



Figura 25: Exemplar florido de pau-de-tucano ou cinzeiro (*Vochysia tucanorum*) em lotes não construídos no Jardim Colonial. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

Dentro da área de estudo, ocorre um fragmento remanescente de mata nativa do cerrado e com alguns remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual (área de transição entre Cerrado e Mata Atlântica). O fragmento se encontra próximo à nascente do Córrego da Água Comprida e atualmente, conta com o seu tombamento<sup>105</sup> por meio da aprovação do novo Plano Diretor (BAURU, 2008), fomentado pela participação popular que se engajou na coleta de assinaturas para evitar a venda da área para a implantação de empreendimentos imobiliários.

A área de propriedade particular, com cerca de 60 hectares, já tem proposta de compra pelo Poder Público Municipal. A aquisição de metade da área, em fase de negociação pelo município, garante a preservação do remanescente e cumpre a compensação ambiental por obras previstas na cidade.

A preservação da área da Floresta e sua posterior integração ao parque linear podem agregar mais benefícios à população do que somente resolver o problema da moradia. Neste caso, o benefício se estende à população como um todo – como opção de lazer – e à cidade – como melhor qualificação das áreas livres públicas aliadas a uma melhor qualidade ambiental. Apesar da dificuldade de manejo em biomas de cerrado<sup>106</sup>, a interação com o

<sup>105</sup> Lei 5631 de 22/08/2008. Art. 66. Cria, na região da Floresta Urbana Água Comprida, uma Área de Relevante Interesse Ecológico Art.146. Inciso XI.: “*Constituem prioridades ambientais no Município de Bauru o tombamento de toda cobertura representativa do Cerrado na área urbana*”. (grifo nosso) Fonte: BAURU, 2008.

<sup>106</sup> Sobre o assunto ver mais detalhes em BITENCOURT & MENDONÇA (2004).

meio pode ser feita por um projeto que contemple atividades de cunho ambiental e não somente de lazer ou recreação.

### **3.3.3 Parques de Fundo de Vale: O Parque da Água Comprida**

O interesse nas áreas de fundo de vale para a implantação de parques lineares é uma idéia que já percorre por várias décadas, não só no Brasil como em outros países também, as intenções de promover uma melhor qualidade de vida nas cidades e também como fator indispensável para a fluidez dos eventos naturais relacionados à precipitação e vazão das águas pluviais. Na cidade de Bauru, é meta a intenção de se considerar, por meio do novo Plano Diretor, que os fundos de vale sejam elementos de estruturação física e social da paisagem urbana, valorizando suas características naturais e ambientais.

O córrego aqui estudado possui características potenciais para a criação de um parque linear, com vínculo ecológico de preservação, alternado com áreas para lazer. Dois motivos se fazem mais pertinentes: localiza-se em área de fragmentos remanescentes de cerrado e possui grande número de residências ao longo dos bairros que acompanham seu leito.

O crescimento e o adensamento urbano de Bauru formaram uma estrutura de grandes vazios urbanos que podem ser divididos em dois tipos conforme ALVES (2001): áreas isoladas e formações lineares irregulares de fundos de vale ou “vazios urbanos de fundos de vale”.

O primeiro tipo ocorre dentro da cidade urbanizada ou nas extremidades da cidade (entre a área urbanizada e o limite da zona urbana). O segundo tipo contempla um complexo de áreas que envolvem a maioria dos córregos da cabeceira do Rio Bauru. São áreas marginais a esses córregos, que estão contíguas a parcelamentos irregulares e de diversas dimensões em relação à distância do fundo de vale (ALVES, 2001).

A presença desses vazios qualifica o sistema de espaços livres da área, apresentando-se como áreas potencialmente favoráveis à implantação de um parque linear ao longo do córrego, garantindo áreas de respiro entre os traçados justapostos, e que podem ainda, trazer novos empreendimentos para a área como forma de valorizar o solo urbano, desde que respeitadas suas limitações geológicas e ambientais.

Diante da carência de áreas para parques de recreação em diversos setores da área urbana e da necessidade de proteção das margens já degradadas, optou-se, no Plano Diretor de 2008, por propor o uso das faixas de proteção dos rios e córregos ainda não canalizados para parques lineares.

Infelizmente até o momento atual, as intenções projetuais barraram nas burocracias administrativas do Poder Público e na sua inércia inoperante. Pelo novo Plano ficou estabelecida com prioridade a conservação e recuperação das áreas lindeiras aos cursos

d'água, com o máximo aproveitamento de suas potencialidades naturais e paisagísticas de modo a promover uma cidade mais próxima de seus habitantes, além do controle do parcelamento, uso e ocupação do território.

Historicamente, a área de recorte deste trabalho – a bacia do córrego da Água Comprida e parte da bacia do córrego da Água da Ressaca – fazia parte da antiga Fazenda Campo Redondo, que, ao contrário das demais fazendas, começou a ser loteada mais tardiamente, somente por volta da década de 1950.

Em 1957 eram anunciadas as vendas de terrenos no Jardim Cruzeiro do Sul e no Jardim Marambá, uma região considerada como o “final da cidade” por não haver comércio ou serviços em suas imediações. A transposição para o bairro era dificultada pela existência da rodovia Marechal Rondon que se cruzava com as ruas do bairro em nível e que somente na década de 1980 teria seu nível rebaixado. Apesar de ser um fator que dificultava a transposição para o novo bairro, a proximidade com a rodovia que ligava a cidade à capital era um fator vendido de modo positivo por seus loteadores. Dentre todos os loteamentos da cidade, a implantação do Jardim Marambá se diferenciava dos demais por possuir ruas que obedeciam a um desenho que acompanhava a topografia do terreno em forma de “patas de ganso”, com encontros em rotatórias.

Dentre todas, é a paisagem de bacia que mais abriga vazios urbanos contíguos ao leito do córrego. O lugar abriga potencialidades, mas também dualidades: ao mesmo tempo em que recebe condomínios para as classes mais abastadas também é palco de residências precárias na cabeceira do córrego. E ambos corroem suas margens, cada um à sua maneira.

Hoje, a bacia do Córrego da Água Comprida se apresenta como um dos Setores de Planejamento cujas diretrizes se fazem pela implantação de barragens de contenção de águas pluviais, implantação do Parque da Água Comprida<sup>107</sup>, regularização fundiária e construção de moradias de interesse social nas ocupações irregulares do Jardim Nicéia e Jardim Olímpico/Geisel, melhoria na acessibilidade viária entre margens, tombamento das áreas de reserva natural de cerrado e instalação de equipamentos esportivos e de recreação nas áreas degradadas junto ao parque de manobras férreas, no encontro do córrego com o Rio Bauru. Continuando, deverá ser regularizada a favela do Jardim Nicéia por ser uma ocupação irregular em área de interesse ambiental. Imprescindível também o tombamento

---

<sup>107</sup> O vale foi objeto de grande impasse entre a comunidade e o Poder Público, uma vez que, em 1991, as Áreas de Preservação Permanente (APP) foram indevidamente negociadas e desapropriadas com o propósito da construção do Parque Linear da Água Comprida e de uma avenida-parque, num total de 129.457m<sup>2</sup>. O projeto, que não fora executado, era anterior às diretrizes do Plano Diretor de 1996, que, por sua vez, tratava das áreas de parques urbanos com pouca profundidade quanto ao seu planejamento e gerenciamento. A especulação imobiliária investiu em empreendimentos pós-Plano Diretor que não passaram por um critério de avaliação para sua implantação e avançou sobre áreas non aedificandi da bacia. Conforme pudemos observar na pesquisa de ALVES (2001), a proposta para o parque ratificava sua falta de concepção e preocupação ambiental, uma vez que ignorava a presença de 23 nascentes de caráter permanente na área desapropriada e permitiu a construção de uma avenida nessa mesma área. Entretanto, com a aprovação do novo Plano Diretor (2008), ficou decretado a elaboração de um novo projeto para o Parque da Água Comprida por meio de planejamento participativo com a população local e as áreas excedentes que não forem utilizadas para o parque serão liberadas para projetos de parcelamento ou edificação (vide Lei Municipal nº 5631/2008).

da reserva natural de Cerrado, a Floresta Urbana Água Comprida, ficando vedado o desmatamento da Floresta que estava ameaçada por empreendimento imobiliário.

Dentro do sistema de espaços livres da cidade, a área determina papel fundamental no processo de estruturação da paisagem urbana por comportar novas formas de apropriação do espaço. Apropriações essas que, se bem direcionadas, irão qualificar não só o desenvolvimento do lugar, mas também a continuação de um processo histórico-cultural marcado pela ocupação de uma paisagem repleta de cursos d'água e porções de cerrado em concomitância com a memória e a modernidade, convivendo juntas no cotidiano urbano.

Vale ressaltar que a área do córrego é uma das menos ocupadas dentro da malha urbana, restando algumas glebas desocupadas e com remanescentes de mata original. A mesma se insere num ponto de importância física e visual da paisagem urbana, além de abrigar, em sua circunscrição, o processo dialético do uso e da ocupação diferenciada do espaço urbano por seus vivenciadores. São motivos que nos levam a estudá-la com maior profundidade.

# **CAPÍTULO 4**

## **Leituras da Paisagem**

---

*Uma cidade é feita de uma soma de vozes,  
onde cada um tem sua percepção,  
suas questões e suas respostas.  
(Maria Ângela F. P. Leite) <sup>108</sup>*

Para o melhor entendimento das práticas cotidianas desenvolvidas ao longo da bacia do Córrego da Água Comprida, além das informações obtidas por intermédio de bases cartográficas e fotos aéreas, as visitas a campo completaram a fase dos procedimentos estabelecidos para o estudo. A proximidade com o objeto a ser pesquisado permitiu traduzir como essa população de vivenciadores, que mora ou trabalha nos bairros da área em questão, se apropria do lugar.

A fase foi dividida em três etapas:

- a) **Levantamentos fotográficos** das áreas livres e dos usos e apropriações dos espaços públicos pelos moradores/vivenciadores no período entre 2003 (quando a área passou a ser um objeto em potencial de estudo) e 2009. Concomitantemente a esse procedimento somou-se o levantamento das reais condições dos espaços efetivamente implantados pelo Poder Público e dos espontaneamente apropriados pela população. Aqui a paisagem em questão também se torna elemento de observação uma vez que se altera em vários trechos ao longo do córrego. Tais variações implicam em comportamentos que se assemelham na forma de interpretar o espaço, como veremos mais adiante, especialmente ao se considerar a casa e a rua como as maiores identidades no bairro onde moram esses indivíduos.
  
- b) **Coleta de depoimentos dos vivenciadores** (moradores ou não) das áreas em estudo, referente aos usos e apropriações dos espaços públicos na vida cotidiana. Os depoimentos, obtidos de forma espontânea, priorizaram todo e qualquer cidadão que estivesse integrado com o local onde estava sendo observado. Por isso, além dos moradores da área, procuramos ouvir líderes da comunidade, professores, funcionários públicos, entre outros, de forma a revelar curiosidades

---

<sup>108</sup> Citação em aula na Pós-Graduação FAUUSP, durante a Disciplina: *A Paisagem no Desenho do Cotidiano Urbano*. 1º Semestre de 2004.

ou informações que constem da memória oral ou visual da população das áreas estudadas.

- c) **Desenvolvimento de oficinas com as crianças das escolas da área** para a detecção das áreas que expressam os lugares do convívio público – neste caso o lugar da “brincadeira”.

Os dados obtidos pelas diferentes formas de abordagem que mais adiante serão elucidadas não apresentam um caráter quantitativo. A intenção em assumir tal postura é de que todas as informações coletadas - seja por entrevistas, por conversas informais, pelas atividades perceptivas, pelos depoimentos ou outras formas de abordagem direta - demonstrem da maneira mais natural possível a relação entre o indivíduo que vivencia o lugar e as suas percepções pessoais do lugar onde mora ou trabalha. A vivência é aqui entendida como experiência sensorial, o que não permite engessar dados numéricos e informações técnicas se a complexidade e riqueza do material podem ser obtidas de forma subjetiva e espontânea.

O contato direto com aqueles que são responsáveis pela produção do espaço urbano nessa área de vale permite que, ao expor a coleta de dados no local, o discurso desse trabalho possa eventualmente estar em primeira pessoa. É uma forma de ratificar o pressuposto de que o entendimento das questões relacionadas com a esfera de vida pública é também uma postura de vivência daquele que se dispõe a integrar-se ao meio construído para constatar suas observações.

## **4.1 Vivenciadores: adultos e idosos nas práticas cotidianas**

Para o entendimento das práticas cotidianas e da apropriação dos lugares estudados algumas atividades foram propostas para as diferentes idades e para os diferentes tipos de público que compõe nossa área de estudo. Com o intuito de identificar o grau de afetividade do vivenciador – adulto ou idoso – com o lugar da prática cotidiana, optamos por percorrer os bairros pertencentes à bacia do Córrego da Água Comprida e abordar preferencialmente aqueles indivíduos que demonstravam estar desempenhando uma atividade habitual da sua vida cotidiana.

As informações foram obtidas por meio de perguntas que inicialmente se caracterizariam por um questionário técnico, mas por intenção da pesquisadora, esse primeiro contato formal se estenderia a uma agradável conversa isenta de uma seqüência obrigatória de perguntas formais. Essa conversa, geralmente seguia rumos que o próprio

indivíduo conduzia, ora contando sobre sua vida pessoal – no caso de pessoas mais velhas, tal a um exercício de memória, ora enaltecendo ou argumentando sobre determinado fato ou ocorrido no bairro, na família ou na vizinhança. O procedimento descrito foi direcionado para a coleta de depoimentos de jovens, adultos ou idosos que encontramos no decorrer do levantamento dos bairros estudados.

Primando pela autonomia de expressão, a abordagem era feita preferencialmente defronte às casas onde as pessoas se encontravam, durante suas atividades físicas ou de recreação, em seus ambientes de trabalho ou, de forma contrária a nossa pressuposição, pelas pessoas nos abordando com o intuito de saciar a própria curiosidade e saber sobre a finalidade do trabalho desenvolvido. Nesse processo, em muitas ocasiões rompemos a barreira inicial da desconfiança e, à medida que ganhávamos interatividade, éramos convidados a entrar em suas residências ou a nos sentarmos junto ao grupo para um bate-papo na calçada defronte a própria casa. Passamos de investigadores das práticas cotidianas daqueles lugares para nos tornarmos, por hora, ouvidores de histórias e acontecidos reavivados pela lembrança que nossa presença proporcionou.

Essa característica na coleta das informações permitiu um melhor entrosamento entre pesquisador e pesquisado, de modo que a receptividade para uma conversa, no melhor estilo “um dedo de prosa”, evidenciou características já antes percebidas pela pesquisadora. Dessa forma, o indivíduo se sente mais confiante em contar os “causos” da vida pessoal ou do grupo a que pertence transformando o entrevistador numa espécie de “conhecido-confidente” que naquele momento se interessa pela vida cotidiana no bairro. Por outro lado, tal experiência permitiu que durante as conversas, a obtenção das informações fossem sutilmente inseridas nas pautas das prosas. O nosso roteiro de perguntas desenvolvia-se naturalmente conforme o diálogo prosseguia. Assim, não nos preocupávamos com o número de relatos obtidos num mesmo dia de trabalho, mas sim, nos colocávamos exatamente na condição de vivenciador daquele determinado lugar seguindo, inclusive, as suas rotinas diárias de horários, o que nos proporcionou um material muito rico em conteúdo. Em muitas ocasiões não estipulávamos um período para a investigação, exceto em determinadas situações onde os eventos eram determinados por data e horário, como a Feira de Carros que ocorre no Sambódromo, aos domingos de manhã. A permanência nesses lugares foi realmente enriquecedora.

Entretanto, não nos restringimos apenas às ruas dos bairros da área de estudo. Com o intuito de aprofundar nossa investigação, também nos dirigimos para espaços públicos abertos ou privados de uso público, inseridos, de preferência, em nosso campo de estudo, para investigar a procedência de seus usuários<sup>109</sup>. A opção por lugares contidos nos limites da bacia estudada foi proposital para que pudéssemos conferir a importância dos mesmos nas práticas habituais dos indivíduos que deles se apropriam.

Para tanto estivemos em dois pontos que julgamos mais atrativos da área como um todo: o Horto Florestal – lugar de recreação e atividades físicas, localizado à jusante do córrego, limítrofe com a linha férrea e com as margens do rio Bauru – e a unidade do SESC,

---

<sup>109</sup> Nesse caso no sentido de “utilizador” do espaço; aquele que faz uso de alguma coisa.

lugar-referência para as atividades de recreação de parte da população da cidade e muito próxima aos bairros estudados. Nesses ambientes as abordagens se fizeram de um modo mais dinâmico que aquele efetuado em seus “lugares-casas”, uma vez que os próprios entrevistados estavam fora do seu ambiente de origem e muitas vezes desempenhando uma atividade física. Aqui as perguntas foram mais objetivas pela peculiaridade da situação, onde o objetivo era muito menos o exercício de suas lembranças, e mais o da estatística sobre a procedência e frequência de uso no local.

Num determinado período – entre 2005 e 2007 – moramos num dos bairros da área estudada e obrigatoriamente vivenciamos e nos apropriamos desse lugar com nossas práticas cotidianas. Sendo assim, tomamos a liberdade de, em determinadas situações deste trabalho, inserir nossa percepção pessoal como também de uma vivenciadora do lugar. Por muitas vezes, e isso é fato, a repetição dos hábitos nos impedia de ir além de nossos trajetos, caminhos e percepções, privando-nos do “novo” em grande parte pelo receio do desconhecido. Ao adotarmos a postura de acompanharmos a vivência das pessoas pelos diferentes bairros da área conseguimos traçar novos olhares e novas percepções, de usos e de apropriações.

### **4.1.1 Depoimentos: os personagens do cotidiano**

Para efetuar a coleta dos depoimentos ao longo dos espaços públicos do vale do córrego da Água Comprida foram seguidos alguns critérios como a preferência em abordar as pessoas em situações corriqueiras do seu cotidiano, conforme descrito anteriormente. Procuramos falar com os vivenciadores nos locais de trabalho, nos momentos de lazer – a sós ou com a família, aos finais de semana e durante os dias da semana também.

Os depoimentos obtidos obedeceram apenas a uma ordem territorial para posteriormente facilitar a sistematização dos relatos obtidos. O início partiu da área da nascente do córrego (região do Jardim Nicéia e Jardim Colonial) e terminando na região do Horto Florestal (Vila Monlevade e Jardim Redentor) à sua jusante.

As questões que fizeram parte do roteiro seguido eram:

- *Você gosta do bairro onde mora? Por quê?*
- *Você é feliz aqui?*
- *Quem você conhece que mora aqui perto?*
- *O que você acha do bairro?*
- *Você frequenta algum espaço de lazer?*
- *Para as pessoas mais velhas existe alguma atividade de recreação no bairro? (Se sim, o que faz e onde?)*
- *Existem lugares adequados no bairro para as crianças brincarem? (Se sim, onde? Se não, para onde vão?)*
- *Você acha as áreas verdes importantes para a cidade?*

- *Você sabe se existe algum rio ou córrego aqui perto? O que você acha dele?* <sup>110</sup>
- *Se você pudesse, mudaria para outro bairro da cidade? Por quê?*

De uma maneira geral todos os relatos foram considerados para esse trabalho, mas para fins de ilustrar a realidade de alguns locais foram escolhidos aqueles que davam indícios de particularidades – relacionadas aos lugares de morar, trabalhar ou se divertir – não ofertadas nos demais. A seguir, discorreremos a respeito de alguns bairros e seus respectivos representantes. Para facilitar o entendimento da área como um todo sugerimos as Figuras 26, 27 e 28 para acompanhar a localização dos lugares relatados.

---

<sup>110</sup> Nem sempre essa pergunta era possível de ser feita pelo fato da casa – ou trabalho – do indivíduo estar situado em cotas mais altas daquelas mais próximas a ele.

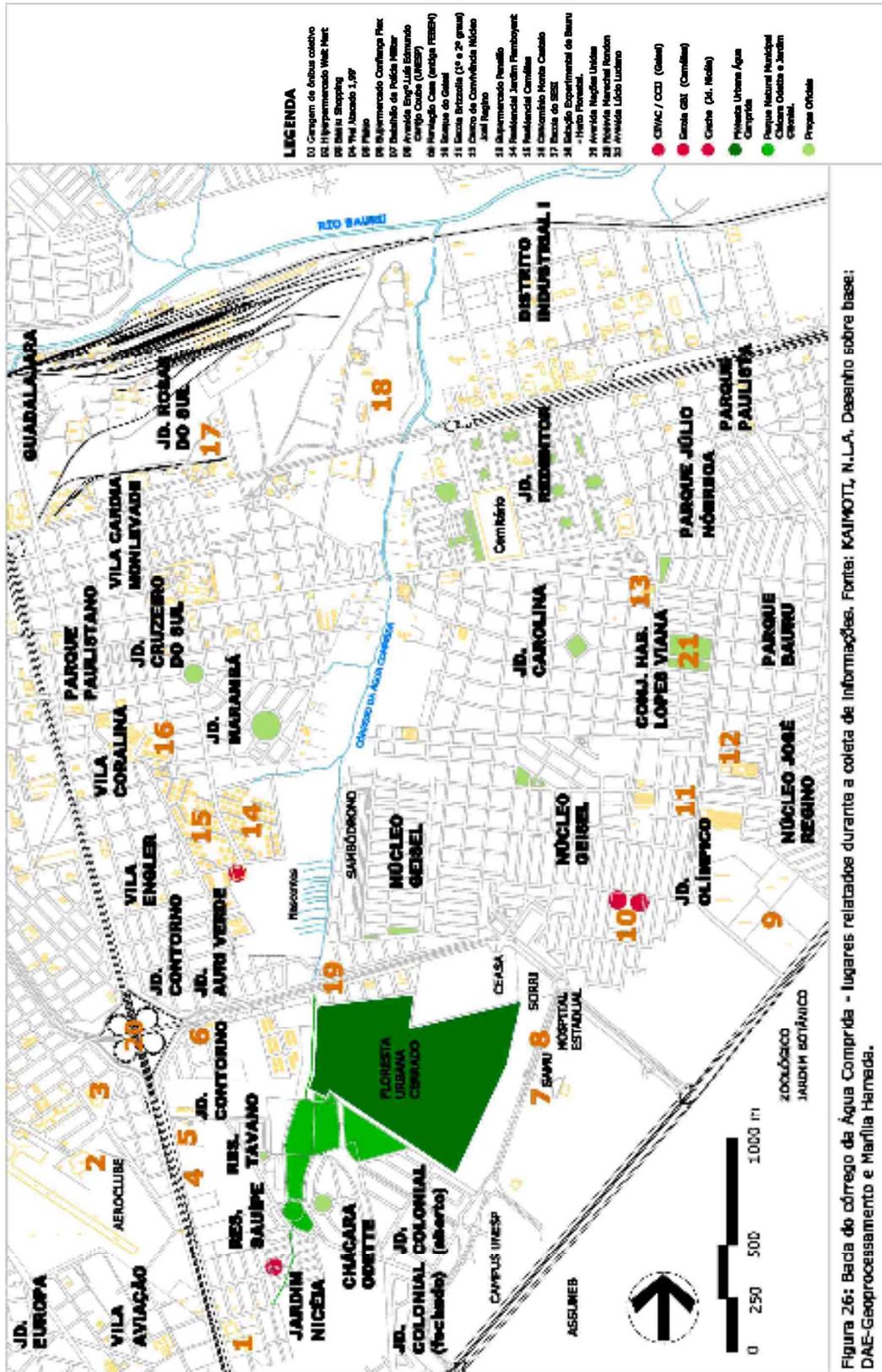
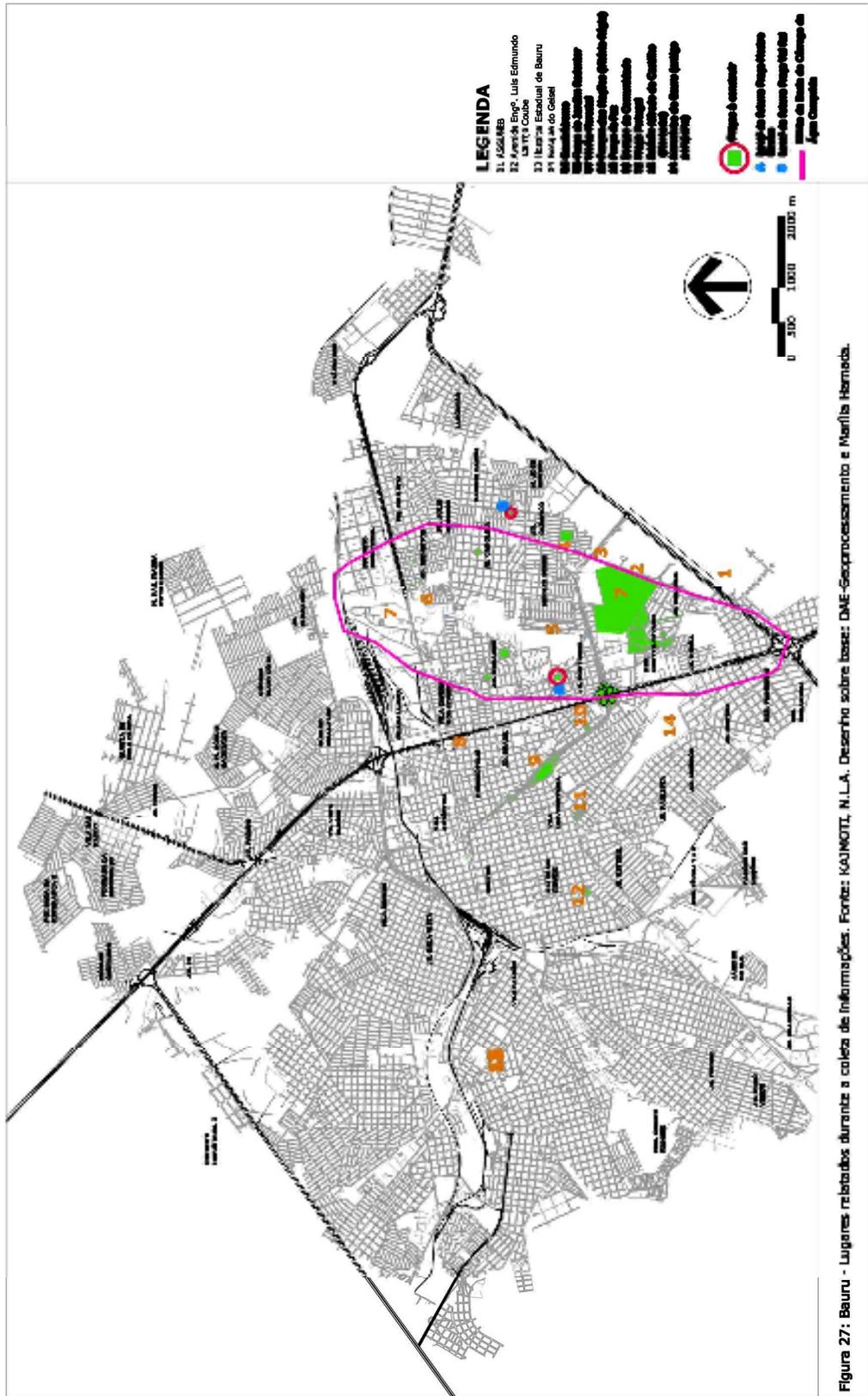


Figura 26: Bacia do córrego da Água Comprida - lugares relatados durante a coleta de informações. Fonte: KAIMOTTI, N.L.A. Desenho sobre base: DAE-Geoprocessamento e Mafilia Hamada.





## Jardim Nicéia

O percurso pela comunidade do Jardim Nicéia nos colocou diante de pessoas que participam ativamente da produção do espaço. Pessoas que dedicam suas vidas há mais de uma década à causa da regularização fundiária, como é o caso de Sr. Adalton, sua esposa Jane e Dona Alice. Acompanhando-nos pelas ruas da comunidade, observamos, enquanto ouvíamos, como acontece a vida nesse lugar (Figura 28). Eles, responsáveis pela liderança da comunidade, são os símbolos da luta pela terra onde ergueram suas casas. Além destes, há pessoas que optaram pela doação trabalhando em prol das crianças do bairro, como é o caso de Irmã Lurdinha.



Figura 29: Crianças na rua constroem uma “cidade de terra”. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

- **ADALTON e JANE**

O casal mora na comunidade há 16 anos. Antes disso moravam em outro bairro e foram para o Nicéia por causa do alto valor do aluguel que pagavam; por pertencer a uma igreja, quando chegou, Sr. Adalton dava sopa pra quem precisava. A maioria que se estabeleceu na área não tinha como pagar o valor cobrado do aluguel<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Na década de 1970, famílias migrantes da zona rural e de cidades vizinhas ocuparam gradualmente a área que hoje corresponde ao Jardim Nicéia. O terreno fazia parte da antiga Fazenda Córrego Fortaleza cujo suposto proprietário era Felicíssimo Antônio Pereira – um dos fundadores da cidade de Bauru. A área com cerca de 150 lotes foi doada aos moradores da comunidade por volta de 1995, por Izaura Lima Braga, tataraneta de Felicíssimo. Segundo ela, a doação aconteceu “para que não ocupassem a área toda”. Entretanto, uma disputa judicial dos herdeiros de Benedita Cardoso Madureira pede a reintegração de posse contra o espólio de Felicíssimo A. Pereira, pois são legalmente os herdeiros da área. Em 2002, com base na nova lei de *usucapião* do Estatuto das Cidades, os moradores da comunidade entraram com pedido de reconhecimento de propriedade

Hoje ele é o vice-presidente da associação de moradores. Muito atuante na comunidade, teve importante participação durante o processo de reuniões com a comunidade para a formulação do Plano Diretor Participativo (BAURU, 2008) e hoje, na questão da regularização urbana do bairro. No entanto, ele teme uma mudança de gestão dentro da Prefeitura, pois isso dificultaria os progressos obtidos com a causa da maioria:

*“Depois que o Nicéia apareceu na mídia ficou mais fácil conseguir recurso.”*

Quando perguntado sobre sua relação com o lugar, não hesita em responder que gosta do bairro por causa da localização e, em especial, do comércio. Para ele a localização do Nicéia é ótima, está perto de tudo: supermercado, banco, pagamentos de contas, saúde (posto do Geisel ou do Jardim Europa). Apesar das dificuldades no seu cotidiano, não mudaria do bairro por causa das relações familiares, de vizinhança e dos amigos que tem lá.

Para ele a abertura de novos condomínios na redondeza é favorável, pois assim as melhorias seriam obrigatoriamente estendidas até o bairro, especialmente a galeria de águas pluviais. A reclamação que tem para o bairro é justamente a falta de galerias de águas pluviais e da erosão causada pela água escoada durante a lavagem dos ônibus na garagem situada numa cota mais alto do que o centro da comunidade<sup>112</sup>. Também acha que a prioridade para o bairro é a criação de um centro comunitário, a urbanização da praça central do bairro e a pavimentação de todas as ruas:

*“Quando chove o ônibus não desce até aqui.”*

*“É preciso de um centro comunitário; é mais urgente do que o asfalto. Quando morre alguém, o corpo acaba sendo velado no salão do bar.”* (que é cedido pelo próprio dono do estabelecimento).

Ainda faz a observação de que quem é novo no bairro reclama do asfalto, do lixo; quem é mais velho, quer a legalização. Para ele, só depois que o bairro for oficialmente legalizado é que vai ser possível – e mais fácil – reclamar por melhorias (asfalto, saúde, educação, etc.).

Adalton trabalha numa grande construtora e também trabalhou na construção do Jardim Colonial (condomínio fechado). Essa é a profissão da maioria dos homens do bairro. Segundo Jane, que trabalha de babá, as mulheres predominam nos serviços domésticos como empregadas ou diaristas em casas próximas ou não do bairro.

Na comunidade, ele é uma espécie de *apaziguador*; existem leis locais que devem ser seguidas, com punição para os infratores sem sequer chamar a polícia; em sua conversa diz que alguns elementos perseguiram estudantes, mas depois de uma boa punição isso nunca

---

dos terrenos. Por se caracterizar como uma ocupação pacífica e numa área de litígio entre as duas famílias a advogada dos moradores acredita que com o respaldo da lei, eles têm grandes chances de se tornarem os proprietários da área.

<sup>112</sup> De acordo com a empresa ficou estabelecido que tal lavagem só aconteceria no período noturno, quando a maioria da população não circula pelas ruas não-asfaltadas.

mais aconteceu. Afirma que qualquer pessoa pode andar tranquilamente pelo bairro, sem ser importunada. Conforme disse há casos de violência, mas não com as pessoas do Nicéia:

*“... são elementos de outros bairros que aprontam e vêm se esconder aqui. Daí são pegos pela polícia dentro da comunidade e então, o bairro leva a fama.”*

- **DONA ALICE**

Dona Alice é mãe de Jane. Assim como o genro, também já foi presidente da associação dos moradores da comunidade e atuante na questão da regularização urbana do local. Veio pro Nicéia em 1996 quando morava no Jardim Europa; o marido foi embora e a filha já morava no bairro. Aposentada – era faxineira –, veio pra ajudar a cuidar dos netos enquanto a filha trabalhava. No começo não gostou de morar lá, mas hoje não o troca pelo antigo bairro e por nenhum outro, porque tem a família por perto – hoje cuida de um bisneto que a chama de *mãe*. Quando questionada a respeito do lugar responde sem demorar:

*“Aqui tem paz. Aqui é sossegado, é tranqüilo e lá já não ‘tá’ tão tranqüilo. O que eu não gosto daqui é o mato e a água que escorre porque o resto é tranqüilo.”*

Diz já ter participado de um mutirão com a prefeitura para limpeza do mato que invade o acesso à comunidade e a praça:

*“Nossa, fica com outro aspecto, você precisa ver.”*

Assim como Adalton, acha que o bairro está numa ótima localização com comércio e serviços a contento. A presença de condomínios é favorável e, seus vizinhos, acham que o bairro deveria ser asfaltado por causa da localização.

O lazer das crianças - netos e bisnetos - é brincar nas ruas do bairro (porque não tem movimento de carros) ou em casa porque não tem área de lazer. A praça não pode ser usada por causa do abandono e do lixo. As ruas sem asfalto é a única opção para as brincadeiras, além do campinho que é disputado inclusive pelos adultos. Em razão das dificuldades financeira e de acesso, não levam as crianças para outros espaços da cidade:

*“Se vai pra outro lugar eles querem as coisas e nem sempre agente tem dinheiro”.*

Porém não deixa saírem na rua sozinhos; tem medo dos outros baterem e da violência que se vê na televisão:

*“Se eles vão ‘no’ campinho eu vou junto”.*

Conforme explicou, os jovens e os adolescentes não têm onde se divertir. Então vão para locais no centro da cidade, nos pagodes, na Av. Duque de Caxias. Hoje o que a prende no bairro e na cidade são as relações sociais que mantém: “Eu conheço muita gente: médico, prefeitura, câmara municipal, e se fosse pra outro lugar tinha que fazer tudo de novo.”

- **IRMÃ LURDINHA**

A religiosa é a responsável pela Creche Escola Sagrado Coração de Jesus, inaugurada em setembro de 2006, mas não mora nas imediações do bairro. A escola cede o espaço da creche à noite para que os adultos tenham aulas de alfabetização num projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação.

A maior necessidade para o bairro é um centro que possa desenvolver projeto de atividades diárias e contínuas para as crianças de 7 a 14 anos.

Conforme expôs, existe uma liderança da violência muito forte no bairro e isso se reflete no comportamento das crianças. Na comunidade há um alto índice de violência doméstica e o fato dos pais serem presos é algo corriqueiro no cotidiano dessas crianças e de suas mães. Nesse meio, o número de pais muito jovens é grande e muitas vezes as mães acabam por manter temporariamente a casa sozinha quando da ausência da figura masculina.

O supermercado próximo ao bairro é o ponto de trabalho para muitos pais e mães de crianças que ficam na creche. Geralmente trabalham como ajudantes na parte da limpeza ou da cozinha. Por outro lado, quando as crianças atingem a idade de deixar a creche passam a ficar nas ruas à mercê da violência. Apenas um pequeno grupo de jovens (entre 7 e 14 anos) frequenta um projeto no Jardim Estoril onde o ônibus vem buscar. A maioria fica à toa.

Para a irmã, a urbanização do bairro vai melhorar, e muito, a vida da população, mas acredita que não acontecerão mudanças radicais no modo de viver das crianças. Mesmo a comunidade sendo muito unida, o que considera um ponto positivo, há situações em que imperam as próprias leis locais (cita como exemplo o processo de triagem das crianças para serem alunos da creche; para as mães, se a creche está lá o filho tem que ficar lá também. Não compreendem que a prioridade é para famílias que os pais trabalham).

## **Jardim Colonial**

Muito próximo à comunidade do Jardim Nicéia, o Jardim Colonial apresenta uma caracterização territorial e social muito diferente do bairro anterior. A população que reside no bairro é de classe média ou alguns estudantes universitários da UNESP. Ao contrário do grande número de pessoas que circulam pelas ruas do Jardim Nicéia, aqui é raro encontrar alguém defronte as casas nos diversos períodos do dia.



Figuras 30 e 31: Jardim Colonial. Em dois dias de situações diferentes – chuva e sol – não há ninguém nas ruas do bairro. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

- ***NETO (Jardim Colonial – loteamento aberto)***

O morador foi abordado quando fazia a limpeza de sua casa e o portão estava aberto. Confirmando nossas suposições, a maioria dos moradores trabalha fora do bairro e quando voltam para casa não possuem o hábito de freqüentar as ruas da vizinhança. No bairro não tem criança brincando na rua e, segundo ele, a relação entre a vizinhança não é profunda, mas sim, superficial.

Como a área é próxima ao cerrado protegido pelo Plano Diretor, o morador acredita ser essencial a preservação da área verde para o bairro e relata que a maioria dos proprietários dos lotes tentou manter alguma espécie em seus quintais. Contudo, as folhas e os galhos demandavam constantes manutenções aos sistemas de segurança o que acarretou no corte das espécies.

Morando no bairro há seis anos, escolheu o lugar pela tranquilidade para construir a própria casa, mas não utiliza os espaços livres das imediações para nenhum tipo de prática esportiva ou de lazer; prefere ficar em casa e acredita esse ser o motivo dos outros moradores não freqüentarem as ruas do bairro.

## **Núcleo Habitacional Presidente Geisel e adjacências**

De toda a área de estudo deste trabalho, esse é o bairro mais populoso e com uma das maiores apropriações dos espaços livres públicos a ele pertencentes. O alto número de espaços improvisados para a recreação de jovens e adultos denuncia a insuficiência de espaços apropriados para o lazer da população em geral. As praças formais nem sempre atendem às expectativas de seus usuários e, quando estes improvisam traves para o jogo de futebol, a população da redondeza reclama e pede para cercar a área. E o Poder Público local infelizmente atende ao pedido contribuindo para o esvaziamento desses lugares e expulsando seus vivenciadores para o improvisado total: os campinhos nos terrenos vazios.

A presença do Bosque do Geisel é uma situação contraditória. O espaço, aberto à população e remodelado algumas vezes pelo Poder Público Municipal, com suas más

condições de conservação não consegue agregar em massa os moradores do lugar. Com base em alguns relatos percebe-se que a sujeira, as depredações dos equipamentos, a falta de manutenção constante além da presença de usuários de drogas, fizeram com que o local se tornasse subutilizado numa área tão populosa e tão carente por espaços para o lazer. Até poderíamos enfatizar a falta de segurança, entretanto, talvez esse não seria um fator que isoladamente justificasse o pouco uso pela população local. Mesmo assim o lugar se configura como um oásis verde num dos bairros mais populosos da bacia e quiçá, da cidade, perdendo apenas para o Núcleo Habitacional Mary Dota em número de habitantes. Os que mais se apropriam da área do Bosque são os alunos do CEVAC e do CCIJ, conforme veremos mais adiante nesse Capítulo.



Figura 32: Entrada do Bosque do Geisel. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.



Figura 33: Acúmulo de lixo no interior do Bosque. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

Recentemente, durante o período de finalização deste trabalho, pudemos observar o trabalho voluntário de um grupo de alunos do curso de Relações Públicas da UNESP, que, no intuito de mobilizar a população local para um mutirão de limpeza e manutenção do espaço, está em busca de parceiros e colaboradores para angariar fundos para a execução das obras de melhoria dos equipamentos e para a reestruturação do lugar. Além disso, oficinas realizadas numa das escolas do bairro assumem a função de estimular a população a participar da execução de peças lúdicas feitas de barro e que ficarão expostas no Bosque depois de pronto. Atitudes como essa revelam a mobilização proporcionada por ONG's e associações que existem no bairro e por vezes atuam dispersas e desconhecidas pela população devido à dimensão geográfica do bairro.

No bairro existe ainda o Geisel Futebol Clube, um time de futebol organizado pela comunidade, com patrocinadores locais e que disputa jogos e torneios com os times dos demais bairros da cidade e de outras cidades da região também.

Ao percorrer o bairro percebemos de uma maneira geral a grande quantidade de bicicletas usadas por jovens e adultos como meio de locomoção ou para prática de atividade física. Mas boa parte das atividades físicas da população local é praticada na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, popularmente conhecida como “avenida da Unesp” ou “avenida do Estadual” (referência ao Hospital).

A melhorias urbanísticas feitas na avenida que dá acesso ao Hospital Estadual de Bauru e ao campus universitário da UNESP proporcionaram aos moradores da porção mais alta do bairro um novo lugar para a prática de atividades físicas, com faixa especial para corrida/caminhada, ciclovia e com a construção de uma base da polícia militar. A área ainda é margeada por uma extensa faixa de cerrado, o que confere aos seus freqüentadores a sensação de estar num ambiente mais próximo da natureza preservada. Por outro lado, a população da terceira idade se apresenta como a mais ignorada, não possuindo locais ou atividades específicas para suas práticas de exercícios e diversão. Assim boa parte daqueles que não sofrem de limitações físicas procuram por atividades oferecidas em instituições como o SESI e o SESC, lugares nem sempre próximos às suas residências ou se utilizam das ruas do bairro para caminharem.

- **JANAÍNA (Jardim Progresso)**

No dia da entrevista a jovem estava no Geisel, pois iria à casa da avó (que mora na rua do Bosque do Geisel) e na de uma amiga. Estuda na escola do bairro e não freqüenta o bosque porque diz haver muita droga; prefere ficar com as amigas em outros lugares fora do bairro. Em relação a outros espaços públicos da cidade freqüenta de vez em quando o Zoológico. Também não vai ao parque Vitória-Régia porque “ninguém da turma vai lá”:

*“... acho que minha mãe nem ia deixar eu ir lá...é, ela nem deixa...”*

- **Sr. RAFAEL**

Mora no bairro desde 1982. Aposentou-se por invalidez por causa de um transplante de rim, o que o impede de poder caminhar por muito tempo. Orgulha-se em dizer que trabalhou na construção do Sambódromo, um elemento símbolo para os moradores do bairro.

Diz não gostar de ficar com “o pessoal” aposentado do bairro que fica no bar jogando baralho. Segundo relata, faz falta um centro para a 3ª idade no bairro; os idosos conhecidos dele vão para os bailes no centro da cidade ou caminhar próximo ao bairro:

*“... o pessoal usa a avenida do campus para fazer caminhada...”*

Para ele e a família – filhos e netos – o lugar do lazer é a casa. Dificilmente permite que os netos brinquem na rua sem a sua companhia, quando, na calçada, puxa uma cadeira e senta na sombra da árvore na frente da casa.

Encontra problemas como insuficiência do comércio e serviços – ainda dependem do centro da cidade – além da ineficiência de assistência às condições de segurança do bairro. Não sai do bairro porque gosta dele, novamente identificado pelas relações familiares, de vizinhança e de propriedade do imóvel.

- **LUIS e CARLA**

O casal mora no bairro há cinco anos no bairro, próximo ao Sambódromo, e mantém uma casa comercial no Jardim Redentor, na Avenida Cruzeiro do Sul. A família de ambos mora no Redentor. Após o casamento mudaram-se para o Geisel em uma casa que era do pai de Luis. Ele diz gostar do Geisel e não mudaria. Por sua vez, Carla, que sempre morou no Redentor, ainda prefere o antigo bairro; não gosta do Geisel por considerá-lo perigoso e deixa claro que se puder, muda.

Para ela o bairro de origem é mais tranqüilo; as crianças brincam nas praças até tarde e as pessoas ficam nos bancos *“... sempre tem gente...”*. As pracinhas vivem cheias de crianças, especialmente de manhã e à tardezinha e ela se sente mais segura lá. O casal tem uma filha de aproximadamente 4 anos e a mãe cita a qualidade de vida para as crianças, diferente entre um bairro e outro; o Geisel tem muita violência e droga. Já presenciou em passeio com a filha pelo Sambódromo, em plena manhã, o uso de drogas. Não obstante os problemas consideram-no importante para o bairro, e, apesar de perigoso à noite, sempre levam a filha para brincar lá aos finais de semana. Ambos acreditam que as praças do bairro não cumprem sua função social por causa do abandono que *“atrai os usuários de drogas e a violência”*.

A casa onde moram é, na verdade, apenas dormitório durante os dias da semana porque trabalham e levam a filha à escola no outro bairro.

O casal entrevistado utiliza a Feira de Autos para trabalhar – eles mantêm uma barraca onde vendem camisetas, óculos escuros, brinquedos, entre outras coisas – e não faltam nenhum domingo.

- **PAULO e LUCIMARA (Parque Bauru)**

O casal costuma freqüentar o Sambódromo quase todo domingo para ver a Feira de Autos, elegendo o local como opção de passeio para a família. Costumam ir à pé prestigiar o evento e, além dali, levam as filhas freqüentemente ao Jardim Botânico, Zoológico e Horto Florestal, o qual recebeu reclamações por melhorias nos equipamentos e na qualidade estética do lugar.

Ele trabalha na Av. Rodrigues Alves, centro da cidade, e ela, no Hospital Lauro Souza Lima. Como a avó das meninas mora no Geisel é mais fácil para ambas estudarem no bairro. Antes de mudarem para o Parque Bauru, onde adquiriram a casa própria, moravam de aluguel no Parque Vista Alegre.

Dizem que faltam atividades de lazer nos dois bairros e quando informados sobre a possível implantação do projeto de um parque linear para a área do córrego, além da construção da avenida parque, o casal se mostrou muito otimista em poder utilizar tal espaço com a estrutura de parque:

*“Com certeza freqüentaria ainda mais o bairro e o parque. Estamos precisando de lugares assim. Isso é sinal de desenvolvimento!”*

O vivenciador se lembra do lazer improvisado no Sambódromo, o qual chegou a ter rachas de automóveis todas as quartas-feiras à noite há cerca de dois anos atrás.

*“Terminou porque alguém denunciou o esquema...”*

Outra curiosidade relatada é o “direito” de colocar o carro dentro da estrutura do Sambódromo para fazer a exposição e a venda mediante pagamento de um bilhete de “entrada”.

Mas qual é a finalidade da cobrança se o espaço é público????!

- **DONA JOSINA**

O encontro com Dona Josina foi em sua primeira aula de dança de salão na unidade do SESC-Bauru. Numa turma onde muitos residem em pontos variados da cidade, encontramos a tímida senhora, um tanto apreensiva pelo início da atividade. Viúva, para fugir da solidão, matriculou-se na aula porque o filho incentivou-a a fazer uma atividade física. Acabou escolhendo a instituição porque não há esse tipo de atividade para idosos no bairro. Conforme nos relatou no centro comunitário do Geisel teve atividades por uma semana e depois não teve mais. Mesmo com essa deficiência de lazer para as pessoas da sua idade, gosta do Geisel porque considera o bairro bom: “tem feira, tem guarda, mas falta um mercado”.

## Residencial Parque das Camélias e Jardim Flamboyant

- **“VENDEDOR DE CARROS”**

O morador, cujo nome não foi informado, foi abordado durante a Feira de Autos do Geisel e disse vir com frequência para vender e negociar carros. Curiosamente denominou a feira de “*Feirão dos Pobres*” fazendo alusão aos feirões de carros oferecidos pelas grandes concessionárias e montadoras.

Ele mora no Camélias há 16 anos e gosta de ambos os bairros.

- **ANA ROSA (Vila Santa Terezinha<sup>113</sup>)**

Ana é uma vivenciadora do bairro há quatro anos, época em que abriu uma papelaria próxima aos condomínios Camélias/Flamboyant. Além de comerciante é professora do ensino médio nos períodos da manhã e da noite. Gosta do bairro para trabalhar e não se mudaria para lá – o marido não gosta do padrão de edifícios de apartamentos construídos na região (sem sacada).

Na região ela é uma exceção, pois dizem que o comércio é muito rotativo e instável: em média dura dois anos. Atende toda a clientela da região Camélias/Flamboyants, além das listas das escolas do bairro – mais de oito escolas – inclusive a do GBI onde foi realizada uma das oficinas com as crianças. Com relação à ocupação dos moradores dos blocos de ambos os condomínios, diz que são em sua maioria aposentados, industriários e professores, além de estudantes universitários.

De dentro de seu estabelecimento acompanha a rotina dos moradores que caminham em volta dos condomínios e das crianças que brincam em sua área comum interna. Relata também que é uma prática comum entre os adolescentes dos condomínios reunirem-se em volta das tampas das caixas d’água, especialmente à noite. Em outros edifícios como o Jardim dos Duques, a prática acontece nos quiosques dentro do próprio condomínio.

---

<sup>113</sup> O local fica na região oeste da cidade, próximo ao Estádio Alfredo de Castilho, popularmente conhecido como “Estádio do Noroeste”.



Figura 34: Tampas das caixas d'água do Parque das Camélias. Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.



Figura 35: Crianças brincam sobre as tampas das caixas d'água do condomínio.  
Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

- **EWERSON**

Já morou no Camélias por sete anos e agora reside no Flamboyant há cerca de dois anos; não moraria em outro lugar, pois além de ter adquirido o imóvel próprio há pouco tempo, preza pela segurança que tem no condomínio, principalmente para a filha. Diz preferir o Flamboyants por ser melhor administrado e por possuir área de lazer maior dentro do condomínio.

Para a filha de nove anos, os lugares da brincadeira dela eram a Praça da Paz, costumeiramente chamada como *quintal da casa deles*; a área de convivência do SESC, o shopping e a área de lazer comum do próprio condomínio.

A população de crianças e adolescentes nos condomínios dessa região é bem alta. A possibilidade de segurança aliada a um custo razoável fez com que boa parcela da população com filhos pequenos optasse por morar na região, especialmente no final da década de 1990, com a entrega de empreendimentos como os condomínios Monte Castelo, Jardim dos Duques, Resedás, Villa Verde e Villa Grená.

Muitas famílias buscam a cidade por motivos de trabalho ou com o intuito de poder dar uma qualidade de vida melhor para a família. Normalmente procuram os condomínios porque os consideram seguros e com muita área verde para as crianças brincarem. Por outro lado, dificilmente saem dali para brincar com elas na rua, fora do condomínio, uma prática mais observada por jovens e adultos.

## **Vila Coralina e adjacências**

- ***DONA CECÍLIA e DONA EDNA***

As amigas procuravam por uma determinada árvore numa área próxima aos edifícios quando tomaram a iniciativa de nos pedir a informação e saber do que se tratava o presente estudo.

D. Cecília mora no Edifício Resedás faz seis anos e a amiga afirma que já mudou muito dentro do próprio bairro, mas por exigência do marido, nunca saíram das redondezas; ele sempre fez questão de morar lá.

Para ambas, o bairro é excelente e o lazer para a terceira idade é completo:

*Aqui tem tudo o que se precisa! Olha, nós fazemos ioga próximo ao Centro de Treinamento (das auto-escolas), fazemos academia ao lado do prédio e caminhamos pelo bairro. Tem manicure, lojas de roupas e calçados, restaurantes”.*

Ao serem questionadas sobre a possibilidade da construção da Praça Mestre Bimba, manifestaram-se muito a favor da execução da praça e ressaltaram os benefícios a serem trazidos para o bairro: lugar para caminhar, brincar com as crianças, acabar com o aspecto de terreno sujo e mal cuidado.

A exemplo do que acontece no Núcleo Geisel, a população da região dos condomínios verticais se uniu e propôs à Secretaria do Planejamento e à Secretaria do Meio Ambiente a execução do projeto desenvolvido para a praça em questão. É uma forma de usar o espaço, hoje tomado pelo mato, de forma a trazer para a população local e das proximidades uma oportunidade para o lazer e o descanso.

## Vila Monlevade

- **Sr. NILTON e DONA NEUSA**

O casal foi abordado num final de tarde, com suas cadeiras na calçada. Ambos não assistem a televisão naquele horário há mais de 15 anos; preferem ficar na calçada conversando entre eles ou com os vizinhos e conhecidos do bairro que ali vêm (Figura 34). Para Dona Neusa, foi a TV que acabou com o convívio entre as pessoas; quando morava em Jaú, na época de criança, ia visitar os 'compadres' a pé, a longas distâncias.

Ele, ex-ferroviário, aposentou-se em 1992 como maquinista de trem de passageiros; hoje faz caminhada no Horto Florestal regularmente todos os dias de manhã, por volta das 8h. Coincidentemente o encontramos no Horto fazendo seu exercício e afirmou que não vai a nenhum outro espaço público da cidade, nem para passeio e nem para outra atividade física. A esposa, do lar, aluga roupa de papai Noel, decoração para festas infantis, faz artesanato em casa, além de trabalho voluntário na Catedral onde ministra aulas de pintura há 30 anos.

Para o casal, as ruas vizinhas têm a mesma característica: pessoas na calçada, crianças brincando, gente conversando. Contudo, afirmam ter um toque de recolher velado; ao escurecer recolhem as cadeiras e põem cadeado no portão. Quanto às drogas: "Ter, tem, mas a gente finge que não vê".

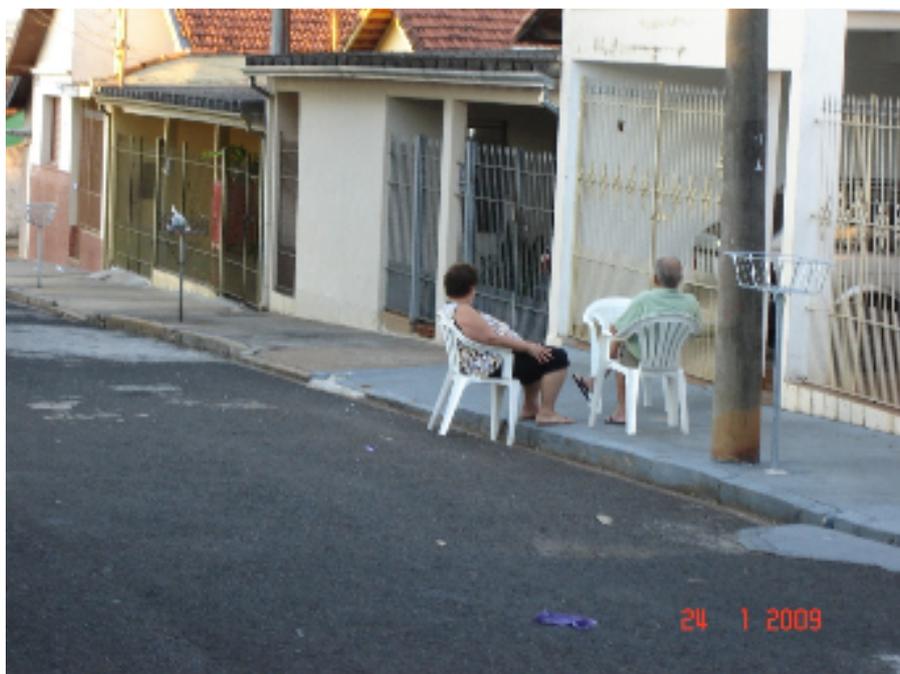


Figura 36: Apropriação da calçada do bairro: permanência de hábitos. Fonte KAIMOTI, Naiara L.A.

## Horto Florestal

- **PAULO HENRIQUE (Biólogo, trabalha e mora no Horto)**

Para Paulo, a área do Horto – 43,09 hectares – assume fundamental importância para os bairros ao redor e para a cidade como um todo uma vez que a Estação Experimental de Bauru, ou Horto Florestal, tem suas atividades voltadas para a integração do público com a instituição, deixando o caráter exclusivo de pesquisa e conservação para outras estações fora do perímetro urbano de Bauru.

A sua função, além de coordenar o Centro de Educação Ambiental, é promover o ensino de educação ambiental dentro do Horto em parceria com as escolas da rede pública e privada de ensino. No entanto, a grande maioria de visitas se dá pelas escolas de educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais) da rede municipal.

Pelo fato de ser uma instituição estadual, as escolas estaduais encontram dificuldades em vir por causa de uma determinação em que as visitas têm que ser realizadas fora do horário escolar, o que em sua opinião, acaba dificultando a vinda desses alunos até o local. Há também a questão do transporte, porque o município tem mais facilidade para fornecê-lo para atividades em suas unidades administrativas.

Nos últimos tempos houve um incremento da procura pelos usuários em finais de semana e feriados, em boa parte pela reformulação e melhorias do espaço que contribuíram para isso também.



Figuras 37 e 38: Horto Florestal – Diversidade das formas de usar o espaço.  
Fonte: KAIMOTI, Naiara L.A.

- **VIVENCIADORES-VISITANTES**

A procedência dos frequentadores das dependências do Horto foi a mais variada possível, mas, dentre os que moram nas proximidades da nossa área de estudo, encontramos moradores do Parque Júlio Nóbrega, Jardim Redentor, Guadalajara e Vila Monlevade (ver Figuras 25 e 26).

Das famílias que se encontravam no local acompanhadas por crianças, somente as que residiam próximo ao lugar afirmaram vir sempre. No geral acham que o lugar precisa de mais opções, mas as mudanças feitas recentemente já agradaram aos seus usuários.

Também costumam ir a outros espaços da cidade, como o Bosque da Comunidade: “... lá tem muitas árvores...”, ou por causa do parquinho para as crianças ou até mesmo para sair da rotina.

Os vivenciadores que moram no Jardim Redentor trazem com certa frequência seus filhos ao Horto e confirmam o bom uso das praças internas do bairro, como por exemplo, a “praça de baixo do Redentor”. Também procuram levar os filhos a outros lugares da cidade como o Zoológico, e o Jardim Botânico.



Figura 39: Praça relatada num dos depoimentos. Fonte: CEOLDO, Leonardo.

O Horto é um “local para se respirar ar mais puro” do que a praça do próprio bairro: “... a cidade precisa de mais área verde...”, nos passeios que só acontecem nos finais de semana. Nas praças das imediações de suas casas acompanham as crianças para jogar bola ou andar de bicicleta.

Na maioria dos relatos, as áreas verdes são consideradas importantes para a cidade e reforçam que a cidade não tem lazer adequado para a população. Em geral consideram o Horto um lugar mais tranquilo que o bairro onde moram. Por outro lado, para aqueles que moram distantes dos locais de lazer, constância da frequência e do uso leva em consideração as benfeitorias existentes no lugar. Assim, quando perguntado a uma visitante sobre o

Parque Vitória-Régia, este categoricamente respondeu não gostar porque os brinquedos estão quebrados e por causa do abandono (mau cheiro e sujeira).

Outro tipo de vivenciadores que encontramos praticando atividades físicas afirmam ser freqüentadores assíduos do Horto, com períodos que vão de três a vinte anos de regularidade. Este público normalmente é o aposentado ou aquele que tem a possibilidade de ajustar os horários das atividades físicas com outros afazeres. Diferentemente do público que vai ao local com a família aos finais de semana, esse público, adultos e idosos, é constante durante a semana, nos períodos da manhã ou da tarde.

Nenhuma dessas pessoas declarou freqüentar outro espaço aberto da cidade. Consideram o Horto um local seguro, onde respiram ar puro e fazem novas amizades com os outros caminhantes do horário.

Muito relatado durante o trabalho de campo, o Bosque a Comunidade revelou-se uma surpresa por atingir camadas da população residentes em bairros muito distantes de sua localização. Apesar de ser cercado e possuir um maciço arbóreo muito espesso – semelhante ao Bosque do Geisel nos dois aspectos – o Bosque aqui descrito atrai muito mais freqüentadores do que o seu correlato do conjunto habitacional.

Diferenciado-se pela existência de uma locomotiva – com caráter de museu a céu aberto, mas desprovida de manutenção constante – além de pista para corrida, áreas de descanso, equipamentos para exercícios e equipamentos infantis, a área do Bosque da Comunidade é o atrativo de parte da população que mora no entorno. Localizado na zona Sul, próximo ao *campus* da USP, o lugar é um atrativo também para os moradores de bairros como Jardim Carolina, Jardim Redentor, Núcleo Geisel, Jardim Guadalajara, Vila Pacífico e região do Camélias/Flamboyant:

*“A gente vai muito na ‘pracinha de baixo’, ali do Redentor. Mas às vezes, eu levo eles (filhos) no Bosque (da Comunidade) pra respirar ar puro. Ar puro faz bem e lá tem muita árvore. Ali é bom, mas a gente sai um pouco da rotina indo pra lá... e lá é bem melhor que aqui.”*, **depoimento de Selma, moradora do Jardim Redentor, abordada no Horto Florestal num domingo à tarde quando levou os filhos para brincar.**

A moradora acredita que a cidade precisava ter lugares mais arborizados como esses. Na praça do bairro onde mora, os filhos costumam jogar bola e andar de bicicleta. Para Rosângela, também moradora do Jardim Redentor, a cidade não tem áreas de lazer suficientes para a população. Também gosta de freqüentar o Bosque da Comunidade por se um lugar mais tranquilo do que o bairro onde mora e também para sair da rotina.

## 4.2.2 Memória Viva

Com a necessidade de estar, prioritariamente, vivenciando a paisagem e o cotidiano junto daqueles que nos ofereciam valiosas informações tentamos trabalhar, em alguns depoimentos, o exercício da memória. Por escolhermos aleatoriamente nossos sujeitos-personagens, só pudemos aplicar esse exercício com alguns deles. Dentre todos os depoimentos que obtivemos, alguns foram especialmente agradáveis em colher, como o de Dona Cecília, moradora do Núcleo Geisel. Decidimos aqui mesclar nossa percepção enquanto espectadora da paisagem, somando ao relato da memória da moradora.

- **DONA CECÍLIA, 72 anos** (moradora da parte alta do Núcleo Geisel)

Ao andarmos naquele fim de tarde pelas ruas do que a população chama de “Geisel de cima”, percebemos que, junto com a noite, chegava também uma imensa e carregada nuvem trazendo mais uma das indefectíveis chuvas do verão bauruense. Eis que avisto, num portão que ainda mantinha suas feições antigas, a espera do tempo, uma figura que, no alto de seus cabelos brancos, trazia toda a história daquela típica casa, marco da época da construção do bairro e que ainda conservava a mesma forma. Uma senhora, curiosa e desconfiada, me fitava sem reação qualquer ao passo que me aproximava. Atendia por dona Cecília, de longa data conhecida daquela rua que, com o passar dos anos, foi perdendo seus antigos moradores, e ganhou movimento de carros, mas ainda guardava a casa com a mesma feição de quando entregue a mais de trinta anos atrás, no início do bairro. A vida sem a presença do companheiro lhe reservou a companhia do único filho solteiro que, por opção ou obrigação filial, se mantém na casa até hoje. Uma casa idêntica a tantas outras que se vêem em bairros de classe média baixa, mas com um enorme diferencial: no lugar dos grandes portões eletrônicos, grades e fachadas muradas, um belo jardim frontal se abre para quem quer que passe pela rua e perceba tal raridade. Já havia chamado a atenção dos olhos, mas de corpo presente pudemos notar a riqueza desse jardim das chamadas por nós, alegres nostálgicos, de tradicionais “casas de avó”. Árvores frutíferas, pé de café, plantas ornamentais e ervas, muitas, muitas ervas para chás, temperos e unguentos. Dona Cecília se mantém como referência entre os vizinhos, parentes dos vizinhos, gente que passa na rua:

*“Outro dia um rapaz do jornal parou aqui e bateu no portão. Eu saí e ele perguntou se poderia fotografar meu quintal e meu jardim. Ele estava procurando uma casa que ainda tivesse um quintal com ervas e árvores como eram as casas de antigamente. Ele até tirou uma foto de mim; pediu pra que eu segurasse aquela fruta ali. Eu até guardei o jornal, olha só! Meus filhos ficaram bravos comigo – mãe, como a senhora deixa um estranho ir entrando assim em casa; e se fosse um bandido?! – mas não era não! Eu gosto de ajudar quem vem aqui.”*

As plantas foram todas exibidas, e a prosa foi se estendendo, a noite chegando. Quando fui embora recebi um leve aceno de mão trancando o portão com cadeado e corrente, em um doce sorriso preencheu seu rosto. E a chuva caiu.

*“Hoje em dia está muito mais perigoso...”*



Figura 40: Dona Cecília no jardim frontal de sua casa. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

### **4.2.3 A Experiência Pessoal no Lugar**

A descrição abaixo relatada foi de minha experiência pessoal ao visitar a comunidade do Jardim Nicéia, talvez a área mais debilitada e degradada ao longo do córrego da Água Comprida. O lugar, encravado entre o cerrado e os condomínios fechados, é dono de uma efervescência de acontecimentos diários, de lutas pelo chão onde moram, de vivências cotidianas que travam batalhas pela desmistificação do lugar considerado como favela aos olhos das outras pessoas.

O lugar me era totalmente novo, apesar de conhecer muito bem as suas bordas. A borda, próxima dos condomínios de classe média, não era tão misteriosa quanto as ruas abertas que me convidavam incessantemente para entender como o meio funcionava. Ruas de terra, trilhos d'água, crianças – muitas crianças – brincando em frente de suas casas, tirando o silêncio da rua. De repente um bando surgia, correndo atrás da bola e implorando pela foto do time vencedor. Ofereciam o direito até de fotografar o craque... quanta honra me era reservada. As casas, todas humildes, algumas bem próximas a barracos, outras, numeração em azulejo e aviso de cerca elétrica. Cerca elétrica? Fiquei pensando qual seria a função. Naquilo que seria a praça, rapazes descartam uma cama... e nem tão velha era. Mas

por que logo ali? Vai poluir. Mas não sou eu quem manda ali. Eles sabem o que fazem. O cerrado está ali. Ali no quintal dos fundos da casa de uma senhora que nos acompanha ligeiro, a fim de entregar o documento pra Sr. Adalton levar para o juiz. Esperança de ter o asfalto e dizer que mora num chão que é seu. Muita gente olha: de esgueio, de atravessado, escancarado. O que pensam? O pouco de estrutura que lhes foi oferecido logo vira mazela... o esgoto, os porcos, a terra cheira. Mas a bonança é aguardada; com a propriedade garantida é possível lutar pelas melhorias; serão finalmente reconhecidos como cidadãos. Eles sabem que o são, mas a cidade, essa talvez não. Ainda voltei algumas vezes, só, na busca de mais vivências, de mais cotidiano; mas sempre tinha a sensação de que aquilo tudo era muito novo. Novo mas não como antes; novo e com muita memória.

#### 4.2.4 Efervescências

De todos os entrevistados ao longo dos bairros do vale do Córrego da Água Comprida, a grande maioria **gosta do bairro** onde mora e não pretende se mudar ou não demonstra intenção de mudança para outro lugar. O maior motivo relatado pela identificação com o lugar foram as relações sociais estabelecidas na rua, no quarteirão e no bairro, com os vizinhos, amigos, conhecidos ou com os próprios familiares. Aliado a este, outro motivo também é muito importante para sua permanência: a propriedade da casa onde mora. Apenas um caso foi relatado devido aos familiares ainda morarem no bairro onde a pessoa trabalha e este ser o lugar onde ela passou sua infância.

Na maioria dos depoimentos, de um total de trinta e dois, não obtivemos qualquer referência ao **córrego** ou a outro curso d'água da cidade. Os raros que demonstraram a percepção pelo córrego o vêem como um elemento natural degradado – o que o é de fato – mas com grande potencial para agregar valores se for disposto um programa permanente para o lazer da população local.

Entretanto, se a mata remanescente é um elemento que desperta a população do seu entorno próximo para levantar a bandeira da preservação, o córrego, por sua vez, não atinge o mesmo grau de importância ao longo de seu vale. Enquanto a maior parte dos indivíduos reclama por mais áreas arborizadas para o lazer da população, o córrego é ignorado enquanto potencialidade de agregar todas essas funções, além de tantas outras.

A sua presença é inexpressiva e, quase sempre, imperceptível, mesmo se configurando como uma ruptura na paisagem. A paisagem do córrego não é vivenciada em sua plenitude. Mas se o córrego é uma ruptura física na paisagem por que as pessoas não o percebem?

Diante desta inquietação supomos que a razão do córrego não ser percebido pela grande maioria dos vivenciadores locais pode estar atrelada ao estigma de que rios urbanos são poluídos – uma realidade na maioria dos casos – e pela falta de uma estrutura de recreação que permita à população vivenciar essa paisagem. O córrego, nessas circunstâncias, não agrega valor físico e afetivo. A reversão desse processo, num universo de

possibilidades, poderá acontecer a partir do momento em que o lugar passe a abrigar o parque linear e, então, o córrego possa ser percebido como um fator de qualidade ambiental no espaço urbano. Dos poucos relatos onde a sua presença é observada, isso só ocorre em função de uma apropriação enquanto local de lazer<sup>114</sup> ou passagem, devido à proximidade da moradia do vivenciador.

Também pudemos observar que o raio de abrangência da percepção dos indivíduos gira em torno de sua casa, da rua, do quarteirão e no máximo do bairro como um todo, uma vez que bairros muito extensos, a exemplo do Núcleo Geisel, criam por si sós uma espécie de setorização: “Geisel de cima”, “Geisel de baixo”, “lá do outro lado”, entre outras denominações.

Algumas situações nos mostraram o deslocamento dos vivenciadores de um bairro para outro à procura de diversão para a família ou para os filhos, normalmente de faixas etárias que não ultrapassavam os 12 anos de idade. Essa mobilidade desempenhada entre os bairros de margens opostas foi expressivamente baixa, em geral por motivos escolares – a criança que mora nos bairros além Geisel e estuda na escola GBI – ou por negócios – um vendedor de carros que mora no Parque das Camélias e freqüenta a Feira de Autos no Sambódromo aos domingos de manhã.

Sob essas condições pode-se afirmar que as transposições territoriais entre bairros de margens opostas podem não ser tão ou mais freqüentes devido à ausência física de pontos de acesso direto entre os lados opostos. Acreditamos que nesse caso a presença de uma estrutura para lazer aliada à melhoria do sistema viário da região culminariam para uma maior aproximação e o (re)conhecimento da área que somente é percebida pela visão de quem se atém com mais dedicação ou porque mora muito próxima a ele.

Retomando a questão abordada neste tópico, dos registros da **memória** pelos moradores mais antigos, Dona Cecília foi nosso melhor exemplo, pois nem sempre os indivíduos abordados se dispunham a falar espontaneamente de suas histórias de vida. Ela fala do orgulho da compra da casa quando no lançamento do núcleo, das lembranças dos filhos que ali cresceram, mas o seu maior orgulho é a permanência do jardim na frente da construção e da horta aos fundos, uma relíquia que atraiu a reportagem de um jornal local como sendo uma das tradicionais casas da vovó. Orgulha-se de ter em seu jardim plantas e ervas medicinais, além de espécies frutíferas e ornamentais; é conhecida no lugar por ter todo tipo de erva para remédios, xaropes, chás e unguentos caseiros. Para ela o bairro melhorou com a construção do Hospital Estadual, e diariamente pela manhã vai caminhar no local, atividade antes exercida pelas ruas do bairro. Quando questionada sobre um local específico para reuniões e atividades com o público da terceira idade, desconhece qualquer informação a respeito. O que sabe é que suas amigas freqüentam as atividades proporcionadas pelo SESC, como as aulas de dança, mas ela mesma não freqüenta o local por ser muito longe.

---

<sup>114</sup> Aqui o córrego é apropriado como o lugar da “brincadeira”, conforme resultados obtidos nas oficinas com as crianças e relatadas mais ao final deste Capítulo.

## 4.2.5 A Iniciativa Popular na Recuperação dos Espaços Públicos da Bacia

A falta de espaços adequados para as atividades físicas e de lazer da população, quando não a sua inexistência ou falta de manutenção constante por parte do órgãos municipais competentes, fez com que algumas iniciativas de cunho popular se desenvolvessem em bairros como o Núcleo Geisel e a região dos condomínios verticais do Jardim Marambá.

Aliada ou não a setores não-governamentais, a população dessas comunidades partiu em direção à busca de alternativas que pudessem solucionar o problema da escassez de espaços comunitários para o convívio social. O primeiro caso é o mutirão para a recuperação do Bosque do Geisel, que teve a iniciativa de alunos de graduação do curso de Relações Públicas da UNESP<sup>115</sup>. O grupo, denominado Ação, Gestão e Responsabilidade (AGR), além de revitalizar a área verde, pretende com a ação conscientizar os moradores do bairro sobre a importância de se conservar o espaço de lazer. A proposta é fazer um mutirão em três finais de semana para executar as reformas, para as quais os alunos buscam patrocínio e oferecer atividades de lazer.

A proximidade da área com a Universidade incentivou a ação social dos alunos que pretendem envolver a comunidade nas reformas. O local, que já foi revitalizado diversas vezes, nunca se manteve em boas condições de uso, uma vez que a depredação e o abandono da área refletem o descaso por parte da iniciativa pública e a não efetiva apropriação do local como um lugar que atenda as necessidades de recreação e convívio social.

A proposta do grupo é tentar mobilizar a comunidade a partir do contato com a associação de moradores, com pessoas que fazem cultos no bosque aos domingos e com aqueles que praticam esportes no local. A iniciativa beneficia diretamente o Centro de Valorização da Criança (CEVAC), que fica ao lado do bosque, uma vez que as atividades físicas e de recreação com as crianças atendidas pela instituição se dão no seu espaço.

Pelo cronograma do Grupo, a intenção é, numa primeira etapa, efetuar o recolhimento de lixo, jardinagem, manutenção dos muros e pintura dos bancos. Paralelamente a isso, serão realizadas oficinas, palestras, plantio de mudas e artesanato. O encontro seguinte tem como meta a pintura da quadra, a manutenção do campo de areia e dos brinquedos dos parquinhos. Também estão programadas aulas de alongamento, dança, capoeira, palestras e exames gratuitos. Por fim, no terceiro encontro, espera-se que a reforma seja concluída. A programação inclui uma festa de comemoração, com campeonato de futebol, show de música, cinema no bosque, oficina de origami e malabares.

Para esse mutirão, o Grupo espera poder contar com a ajuda financeira da iniciativa privada para a execução das melhorias, além de contar com o apoio de organizações ambientais, como o Vidágua, que fará a doação das mudas.

---

<sup>115</sup> Jornal da Cidade, 16/05/2009.

A outra mobilização, também no Núcleo Geisel, visa construir uma praça, batizada de Val Rai, próxima a Escola Estadual Professor Francisco Alves Brizola. Desde o início do ano de 2009, os integrantes do núcleo trabalham no projeto “Praça Cultura Viva”<sup>116</sup>, que estimula, junto à comunidade, dar vida a um terreno nas imediações da instituição.

Em parceria com a Secretaria de Obras, Educação e do Meio Ambiente, o projeto não será responsável pela construção da praça em si, mas pretende modificar a relação entre o espaço e a comunidade, por meio de oficinas abertas que terão como tema a bioarquitetura<sup>117</sup> como alternativa para a sustentabilidade do lugar e também por aproximar a comunidade para o projeto e promovê-la como responsável pela manutenção da obra após o término de sua execução.

O primeiro passo para o projeto da praça é uma atividade de caráter participativo, que pretende reunir crianças e adultos, com intuito de despertar a consciência da população de que o lugar a pertence e para que futuramente participe da sua manutenção.

Não são somente bairros mais populares têm se organizado na tentativa de proporcionar melhores espaços urbanos para seus moradores. Com o intuito de requerer às Secretarias Municipais do Planejamento e do Meio Ambiente a urbanização de uma área verde pública, denominada de Praça Mestre Bimba, moradores da região verticalizada das imediações do Parque das Camélias, no Jardim Marambá<sup>118</sup>, e integrantes da Casa da Capoeira – instituição que adotou a área defronte seu prédio – se organizaram e elaboraram um projeto para sua implantação<sup>119</sup> (ver Figura 26).

A proposta pretende transformar o espaço, antes inutilizado, em uma área de lazer e de esportes, oferecendo à população dos bairros vizinhos um espaço para a convivência e a prática de exercícios físicos. A alocação dos espaços do programa prevê a manutenção de quase a totalidade das árvores nativas existentes e o mínimo de impermeabilização do solo, causando assim, baixo impacto ambiental com sua construção.

Numa área de 4.510 m<sup>2</sup>, a topografia existente favorece a instalação de pista para *bicicross*, espaço para caminhada, áreas de convivência e *playground*, que acompanha o formato de roda de capoeira, uma referência ao homenageado que dá o nome à praça.

Essas mobilizações não expressam somente a importância que o lugar representa na vida cotidiana das pessoas. Com essas atitudes conclui-se que as obrigações de proporcionar melhores condições de vida e de recreação para a população por parte do Poder Público Municipal estão pouco a pouco sendo tomadas pela população local. A espera passiva por atitudes e projetos vindos do alto escalão político está sendo avocada, numa espécie de efervescência localizada, onde as comunidades vão se somando e, aos poucos, as reivindicações aparecem de uma forma crítica e organizada, prontas para a ação e para a

---

<sup>116</sup> Fonte: Jornal da Cidade, 22/05/2009.

<sup>117</sup> Modo de construção que leva em consideração a arte de construir com respeito ao meio-ambiente, com construções ecológicas e sustentáveis, usando como matéria-prima básica a terra-crua. Mais informações a respeito do tema em [www.espiralando.com.br](http://www.espiralando.com.br).

<sup>118</sup> Participam dessa iniciativa moradores dos bairros Jardim Marambá, Jardim Contorno, Vila Engler e moradores dos condomínios Residencial Parque das Camélias, Residencial Jardim Flamboyants, Residencial Jardim dos Duques, Resedás, Residencial Vila Verde, Residencial Vila Grená e Monte Castelo.

<sup>119</sup> Fonte: Jornal da Cidade, 18/04/2009.

execução. Atitudes como essas passam a revelar o tamanho da apropriação que esses vivenciadores fazem de cada lugar.

## 4.2 Os jovens e as crianças: cotidiano e construção perceptiva do lugar

Sabendo que o grupo de vivenciadores que compõem um lugar não se resume apenas a jovens, adultos e idosos, para nos aproximarmos do público infantil optamos por desenvolver oficinas nas escolas dos bairros estudados para que pudéssemos entender as suas percepções da paisagem em questão além de avaliarmos o seu grau de apropriação do lugar.

As oficinas tiveram como objetivo identificar, por meio dos desenhos livres e pela análise de fotos aéreas do lugar, o grau de afetividade do vivenciador – neste caso, a criança – com o bairro onde mora. Por meio da percepção da criança buscamos com esta oficina recuperar as imagens do bairro e da cidade e os referenciais urbanos que permeiam o seu cotidiano. São “desafios perceptivos” que, no dizer de Lucrecia Ferrara, se respondidos, “levam o morador a interferir sobre os destinos urbanos, transformando-o em cidadão na defesa dos interesses coletivos” (FERRARA 1996: p.80).

A grande extensão da área de estudo foi um fator determinante para a aplicação da atividade a um reduzido número de escolas e creches, tanto da rede pública estadual e municipal como as particulares. Ao levarmos em consideração a diversidade de locais, turnos e o grande número de salas de aula, nos pareceu ser mais sensato escolhermos algumas das unidades mais representativas e a partir delas focar nosso objetivo (Figura 25). Adotando este ponto de partida, optamos por três bairros de acentuada representatividade ao longo do córrego, privilegiando a localização dos mesmos em ambas as margens, de modo que pudessem apresentar alguma característica relevante em relação à atividade proposta. A escolha pode ser conferida a seguir.

### *Bairro 1: JARDIM NICÉIA*

O bairro foi escolhido por ser o único ao longo daqueles que compõem a bacia do Córrego da Água Comprida que passa por um processo de regularização fundiária com pedido de reintegração de posse por usucapião. Atualmente o processo se encontra em avançada instância judicial e, ao que tudo indica, é grande a probabilidade do parecer final ser favorável à regularização da área, uma porção de terra com cerca de 160 lotes, objeto de disputas entre herdeiros e aqueles que ali se instalaram no final da década de 1970 na busca de um lugar para morar. Considerado como *favela*<sup>120</sup> por grande parte da população dos

---

<sup>120</sup> Para o IBGE, favela e setores assemelhados são considerados do tipo “setor especial de aglomerado subnormal”, definido como aglomerado de, no mínimo, 51 unidades habitacionais em terreno alheio, dispostas, em geral, de forma desordenada, e carentes da maioria dos serviços essenciais. No caso do Jardim Nicéia,

bairros vizinhos e pela própria comunidade bauruense, o bairro possui entre muitos problemas alguns itens de saneamento como rede de água, luz e rede de esgoto. Entretanto, as ruas não são asfaltadas e não há galeria de águas pluviais; a atual praça, também prevista no projeto de urbanização do futuro bairro, não passa de um grande terreno baldio sem cuidado algum e servindo de depósito para entulhos descartados pela própria comunidade local. Nota-se a presença de uma liderança na comunidade muito forte, principalmente nas questões relacionadas ao processo de regularização pelo qual o bairro passa. Dados como a proximidade com a nascente do córrego da Água Comprida, o grande número de crianças brincando nas ruas, a situação precária de vida de seus moradores e a presença de uma única creche contribuíram para a escolha e o desenvolvimento da atividade com as crianças do lugar. A execução das atividades foi feita na única instituição educacional do bairro, a Escola Creche do Sagrado Coração de Jesus.

Público-alvo: A instituição, inaugurada em 2006, atende crianças na faixa etária de 6 meses a 6 anos e é uma parceria entre a congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, com sede na cidade de São Paulo, e a Secretaria Municipal de Educação. Para a oficina preferimos a turma que tivesse os alunos mais velhos, logo, mais aptos a expressarem, por meio de seus desenhos e da fala, a apropriação que fazem do bairro onde moram.

### *Bairro 2: NÚCLEO HABITACIONAL PRESIDENTE GEISEL<sup>121</sup>*

É o maior núcleo habitacional da bacia do Córrego da Água Comprida caracterizando-se por ser um bairro já consolidado, de classe média baixa, onde predomina a horizontalidade das construções, em especial nas áreas de cotas topográficas mais baixas. Além de estar situado na margem oposta ao Jardim Nicéia, o bairro ainda está defronte à área mais verticalizada da bacia: a região do Parque das Camélias/Flamboyant. O bairro, com razoável diversidade de espaços para a recreação local, dispõe de diversas atividades ocorridas no Sambódromo (Feira de Autos, feira livre, desfiles cívicos), um bosque e algumas praças oficiais e muitos campinhos improvisados.

Público-alvo: Dentre as escolas do lugar demos preferência pelos alunos atendidos pelo CEVAC/CCIJ, instituição filantrópica, conveniada com a Secretaria Municipal de Educação e com o Lions Bauru. A creche (CEVAC) atende crianças até a idade pré-escolar e o Centro de Convivência (CCIJ) atende aos jovens de até 16 anos nos horários opostos ao horário escolar. A preferência foi para os alunos mais velhos que estavam matriculados na creche e um grupo aleatório com idade variada atendidos pelo CCIJ.

---

alguns estudiosos sobre o assunto não aceitam o local exclusivamente como favela uma vez que as construções em sua maioria são de alvenaria, provida com infra-estrutura de rede de água, esgoto e energia elétrica (inclusive iluminação pública), ônibus e uma associação de moradores organizada e atuante.

<sup>121</sup> Para facilitar nossa leitura, em conformidade com a população local, daqui para adiante iremos nos referir ao bairro apenas como *Geisel*.

### *Bairro 3: Região dos Condomínios PARQUE DAS CAMÉLIAS E FLAMBOYANT*

A escolha desse bairro leva em consideração principalmente a condição econômica de seus moradores – classe média e média alta – além de se configurar como a região mais verticalizada de toda a extensão da bacia estudada. Optamos por selecionar uma escola que fosse da rede particular para que, ao final da atividade, pudéssemos ter em mãos resultados provenientes das diferentes classes sociais e coerentes com a faixa etária que estávamos priorizando naquele momento da atividade. A escola GBI foi escolhida pela sua representatividade no bairro – atende boa parte das crianças que residem nos condomínios verticais próximos a ela – e por estar situada razoavelmente próxima às outras instituições selecionadas.

Público-alvo: alunos de uma turma do 5º ano, com faixa etária próxima aos alunos do CCIJ.

Escolhidos os bairros, procuramos manter em todas as atividades os mesmos objetivos para a obtenção do máximo de informações onde pudéssemos identificar as peculiaridades do processo de apropriação do local. Ao adotarmos faixas etárias semelhantes, estabelecemos um elo entre as turmas do ponto de vista do lugar da brincadeira, onde o que as diferenciaria entre si seriam suas percepções pessoais sobre o lugar e a condição social e econômica de cada família.

Desde o princípio deste trabalho procuramos sempre colocar o indivíduo que vivencia a paisagem e o lugar estudado como nossos principais focos de obtenção de informações. Com a proposta das oficinas, esperávamos conseguir captar as diversas formas de apropriação dos bairros em questão a partir de exercícios que pudessem trabalhar o imaginário e a percepção desses alunos-vivenciadores. Estar presente em um dos ambientes mais familiares desses indivíduos nos proporcionou uma maior aproximação com a realidade e a possibilidade de entendermos melhor a relação do homem com o espaço onde se realiza a prática cotidiana. Prática essa que se auto-(re)cicla constantemente pelo fato de se estarem renovando sempre os atores, as ações, o meio físico e as relações estabelecidas em todo e qualquer lugar.

Sem grandes inovações formais, baseamo-nos nos desenhos de memória e nos mapas mentais propostos por Kevin Lynch (LYNCH, 1990) para que fossem expressas as formas de perceber e de se relacionar com os bairros e com a paisagem do córrego. Esse processo metodológico, a nosso ver, se mostrou o mais coerente e adequado com o objetivo da atividade, com o público participante e também pelo material que esperávamos como retorno dessas oficinas. Mesmo compondo uma pesquisa de campo onde a coleta de dados e informações não tomasse um caráter meramente quantitativo – já que para nosso trabalho a subjetividade dos indivíduos se mostra mais rica de informações – sentimos a necessidade da aplicação de questionários formais quanto a detalhes importantes sobre a procedência dessas crianças, faixa etária média, condição sócioeconômica da família e as opiniões individuais sobre o lugar da vivência diária.

Assim, as atividades as quais nomeamos de *Oficinas de Identificação do Lugar: “Reconhecendo meu bairro, meu lugar”*, foram divididas de duas maneiras conforme a idade dos participantes: oficina infantil e oficina pré-adolescentes. Para uma melhor localização dos lugares relatados pelas atividades, aqui sugerimos novamente o acompanhamento por meio das Figuras 26 e 27 para todas as oficinas.

## 4.2.1 Oficina Infantil

Para as crianças que integravam a faixa etária pré-escolar, usamos do artifício da conversa em roda e do desenho livre a partir de um determinado tema. Com isso, o pesquisado pôde identificar, por meio de um roteiro de perguntas, os elementos mais relevantes no seu cotidiano. Informações como a profissão dos pais e o bairro onde moram ficaram a cargo da professora ou responsável pela turma nos responder, durante ou após a atividade. A curiosidade pela presença da pesquisadora foi um aliado na obtenção das informações desejadas. As questões que soltamos na busca de respostas foram:

*Onde vocês mais gostam de brincar?*

*Do que você mais gosta de brincar?*

*O que fazem de sábado quando não precisa vir pra creche?*

*Quem já foi ao zoológico? Quem já foi ao (Parque) Vitória-Régia?*

*Vocês sabem dizer se tem algum rio que passa perto da casa onde moram?*

Após responderem as questões, além de acrescentarem detalhes ao enredo contado, providenciamos material de desenho para que se expressassem desenhando o lugar da brincadeira e do que mais gostavam de brincar. Conforme iam terminando, sutilmente a pesquisadora passava para “ver” e, por muitas vezes, ganhava as interpretações do material produzido pelos próprios autores. Como o objetivo da atividade era a expressão mais pessoal possível conseguimos obter valiosas informações com esse procedimento e somadas às suas próprias interpretações.

### **OFICINA 1:**

#### **Creche e Escola do Sagrado Coração de Jesus, Jardim Nicéia**

Entidade mantenedora: Instituição sem fins lucrativos construída com capital de uma ONG alemã e mantida pela parceria entre a Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e a Secretaria Municipal de Educação.

Número de crianças atendidas: 80.

Faixa etária atendida: 6 meses a 6 anos de idade.

Faixa etária média participante da atividade: 5 anos.

Número de participantes: 13 crianças.

Predominância do bairro em que moram: todos residentes no Jardim Nicéia.

Predominância da ocupação das mães: empregadas domésticas (em outros bairros da cidade e nos condomínios próximos), diaristas, auxiliares de limpeza ou de cozinha em supermercado próximo à comunidade.

Predominância da ocupação dos pais: maioria pedreiros (autônomos ou vinculados a alguma empresa) e auxiliares de limpeza ou de cozinha em supermercado próximo à comunidade.

Lugar da brincadeira e brincadeiras da qual mais gostam:

Lugares mais lembrados a partir dos relatos verbais durante a oficina:

- Onde vocês mais gostam de brincar?

- *Aqui! (na creche).*

- Qual lugar da creche?

- *No parquinho; de motoca, de boneca...*

- E ninguém joga bola?

- *Sim!!!!*

- *Eu joga!*

- Onde vocês jogam bola?

- *Eu "vou no" campo jogar bola, soltar pipa e andar de bicicleta!*

- *É no campo ali!*

- Qual dia você vai brincar lá?

- *De tarde.*

- E quando a creche fica fechada onde vocês brincam?

- *Em casa.*

- Dentro da casa?

- *No quintal.*

- *Solta pipa no quintal.*

- O que fazem de sábado quando não precisa vir pra creche?

- *Brincar na rua!!!!!!!!!!!!*

- Do quê?

- *De bicicleta, soltar pipa, jogar bola.*

- Quem já foi ao zoológico?

- *Sim!!!!!!!! (foi a resposta da maioria)*

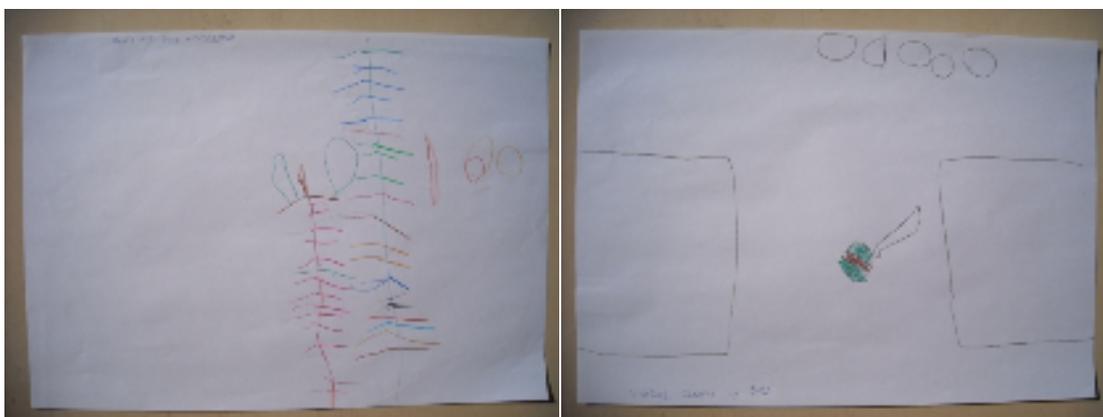
- Quem foi ao Jardim Botânico?

- *Sim!!!!!!!! (foi a resposta da maioria)*

- Quem já foi ao (Parque) Vitória-Régia?
- *Sim!!!!!! (foi a resposta da maioria)*
- *Soltar pipa no Vitória-Régia!!!!*
- *Tia, meu pai levou um tiro aqui... (a criança mostra o local).*

Lugares e brincadeiras mais relatados a partir dos desenhos feitos durante a oficina:  
Soltar pipa; soltar pipa na casa; pipa cortada com cerol (foi a mais relatada);

- b) - campo de futebol;
  - sol / nuvem (como elemento que dá idéia do período em que brincam geralmente durante o dia);
  - parque Vitória-Régia – árvores, lago, peixes, homem, mulher;
  - zoológico – macaco, tartaruga, árvore;
  - carrinho / *Hot Weels*;
- c) - jogar bola (não foi especificado o local; pode ser no campo, em casa ou na rua);
  - piscina do rio (perto do posto Peixinho); brincar no rio<sup>122</sup>;
  - brinquedo; velotrol (esse relato faz alusão ao horário que as crianças atendidas na creche têm para brincar com esse tipo de brinquedo).



Figuras 41 e 42: Desenho das brincadeiras. A criança da esquerda desenhou a pipa e a da direita, o campo de futebol, ambos presentes no imaginário da maioria. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

#### Percepção sobre o lugar: o rio existe?

Para responder a essa questão intuimos que a transcrição da conversa em roda seria mais propícia:

- Vocês sabem dizer se existe algum rio perto da casa onde vocês moram?
- *Eu não sei.* (Foi a resposta da maioria)
- *Tem.*

<sup>122</sup> Essas referências são ao córrego da Água Comprida que tem sua nascente muito próxima da comunidade.

- *Tem aqui perto da casa do meu avô.*

- *Vocês vão brincar lá?*

- *Vou; vou nadar perto do Posto Peixinho (referência ao posto de gasolina localizado próximo a Avenida Nações Unidas).*

- *Não.* (Foi a resposta da maioria)

- *E quando chove? O rio enche?*

- *Enche.*

- *Mas entra água em casa?*

- *Não.*

#### Considerações sobre a atividade

Na conversa com as crianças notamos uma intimidade muito grande com brincadeiras perigosas, em especial o uso do cerol. A prática, muito usada entre as crianças mais velhas, jovens e adultos, não os intimida apesar de relatarem o perigo de seu uso. Para isso dão uma solução imediata que é ir ao campinho por ser um lugar aberto e não oferecer risco às pessoas. A presença do campinho em suas representações e diálogos reforça a ausência de espaços adequados à sua recreação. O local é dividido com os adultos e para as crianças sobram os horários em que as “partidas” não estejam acontecendo. Existe uma hierarquia no uso e na forma de se apropriarem do lugar, onde quem é mais velho tem a preferência pelo espaço.

A RUA é o lugar absoluto da brincadeira. Alguns relatam certa reserva dos pais em deixá-los brincar nela, mas o que se observa ao andar pela comunidade é que nem todos se opõem a essa prática: as ruas vivem cheias de crianças jogando de bola, andando de bicicleta, esculpindo brincadeiras na areia das ruas.

Curiosamente a RUA é mais citada do que o quintal. Nesse caso deduzimos que, por grande parte das habitações não ser servida de infra-estrutura como calçamento, ruas pavimentadas e galerias de águas pluviais, o baixíssimo tráfego de veículos pode permitir uma maior apropriação do lugar pelos moradores, não só as crianças como também boa parte dos jovens e adultos.

O convívio entre as pessoas se dá basicamente fora das residências. O fato da comunidade estar geograficamente em porção mais reservada, cercada pelos empreendimentos locais –condomínios fechados Chácara Odette, Residencial Tavano, Residencial Sauípe e Jardim Colonial – e pela área nativa do cerrado o que permite que a interação entre a população se dê exatamente no espaço público da comunidade. Nos relatos das crianças sempre são citados os lugares públicos da cidade para a diversão e em nenhum momento foram mencionados usos em espaços privados como, por exemplo, as dependências do shopping. Por outro lado as brincadeiras típicas de rua, de certa forma,

correspondem ao nível econômico em que essas famílias se encontram sendo muito custoso o deslocamento para outro ponto da cidade.

Esse fato explica que todas as crianças já visitaram outros espaços públicos da cidade como o Zoológico, o Jardim Botânico, o Parque Vitória-Régia e o Horto Florestal em passeio com a creche, porém nunca na companhia dos pais. Também não foi manifestada para passeio ou recreação a frequência a nenhum outro lugar de uso público como é o caso do *Shopping*, das praças ou de outros espaços abertos.

A violência, velada ao nossos olhos, aparece em algum depoimento ou desenho. A presença de armas e os relatos verbais de tiros e agressões sofridos pelos familiares das crianças também mostram um cotidiano pouco desejável. Para essas crianças vivenciar o espaço da comunidade também é conviver com a iminência da violência, doméstica ou urbana.

## **OFICINA 2:**

### **Centro de Valorização da Criança - CEVAC, Núcleo Habitacional Presidente Geisel**

Entidade mantenedora: convênio entre a Prefeitura Municipal de Bauru e o *Lions Club Bauru Estoril*, responsável pela manutenção financeira.

Número de crianças atendidas: 76.

Faixa etária atendida: 6 meses a 5 anos e 11 meses.

Faixa etária média participante da atividade: entre 4 e 5 anos.

Número de participantes: 17 crianças.

Predominância do bairro em que moram: a instituição abrange vários bairros da região, mas a procedência predominante é do próprio Geisel seguido do Jardim Carolina (bairro adjacente ao primeiro).

Predominância da ocupação das mães: secretárias de escola, funcionárias de hipermercado (função não especificada), domésticas, autônomas.

Predominância da ocupação dos pais: autônomos, microempresário, funcionários celetistas.

Lugar da brincadeira e Brincadeiras da qual mais gostam:

Lugares e brincadeiras mais relatados a partir dos desenhos e dos relatos verbais durante a oficina:

- a) - soltar pipa;
  - piscina;
  - em casa/brinquedos/ portão de casa com a família;
  - vídeo-game;
  - céu colorido; sol;
- b) - carrinhos;
  - campo de futebol;
  - cachorro;
  - pais trabalhando
  - arma do pai.



Figuras 43 e 44: Desenhos. No desenho da direita a criança representou a água da piscina. No da esquerda é a autora em passeio ao Vitória-Régia. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.



Figuras 45 e 46: Desenho da casa. Em ambos os autores relataram os elementos que compunham o cenário. A presença do sol nos desenhos é muito constante assim como o portão da rua. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

#### A Percepção sobre o lugar: o córrego existe?

Não foi relatada **nenhuma experiência com o córrego** ou citado sua presença próxima de casa ou da escola.

#### Considerações sobre a atividade

A exemplo do que ocorreu na oficina anterior, observamos novamente que a RUA é o lugar da brincadeira de boa parte das crianças que participaram da atividade, porém com um diferencial: a maioria brinca na própria casa, ou seja, no quintal conforme nos revelaram os desenhos. As piscinas desenhadas – provavelmente infláveis ou de plástico – estão sempre no quintal, espaço livre íntimo e resguardado dos olhos das ruas quando situados nos fundos das casas.

A rua permite soltar pipa e jogar bola assim como também brincar de boneca no portão. O limite é sempre muito claro: jardim frontal<sup>123</sup>-portão-calçada-rua, diferentemente do que ocorre na comunidade do Jardim Nicéia<sup>124</sup>. Também aqui alguns evidenciam a não autorização dos pais em brincar na rua por *ser perigoso*, o que nos leva a deduzir sobre seus vários motivos, entre eles a violência urbana, o intenso tráfego de veículos, a mudança no comportamento das práticas cotidianas – em tempos contemporâneos não se tem mais tempo “sobrando” para *estar* no portão de casa e olhar a vida passar. Estar defronte a própria casa é um hábito que ainda perdura entre poucos, na maioria das vezes pelos mais velhos.

Ainda em relação aos espaços públicos, temos o relato de que a maioria já visitou lugares como o Zoológico, Jardim Botânico e o Parque Vitória-Régia em passeio com a creche e algumas situações na companhia dos pais (mas nesse caso é a minoria). Por outro lado não foi manifestada a freqüência a nenhuma outra área pública ou privada, no caso o “Shopping”, para passeio ou recreação.

Em nenhum desenho foi relatada qualquer experiência com o córrego da Água Comprida ou citada sua presença próxima de casa ou da escola. Pelo fato da escola situar-se numa cota bem mais alta daquela que limita o bairro com o córrego acreditamos ser esse um dos motivos para tal desconhecimento entre eles. Neste caso a paisagem compreendida pelo rio é totalmente inexpressiva para o grupo estando muito mais em evidência os espaços livres de outras áreas da cidade, até mesmo de bairros mais longínquos, do que daqueles próximos de sua vivência diária.

#### Dados Comparativos da Oficinas 1 e 2:

O fato das crianças de ambos os bairros não irem com certa freqüência a lugares como o Parque Vitória-Régia, o Zoológico, o Jardim Botânico ou a qualquer outro espaço aberto, público ou privado de uso público, tem alguns motivos.

O primeiro deles esteve presente na entrevista de Dona Alice, moradora do Jardim Nicéia. Ela esclarece a realidade das classes menos favorecidas que, ao visitar um lugar como esses, como por exemplo o Zoológico, há um dispêndio financeiro nem sempre favorável à prática do lazer em família: é preciso pagar o transporte, pagar a entrada para as crianças e para os adultos que os acompanham, pagar o alimento ou a bebida que a criança queira por ventura consumir no local.

O outro é a não motivação dos próprios pais para esse tipo de passeio por causas que se mantiveram desconhecidas em nossa pesquisa, mas que, porém, nos permite lançar uma hipótese: aqueles pais que são profissionais autônomos trabalham muitas vezes aos feriados e nos finais de semana; outros, funcionários de supermercados, possuem folga normalmente uma vez na semana e nem sempre aos sábados e domingos, além de cumprirem uma carga horária extensa e cansativa. A conseqüência é que quando estão de folga usam o tempo livre para descansar ou cuidar da própria casa ou ainda a própria falta de hábito em freqüentar os

---

<sup>123</sup> Quando o elemento é existente.

<sup>124</sup> Nesse caso a rua começa na porta ou no portão das casas.

espaços públicos com a finalidade de ócio ou recreação. Isso não significa a permanência contínua dentro de suas casas, mas podemos supor que boa parte cultive esse hábito por haver a oportunidade de assistir a qualquer programa de televisão. Por outro lado, também sabemos que a convivência local entre os adultos das áreas onde o poder econômico é muito baixo normalmente ocorre nos bares, o que vai ao encontro da nossa observação *in loco* em ambos os lados. De todo modo essas são as soluções mais acessíveis a boa parte da população das classes mais baixas para realizar a própria diversão.

Com o material produzido por essas primeiras oficinas fica claro que mesmo havendo mudanças com relação à ocupação dos pais e pelas condições de infra-estrutura urbana onde estão suas casas, a RUA é o grande elemento de referência para a brincadeira cotidiana, no entanto, com algumas ressalvas. Enquanto as crianças da comunidade do Jardim Nicéia se apropriam da rua de uma forma ampla e total, isso já não acontece com as crianças atendidas pelo CEVAC-Geisel. Há sempre um elemento limitador que marca claramente o público e o privado: a existência do portão e do quintal. O portão significa o estar na rua e fora da casa e, o quintal, estar fora da casa, mas também fora da rua.

Nos depoimentos e desenhos que as crianças fizeram, dentro da comunidade do Jardim Nicéia fica sugestionado que o limite entre a casa e a rua é muito tênue, o que faz do quintal, um elemento por vezes existente, mas praticamente sem função social. Contrário a isso, as brincadeiras das crianças atendidas no CEVAC se dão em boa parte nos quintais ou no interior das casas, transparecendo como um local seguro e tranquilo para poderem brincar sem correr riscos ou ameaças externas. Como já dito anteriormente, isso se dá em função ou do fluxo de automóveis ou pela temeridade à violência urbana, em boa parte alardeada pelos meios de comunicação e que não pode ser ignorada, especialmente se as experiências reais e pessoais não afirmam o contrário.

A proximidade entre a casa e a escola – ou do Centro de Convivência do qual freqüentam – permite que as crianças circulem a pé pelas ruas de ambos os bairros, onde poucos são dependentes do transporte escolar<sup>125</sup>. Normalmente uma pessoa da família acompanha a criança no trajeto nos horários determinados para entrada e saída. A oportunidade de se explorar os caminhos urbanos pelo próprio caminhar permite uma percepção da paisagem local muito mais atenta se comparada à dos que se utilizam do automóvel para cumprir o trajeto casa-escola-casa como veremos mais adiante na experiência revelada pelas próximas oficinas.

## 4.2.2 Oficina Pré-Adolescentes

---

<sup>125</sup> A exceção se faz aos alunos do ensino médio e fundamental que pela ausência de escola no bairro usam o transporte escolar para freqüentarem as aulas em escolas de outros bairros da cidade como, por exemplo, o Geisel, Jardim Estoril e Altos da Cidade.

Para esse grupo as atividades propostas foram compostas por aplicação de questionário, análise de fotos aéreas e, quando possível, desenho relacionado ao trajeto casa-escola e vice-versa.

Neste caso optamos inicialmente pela aplicação do questionário para a obtenção de informações específicas como idade, profissão dos responsáveis, bairro onde moram, lugar do bairro de que mais gostam e menos gostam, entre outros<sup>126</sup>. Pressupomos que durante a atividade seria muito difícil obter tais dados por meio de relato verbal e a atividade poderia não se desenvolver ao nosso contento, já que o principal objetivo era observar as leituras e interpretações do espaço feitas pelos alunos a partir das fotos aéreas. Assim, também evitávamos “contaminar” o imaginário com as informações subseqüentes, coletando dessa forma as reais intenções dos entrevistados, a exemplo da última questão, dissertativa propositalmente, onde era pedido o relato sobre *“O que você gostaria que tivesse no bairro onde mora?”*

Num segundo momento as salas foram divididas em equipes e distribuídas para cada uma delas uma foto aérea – colorida e impressa – da área que compreende a bacia do Córrego da Água Comprida. Como referencial apontávamos um elemento urbano, normalmente algo do conhecimento da maioria, e a partir daí sugeríamos a identificação dos lugares que lhes eram familiares ou os quais sabiam identificar a partir das experiências vividas no cotidiano. Geralmente alguns elementos que integram o tecido urbano da cidade não eram abrangidos pela foto em mãos e, a partir daí, fazíamos uso de fotos aéreas que compreendessem toda a mancha urbana para que tais índices fossem situados ou até mesmo para evidenciar a localização da área estudada dentro do contexto urbano.

Só então eram pedidos desenhos, formulados pelos próprios alunos, do trajeto da casa para a escola (ou para o centro de convivência) de modo que fossem expostos os elementos de maior relevância desse trajeto. Por estarmos interessados em expressões voluntárias das práticas cotidianas, quando sentíamos que a turma não corresponderia da melhor forma com a atividade, procuramos não impor a obrigatoriedade do desenho, uma vez que o exercício de identificação a partir da foto aérea, os dados da entrevista e a observação do processo de identificação durante a oficina já nos garantiam boa parte das informações pretendidas.

### **OFICINA 3:**

#### **Centro de Convivência Infante Juvenil – CCIJ, Núcleo Habitacional Presidente Geisel**

A oficina desenvolvida no Centro de Convivência Infante Juvenil do Núcleo Geisel contou com a participação de 19 alunos, cuja faixa etária oscilava entre 11 e 13 anos de idade. Os alunos que freqüentam o espaço na maior parte das vezes são egressos, ainda quando crianças, do Centro de Valorização da Criança, o CEVAC, que funciona ao lado das

---

<sup>126</sup> Ver o modelo do questionário aplicado em anexo.

dependências do CCIJ. Prática corriqueira entre os pais das crianças é matriculá-las na creche e depois continuar com o acompanhamento dentro do CCIJ nos horários opostos ao horário escolar das diferentes turmas. Segundo a assistente social do Centro, a permanência diária na instituição inibe em boa parte as situações de risco que haveria caso os jovens permanecessem nas ruas. A ida tanto para a creche como para a instituição ocorrem em função do trabalho dos pais. Nesse caso, os responsáveis ocupam funções semelhantes às daquelas encontradas no Jardim Nicéia (domésticas, diaristas, pedreiros, auxiliares de limpeza), mas já com algumas diferenças pois encontramos funcionários de empresas do ramo alimentício, de baterias, profissionais autônomos e aposentados.

Conforme o **questionário** que foi aplicado pudemos constatar que a maioria provém do próprio bairro (Geisel) ou de bairros muito próximos (Tangarás<sup>127</sup>, José Regino, Vila Tecnológica e Jardim Olímpico) e que também se assemelham ao primeiro em tipologia, classe econômica e social (ver figuras 25 e 26). Com relação ao meio de locomoção, a maioria dos alunos vem a pé para o Centro ou para a escola (também localizada nas proximidades do CCIJ); alguns usam o transporte coletivo e são raros os que podem ser trazidos de carro. O uso de bicicletas nesses bairros é o mais freqüente se compararmos com os demais bairros estudados. Com algumas avenidas de trânsito expressivo, boa parte dos jovens a utiliza como meio de transporte, prática esportiva ou para andarem em grupos pelas ruas do bairro nos finais de semana.

A circulação de pessoas pelos bairros citados é bem alta; tanto que a RUA é também aqui considerada o lugar onde os alunos mais gostam de brincar. O campinho, improvisado ou não, também marca sua presença estando vinculado à prática esportiva ou à recreação livre (Figura 46). Para esses jovens não há muitas variações de lugares. Além dos citados, o CCIJ, o Bosque do Geisel, o grêmio do bairro e centros comunitários de bairros como o Tangarás e da Vila Tecnológica acompanham os resultados. Há sempre o vínculo entre a escola e o lugar da moradia, lugares que por vezes são totalmente desprovidos de infraestrutura adequada – como é o caso do Bosque do Geisel que sofre com ação de vândalos que depredam os equipamentos, a iluminação, além do acúmulo de lixo e sujeira que afugentam a população local – mas que refletem a demanda por mais espaços destinados a esse tipo de público.

As crianças, ao relatarem os locais de maior perigo no bairro, apontaram sua percepção para os seguintes locais: a unidade da FEBEM (atual Fundação Casa), as favelas em bairros vizinhos ao Geisel, os terrenos vazios e as ruas movimentadas. Esses elementos repelem a brincadeira nos lugares próximos a eles e no seu imaginário apontam como manchas acinzentadas de uma realidade que nos parece ser feliz.

A praça começa a surgir como o lugar da prática de esportes e, entre os estudantes, mais da metade da turma afirmou conhecer alguma praça perto de casa ou da escola onde estuda. Essa mesma maioria as considera bem cuidadas e afirmaram serem freqüentadores das mesmas.

---

<sup>127</sup> O bairro pertence à outra bacia hidrográfica (bacia do Ribeirão Vargem Limpa).

Se a rua, o campinho, a escola e a praça permeiam constantemente o cotidiano dessas crianças, não tivemos qualquer menção à presença do córrego em suas rotinas diárias. Este é um elemento que não faz parte da paisagem vivenciada por esses alunos, entre outros motivos pelo fato de topograficamente estarem numa cota muito superior daqueles que podem apreender a vista do vale. E isso se reafirma quando indagados sobre o desejo de que o bairro tivesse mais campos de futebol e praças e nenhuma menção a um parque urbano. Curiosamente aparecem a praia – o clima é muito quente no verão - e a *lan house* – pela dificuldade do acesso à informática que essas pessoas têm em adquirir computadores e manter provedores. Locadoras, escolas, clubes, academias, ruas bem cuidadas também se caracterizam como elementos pretendidos para o lugar melhorar. Ainda que solitária em sua resposta notamos um desejo especial: que a avó morasse perto. O afastamento físico dos consangüíneos impulsiona a família contemporânea a estabelecer mais relações sociais com “estranhos” e estimula os indivíduos a se apropriarem dos lugares junto com seus diferentes para formar um elemento único ou, contrário a isso, os isola do contato e do convívio social, retraindo toda e qualquer forma de apropriação do local.

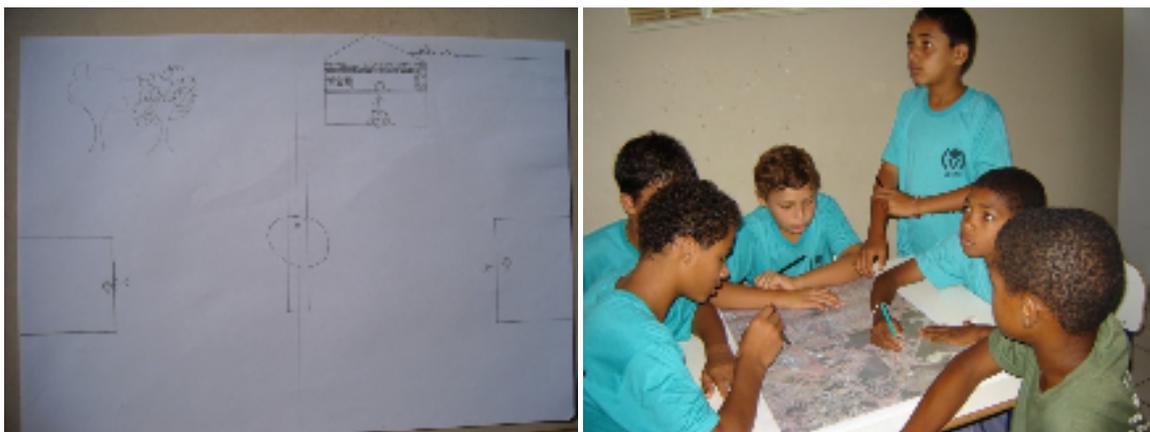
Os lugares mais desejados pelos alunos sempre margeiam a gratuidade no acesso e a diversidade nas atividades. A condição econômica da família – em geral de baixa renda – faz com que haja uma busca por *lan houses* para o acesso aos jogos e à internet. Mas não é isso que os exclui do mundo; possuem potencial de aprendizado tanto quanto qualquer outra criança de sua idade. Apenas lhes faltam as ferramentas e as oportunidades.

Para a atividade com as **fotos aéreas**, dividimos a sala em três equipes. Inicialmente foi distribuída uma foto da bacia e depois das identificações, foi dada uma foto da cidade toda para eventuais comparações e/ou busca por novas informações a critério dos próprios alunos sempre tendo como referência a bacia estudada. Assim expomos os objetos que mais foram identificados:

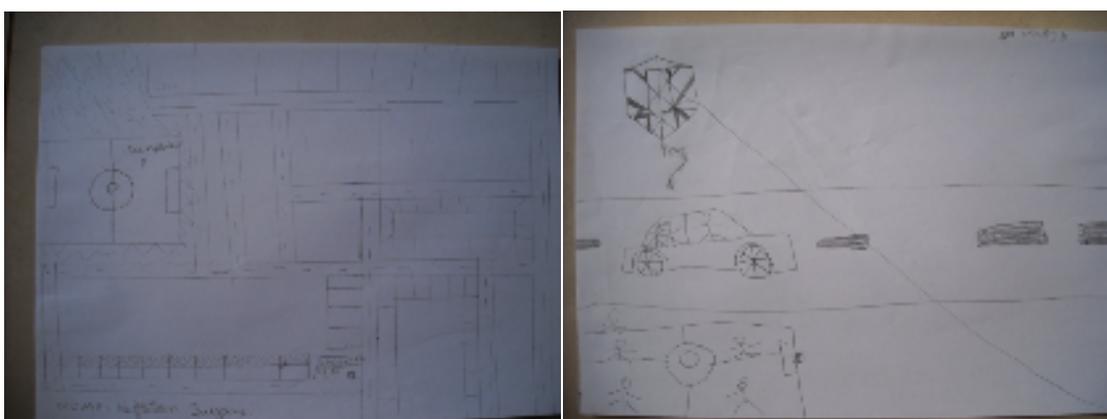
- **nas 3 equipes:** Ceasa, Hospital Estadual, Bosque Geisel, área de proteção de cerrado;
- **em 2 equipes:** CEVAC/CCIJ, Sambódromo, Rio Bauru, Horto Florestal, Zoológico, Sorri, Aeroporto (Aeroclube de Bauru), Bauru Shopping Center, Walt Mart, supermercado Confiança Flex, Escola Estadual Professor Francisco Alves Brizola<sup>128</sup>;
- **em 1 equipe:** Córrego da Água Comprida, escola do SESI, condomínios Parque das Camélias e Flamboyant, Avenida Nações Unidas, grêmio do Geisel, Cemitério do bairro Redentor, campinho, Makro, Jardim Nicéia, UNESP, garagem de ônibus atrás do Jardim Nicéia, Avenida Lúcio Luciano.

---

<sup>128</sup> Onde estuda a maior parte dos alunos do Geisel.



Figuras 47 e 48: Desenho do campo de futebol: um dos locais mais desenhados e vivenciados. À direita um dos grupos na identificação de locais familiares a partir de foto impressa. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.



Figuras 49 e 50: Desenho de trajetos da casa para a escola. À direita a pipa aparece como elemento da brincadeira, muito comum nas ruas do bairro Geisel. Fonte: KAIMOTI, Naiara, L.A.

#### Considerações sobre a atividade

Antes de distribuímos o material dessa fase da oficina, percebemos que o grupo ainda não tinha tido contato com fotos aéreas ou acesso a programas relacionados a esse material (por exemplo, o programa Google Earth). Mesmo assim, os alunos se mostraram extremamente hábeis na identificação de elementos urbanos presentes no seu cotidiano a partir de um dado ponto de referência, nesse caso, a Avenida Nações Unidas num trecho que os alunos identificaram por causa do trajeto feito pela linha de ônibus que utilizam. As equipes mostraram-se homogêneas quanto à identificação dos lugares solicitados e demonstravam segurança em suas localizações provavelmente por se utilizarem do transporte público, o que acaba exigindo pontos para o “georreferenciamento” do indivíduo no espaço em que se encontra. Foi possível notar que edifícios ou elementos gráficos eram os referenciais para sua própria localização enquanto passageiros dos ônibus que fazem os

trajetos bairro-centro e vice-versa. Foram capazes de encontrar os cursos d'água (Córrego da Água Comprida e Rio Bauru) sem precisarmos alertá-los de sua presença.

A grande maioria encontrou sua residência e se orgulhavam de tal feito; quando um colega se mostrava em dúvida dessa localização, os demais o socorriam e explicavam para o mesmo os trajetos possíveis do Centro Comunitário, da escola ou da casa de algum conhecido que confirmariam ou não suas suspeitas. Alguns alunos chegaram até a identificar a casa de pessoas conhecidas, mas que não tinham nenhuma relação formal com o lugar onde estavam. A presença da FEBEM nas respostas dadas pela maioria é um lugar que podemos chamar de “mancha cinza” no bairro; as expressões de medo e insegurança os levaram a denominá-la como algo de ruim ou que traz algum tipo de malefício ao bairro.

Nas conversas informais durante a atividade pudemos observar a intenção da maioria da sala querer estudar e ter uma profissão aliada a um curso superior e tendo a profissão de professor como uma das mais mencionadas.

Os **desenhos** foram pedidos como a última atividade da Oficina. O intuito era para que desenhassem o que havia de mais interessante no trajeto de casa para a escola ou para o CEVAC (pontos perigosos, interessantes) ou desenhar o próprio trajeto. Essa atividade foi passada após a identificação, em grupo, de elementos na foto aérea e assim estão elencados com relação ao grau de elementos urbanos mais desenhados:

- rua \*,<sup>129</sup>
- casa\*;
- CEVAC/CCIJ\*;
- campinho de futebol\*;
- vegetação (árvores, flores)\*;
- outras edificações no trajeto (casas, prédios, etc.) ou elementos arquitetônicos (muros, portões, grades)\*;
- escola;
- quarteirões;
- automóveis/sinalização de trânsito;
- creche;
- Bosque do Geisel;
- Zoológico; Hospital Estadual da UNESP; maciço de árvores (certamente a área do cerrado);
- canteiro central em rua;
- pipa;
- rio;

Ao final da atividade proposta notamos que do imaginário da grande maioria foram representadas as ruas, a casa, o CEVAC (ou CCIJ), o campo de futebol, seguido dos elementos vegetais e caracteres arquitetônicos, e os menos lembrados, a escola, os automóveis, a pipa e o rio (no caso o córrego da Água Comprida).

---

(\*) Seqüência de elementos mais desenhados.

<sup>129</sup> Elemento presente em praticamente mais da metade dos desenhos.

**‘Oficina 4:  
Escola GBI, Jardim Auri Verde (próximo aos Condomínios Parque das Camélias e Flamboyant)**

A oficina desenvolvida na Escola GBI, no Jardim Auri Verde nas imediações dos condomínios Jardim dos Duques, Parque das Camélias e Flamboyant, contou com a participação de 13 alunos com idades compreendidas entre 9 e 10 anos.

De acordo com as informações do **questionário** que foi aplicado, pudemos constatar que a maioria vem de bairros muito próximos à escola ou que moram no próprio bairro que genericamente iremos chamar de região do Camélias/Flamboyant, uma vez que os limites entre um bairro e outro comumente se dão muito mais pela representatividade do conjunto do que pela nomenclatura oficial. Nesse caso encontramos pela primeira vez o relato da transposição física entre as margens do córrego: um número reduzido de estudantes que moram no lado oposto do córrego. Os bairros citados foram Geisel, José Regino, Parque Bauru e Guadalajara.

Mesmo com um grande número de crianças residindo muito próximo à escola, observamos que a grande maioria vai de carro para as aulas, duas delas vão a pé – justamente porque moram defronte a escola – e apenas uma única criança usa o transporte escolar. Nenhum deles faz uso do transporte coletivo, uma situação bem diferente do que acontece com os estudantes da oficina anterior. Essa diferença também é sentida quanto à ocupação dos responsáveis. Pouquíssimas são as mães que se dedicam somente aos cuidados do lar. Nesse caso passamos a notar que os cargos ocupados por ambos os responsáveis na maioria das vezes refletem um melhor nível de instrução, provavelmente com boa parcela deles sendo de nível técnico ou universitário. Dentre as profissões citadas estavam nutricionista, professora, bancária, produção artesanal de bolachas, funcionária de restaurante, funcionários de empresas de comunicação e informática, gerente de contas, gerente de fazenda, motoristas particulares, advogado, corretor de imóveis e encarregado. Neste caso as ocupações autônomas são na maioria liberais e diferem das ocupações autônomas de bairros como o Geisel por não compreenderem uma profissão regulamentada por um órgão de classe. Por outro lado, os dados apontam também para os cargos públicos como professores, policiais militares e funcionários dos CORREIOS. Por essas informações começamos a especular que as condições socioeconômicas de cada família são as mais bem colocadas de todas as oficinas desenvolvidas até aqui. E que, conseqüentemente explica outros fatores como o fato da maioria ter como meio de locomoção o carro da família.

Ao questioná-los sobre o lugar do bairro de que mais gostam, tivemos a casa como a mais mencionada e que também se apresenta como o lugar onde mais gostam de brincar. Em seguida vem a quadra do prédio onde moram – em função da área ser a mais verticalizada de todo o vale – e na seqüência, outros lugares como pracinha, shopping, a rua, a casa dos amigos, o campo de futebol ou nenhum lugar. Não nos surpreende o fato de a rua ter perdido seu lugar de destaque.

A região onde se encontra a escola já vivencia as aflições urbanas de boa parte dos grandes e médios centros urbanos onde as pessoas se retraem em seus domicílios por causa de roubos e assaltos. Em muitas ocasiões, a quadra do prédio – ou da escola, esta em menor proporção – assume a função de quintal. Nesse meio social, o uso da rua como lugar de lazer dá lugar para a prática de atividades físicas, especialmente a caminhada, ao longo de percursos determinados pela população local e que em geral são praticados por jovens, adultos e idosos.

Ainda questionando sobre o lugar da brincadeira, além dos lugares acima citados (pracinha, escola, quadra, shopping, casa dos amigos, parquinho do Camélias, rua, condomínio onde mora, casa da avó) aparece um outro lugar público, citado algumas vezes durante o relato das entrevistas: o Bosque da Comunidade. O local, apesar de não se enquadrar no perímetro da bacia estudada, reflete a dimensão urbana que um espaço livre público bem cuidado e muito apropriado - principalmente pela população do seu entorno próximo – pode atingir. Características como segurança, sombreamento, espaços equipados para o lazer das crianças, pista para caminhada/corrida pavimentada, equipamentos para exercícios físicos e aulas gratuitas atraem as pessoas para o uso do local e chamam a atenção de quem não tem outra alternativa senão o espaço público como diversão.

Para essas crianças não existe *nenhum lugar* no bairro de que não gostem ou que por ventura venha a ser perigoso em sua opinião. Mesmo sendo esta resposta mais dada outras crianças sugeriram locais específicos, porém em número reduzido. Entre eles estão a farmácia, a sorveteria, o parque do prédio, o posto, a padaria, o terreno baldio, a rua, a linha do trem, o condomínio onde mora (nesse caso porque a criança está há pouco tempo na cidade). Aqui os espaços livres urbanos como a rua, a linha do trem e o terreno baldio adquirem uma conotação negativa, muito contrária daquela registrada nas oficinas anteriores se considerarmos a rua como elemento agregador de atividades lúdicas e de convívio social.

Seguindo a mesma lógica, não é mais a rua o lugar da prática esportiva. A quadra (que pode ser tanto do prédio onde moram como a da escola onde estudam) é o lugar mais relatado, seguida da casa e da escola com a mesma frequência de citações e, por último, alguns lugares como a ciclovia da UNESP (popularmente referindo-se à Av. Eng<sup>o</sup>. Luiz Edmundo Carrijo Coube, já citada anteriormente e que dá acesso ao campus universitário da UNESP), a Praça Portugal, o campo de futebol, o Jardim Colonial (bairro).

Para essa camada da população, o passeio público agora se dá no shopping. As opções oferecidas nesse tipo de local estimulam uma série de comodidades que permite aliar o lazer com as necessidades rotineiras da família, como pagar contas, fazer compras, entre outras. O passeio também pode ser estendido até a rodovia Mal. Rondon, onde se localiza um centro de alimentação e entretenimento com serviço 24horas. O local foi um dos mais lembrados pelas crianças certamente pelas salas de cinema e pelas opções de alimentação. Já em menor número apareceram o centro da cidade, e o parque de diversão próximo ao condomínio onde mora (Flamboyant). O que vemos é que nas classes sociais mais abastadas surgem elementos que não vemos nos de outra mais inferior e vice-versa.

Por outro lado, a imparcialidade com o córrego, uma vez que pouquíssimos são os que o percebem na paisagem local, é a mesma em todas as oficinas anteriores, o que enfatiza a homogeneidade da percepção independentemente do fator social e econômico de cada família.

Aqui as crianças não se apropriam dos espaços livres de uso público tão intensamente quanto as dos outros bairros onde se realizaram as outras oficinas. Mas mesmo assim alguns elementos ainda aparecem no seu repertório urbano, como é o caso da Praça Portugal e as praças dos bairros onde moram, as quais são utilizadas para brincar, praticar esportes ou passear. Isso nos é comprovado quando afirmam majoritariamente que conhecem alguma praça próximo à escola ou à casa. Nem todos concordam que elas estejam mal cuidadas, mas quando é perguntado sobre sua frequência às mesmas, quase todos respondem de forma negativa.

O modo como se apropriam (ou não) do espaço urbano se reflete no desejo de ter no bairro parques de diversões, sendo citado em seguida também um *shopping*. Isso fica claro no significado que a palavra “parque” tem, que é muito mais para o objeto lúdico de diversão (balanços, gira-gira, escorregador, outros) do que a idéia de um parque urbano em sua concepção urbana e paisagística. Outros elementos também foram citados como locadora, padaria, mercado, sorveteria, pistas de *skate*, boate para crianças, rampa para bicicleta, escolinha de *futsal*. Foi lembrado também por um morador do condomínio Camélias para que cuidassem do campinho. Apenas uma criança não soube responder o que gostaria que seu bairro tivesse.

Um dado interessante que surgiu durante a aplicação do questionário é que não foram mencionados lugares como o Parque Vitória-Régia, o Horto Florestal, a Praça da Paz, o Zoológico ou Jardim Botânico, todos relativamente próximos ao bairro da escola e de suas residências se comparados a outros lugares como o Bosque da Comunidade e a Praça Portugal. Os pedidos geralmente eram por locadoras, mercados, padarias (anseios de crianças que moram em bairros predominantemente residenciais e sem comércio local).

Para a atividade com as **fotos aéreas**, dividimos a sala em quatro equipes. Novamente foi distribuída uma foto da bacia e depois das identificações foi dada uma foto da cidade toda para eventuais comparações e/ou busca por novas informações a critério dos próprios alunos, sempre tendo como referência a bacia estudada. Assim expomos os objetos mais identificados:

- **nas 4 equipes:** Escola GBI, Hospital Estadual, Aeroporto (hoje somente Aeroclube de Bauru), CEASA, campus da UNESP, ASSUNEB, Rio Bauru;

- **nas 3 equipes:** condomínio Camélias, Bauru Shopping, Walt Mart, Jardim Nicéia (2 equipes o consideraram como favela), sambódromo, Escola do Sesi, cemitério do bairro Redentor;

- **em 2 equipes:** Córrego da Água Comprida, condomínio Flamboyants, Horto Florestal, Zoológico, linha do trem, supermercado Confiança Flex, batalhão da PM, Makro;

- **em 1 equipe:**, Parque Vitória-Régia, Supermercado Panelão (próximo à Avenida Cruzeiro do Sul e abastece todo o bairro do Geisel), supermercado Stock Lar (supermercado próximo ao condomínio Camélias), praça Jardim Marambá, Avenida Duque de Caxias, condomínio Edifício Monte Castelo, bairro Jardim Redentor, bairro Jardim Carolina, bairro Geisel, ciclovia (“avenida da UNESP”), Bosque do Geisel, SAMU, condomínio Residencial Tavano, quiosque<sup>130</sup> do condomínio Chácara Odette, Nei Atacado 1,99 (na marginal da Rodovia Marechal Rondon), trevo de acesso à Avenida Nações Unidas x Rodovia Marechal Rondon, rodovia Marechal Rondon, bairro Jardim Europa, Bairro Jardim Colonial, locadora (bairro do Camélias).

- **em nenhuma equipe:** área do cerrado.

Ainda com essa atividade pudemos notar que boa parte das crianças encontrou na foto aérea suas casas, a rua ou o quarteirão onde moram.

No que diz respeito aos lugares que consideravam como PERIGOSOS obtivemos:

- **equipe 1:** Jardim Estoril e agências bancárias;
- **equipe 2:** favela do Jardim Nicéia e Rio Bauru;
- **equipe 3:** favela do Jardim Nicéia; Rio Bauru; cemitério do bairro do Redentor;
- **equipe 4:** a rua em frente a escola (conceito de perigoso vinculado possivelmente ao fluxo de automóveis ou por outros fatores que não foram explicitados).

---

<sup>130</sup> Já sabemos que os quiosques de condomínios como o Jardim dos Duques e as tampas de concreto das caixas d’água do Camélias/Flamboyant servem de pontos de encontro entre os adolescentes que moram nesses geralmente no período da noite.



impresso; a reação foi imediata e o nome do recurso para obtenção da imagem foi citado por vários alunos (Google Earth). Alguns dos alunos mencionaram que em determinadas situações recorriam ou recorreram ao recurso para encontrar a casa em que moram ou até mesmo para “poder ver a cidade de cima”.

No entanto, ao propormos a identificação dos elementos urbanos mais significativos no seu cotidiano, a partir de um referencial urbano dado (idem oficina CCIJ/Geisel) alguns integrantes das equipes se encontraram em dificuldades para localizar a escola – o primeiro elemento urbano a ser encontrado. Posteriormente, começou a tentativa de localizar a casa e identificar os elementos urbanos que estavam na foto. Metade dos grupos não sabia o que significavam aqueles elementos. Várias tentativas de localizar lugares de sua diversão não foram acertadas. Supomos então que, em função do uso do carro, há uma perda de referencial se compararmos com os indivíduos que fazem maior uso do transporte coletivo. Normalmente os pontos de referência estão atrelados aos pontos dos ônibus urbanos. Apenas um único grupo identificou os dois cursos d’água em questão: o córrego da Água Comprida e o Rio Bauru. Quando perguntado sobre a localização do Horto Florestal, a maioria das equipes não sabia do que se tratava a instituição e muito menos sabiam localizá-la.

Concluimos aqui que mesmo tendo acesso às informações do mundo virtual, seus referenciais são diminuídos por dois fatores:

- o primeiro se faz pelo uso quase que exclusivo do automóvel da família para a locomoção desses indivíduos para a escola, para o lazer, entre outras necessidades. Com isso a percepção externa fica comprometida com a distração ou a não necessidade de saber onde é preciso descer, parar, continuar ou qual caminho a traçar.

- e o segundo é a condição financeira que induz a determinados tipos de comportamento e revela qual o grau de interação que o indivíduo possa ter com o lugar onde vive.

#### Dados Comparativos da Oficinas 3 e 4:

Para os participantes dessa faixa etária, outro elemento urbano surgiu na maioria do material coletado: a PRAÇA. Elas existem, estão mal cuidadas, a maioria não usa, mas é um dos elementos que mais aparecem quando indagados sobre o que gostariam que tivesse no bairro onde moram. A PRAÇA, espaço livre público por excelência, é ainda fortemente presente no imaginário coletivo da população, haja vista os depoimentos dos adultos discorridos no início deste Capítulo. Ela é ainda, a nosso ver, o grande signo do espaço livre e público da cidade, onde aquelas que ainda mantêm seu poder agregador refletem que o seu uso é o significado da experiência – que aqui preferimos vivência – e sua manifestação consiste na apropriação do espaço construído (FERRARA 2000;115-131).

Algumas informações puderam se contrastar nitidamente. Enquanto na *Oficina 3* as crianças em sua maioria percorrem a pé os caminhos pelo bairro onde vivem, as crianças da *Oficina 4* praticamente não se valem desse recurso. O uso do carro é mais comum, restando à minoria o percurso a pé ou pelo transporte escolar. O caminhar não é uma prática tão habitual entre

essas crianças, com exceção de poderem acompanhar pais ou amigos em caminhadas que possuam a conotação de atividade física. Isso revela a dificuldade da memória visual verbalizar a localização de elementos urbanos muito conhecidos do seu dia-a-dia. O estrato de renda da família é outro fator que estimula – ou impede em alguns casos – um maior poder perceptivo da paisagem em questão. A praça não é um espaço tomado por todos. Com o término das oficinas e a partir de outras observações e constatações podemos afirmar que a condição social da família direciona os usos e apropriações dos espaços livres da cidade, sejam eles públicos ou privados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A apropriação do lugar está intimamente relacionada às relações sociais e espaciais *mantidas* pelo vivenciador no seu cotidiano.

Para que uma pessoa se sinta parte de um lugar deve haver o mínimo de elementos que ela reconheça como fatores determinantes para o seu estar, viver, morar, apreciar, construir, e perceber o lugar. Esses elementos podem ser exemplificados como a casa onde se vive, a rua, a vizinhança, uma padaria, a escola, a praça. A proximidade das coisas é o que determina a sua apropriação. Não lhes possui tanta relevância aquilo que acontece fora da sua rotina, fora do seu percurso, logo, fora do seu cotidiano. Nessa prática é muito mais relevante saber-se exatamente o que acontece logo aqui perto do que logo mais adiante. Assim, o ponto mais próximo de cada pessoa é a casa e, por conseqüência, esta se torna o ponto de partida de todo processo de apropriação do lugar – haja vista a pertinência desse elemento durante a coleta de dados a campo. Ao sairmos dali para trabalhar ou permanecer temporariamente em outro lugar, é ao retornarmos para o descanso, para o aconchego, para a segurança que o lar nos propicia, que estamos novamente fazendo parte daquele lugar. É “meu”, enquanto me sinto responsável pelo que aqui acontece.

A percepção do lugar se mostra mais rica nas situações onde o indivíduo tenha que se locomover a pé, de bicicleta ou pelo transporte coletivo – ônibus circulares. A necessidade de marcar pontos-chave para a sua situação no local – edifícios públicos, praças, hospitais, escolas, etc., dão ao vivenciador parâmetros que o impedem de se perder ou ficar sem rumo, sem referências. Os seus referenciais abrangem uma área muito mais ampla no sentido da percepção, pois acabam por conhecer melhor e mais profundamente o seu lugar e o entorno próximo. Não que isso não aconteça com quem está num automóvel, mas as probabilidades de sua atenção focar a paisagem são bem reduzidas.

O tempo de adaptação e apropriação de um determinado lugar pode ser, na maioria das vezes, mais rápido do que imaginamos. Quando as relações sociais de parentesco, amizade ou vizinhança vão se estreitando, paralelamente a isso, vai se desenvolvendo o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente de apropriação do lugar.

Do universo pesquisado, o lugar mais relatado é a rua; para os entrevistados é este o espaço e o lugar da vida em sociedade. Antes a casa, de longe o mais lembrado e senão o mais significativo no processo de reconhecimento dessas relações. A casa ainda guarda em si outro elemento, o quintal. À frente ou ao fundo das edificações, esses espaços privados da “periculosidade” da rua, tornam-se os lugares da brincadeira. Nas novas formas de morar, as áreas comuns de edifícios verticais e dos condomínios horizontais fechados assumem a função do quintal.

Na área estudada, a permeabilidade entre uma margem e outra é tanto quanto idêntica à permeabilidade entre um bairro outro de mesma margem. Muito sutil em alguns pontos, inexistente na maioria. Essa permeabilidade dentro do sistema de espaços livres ainda não é efetiva porque existem enormes deficiências no sistema viário e de transporte público da cidade como um todo.

Nos bairros onde a população pertence a uma classe econômica inferior, a vida acontece de forma intensa: bares cheios, ruas com crianças, cães pelas ruas, comércio colado às residências. Uma efervescência da vida pública. Entretanto, naqueles onde o poder aquisitivo é maior – em especial nos condomínios fechados, verticais ou horizontais – a vida cotidiana acontece *intra* ou *extramuros*. No primeiro caso, o espaço de lazer do empreendimento atende às expectativas de seus moradores/vivenciadores. No segundo, a busca pelo lazer ou pelo ócio vão além das imediações dos muros: outras cidades, bairros em áreas opostas, centros de compras, centro de alimentação, serviços e entretenimento 24 horas<sup>131</sup>, *shoppings*.

Que paisagem vivenciada é essa?

Não se pretende delimitar uma única resposta se os fatores são inúmeros. O que se pode considerar como fundamental para esse trabalho é evidenciar que todos, igualmente, vivenciamos várias paisagens, mas fazemos de uma delas, aquela em que estamos inseridos, a principal: a paisagem mais próxima de nossa casa.

Saber daquilo que se avizinha não passa somente de uma informação, um dado referenciado porque o que é vivenciado está intimamente ligado à prática cotidiana do indivíduo. Quando o indivíduo permanece temporariamente num determinado lugar, a sua relação com este é limitada, pois o seu espaço é outro.

O trabalho permitiu concluir que a apropriação dos lugares e, por conseqüência a sua percepção, ocorre de forma não homogênea, com os enfoques se alterando de acordo com a classe social e o poder aquisitivo das pessoas. Ao acompanhar a vivência desses indivíduos em seus lugares ficou muito claro que a condição social da família direciona os usos e apropriações dos espaços livres da cidade sejam eles públicos ou privados.

Como vimos, nos meios onde há dificuldade de acesso ao conforto e à tecnologia – carro, informática, bens de consumo – são maiores as chances das pessoas serem compelidas a buscar novas formas de solução para os desafios que a vida urbana lhes propõe. Assim, percebem a cidade de uma forma diferente, agregando a si os pontos de referência necessários a sua vivência urbana, descobrindo novas lições mentais sobrepostas ao referente físico.

Por outro lado, o acesso aos meios tecnológicos somados a graus mais altos de instrução permitem o deslocamento para outros lugares como uma tarefa muito menos difícil, mas que provoca certa “cegueira” ao que está ao seu redor. Não estamos aqui discorrendo uma crítica aos avanços tecnológicos, pelo contrário. Acreditamos sim que a tecnologia pode ser uma forte aliada na solução dos problemas urbanos e que, no entanto,

---

<sup>131</sup> Referência ao Alameda Quality Center, localizado na rodovia Marechal Rondon.

não poderíamos deixar de salientar esse detalhe durante nossa atuação junto aos vivenciadores. Por outro lado novas apropriações acontecem.

A transformação do espaço privado em espaço para o lazer público – no caso o *shopping* – não é um ponto tão obscuro assim: quando o Poder Público local ignora o bem estar de sua população, privando-a de melhor qualidade de vida urbana – com poucos parques, sucateamento de praças, ausência de adequada e suficiente arborização urbana, proliferação de áreas impermeabilizadas – esses elementos privados surgem como um oásis de proteção, lazer e ócio contemporâneos. A crítica não está pautada na forma capitalista do consumo; é apenas uma constatação de que esses são espaços para uma população que migrou da praça, do parque, da rua, ou seja, da esfera de vida pública dos espaços livres urbanos.

No momento em que os estratos de renda mais elevada abandonaram os espaços livres públicos para freqüentar os shoppings, o Poder Público também deixou de zelar pelos primeiros. Com isso, em seguida, os estratos de renda média procurando acompanhar, na medida de suas posses e possibilidades, o trajeto feito pelos mais ricos, contribuíram significativamente para o esvaziamento dos espaços livres públicos, diminuindo ainda mais o interesse do Estado pela produção e manutenção dos espaços públicos de convívio e lazer. Com esse processo as camadas mais pobres da população, limitadas física e economicamente, foram as mais atingidas.

A cidade de Bauru cresce e se modifica muito rapidamente. Nesse contexto existe uma vida fervilhante nos bairros estudados que passa despercebida por um olhar menos atento. Enquanto o Poder Público não zela adequadamente pelo bem-estar dos seus cidadãos, um batalhão de vivenciadores se unem, discutem e elegem projetos, iniciativas, soluções para as mazelas do descaso. A precariedade dos espaços públicos tem afirmado a não-visitação dos espaços gratuitos da cidade.

Cabe a nós aqui continuar – ou começar – a exercer nosso papel de arquitetos-vivenciadores na busca constante das efervescências dispersas pelo cotidiano urbano de nossas cidades, aglomerados urbanos, vilas talvez. E indiscutivelmente trazer à tona as possibilidades de execução de um Planejamento do território mais consciente em conjunto com a sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

---

- ALVES, José Xaides de Sampaio. **Voçorocas do Poder Público: na lei, na forma e gestão urbana na “Cidade Sem Limites”**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 10ª edição, 2005. (1958)
- BITENCOURT, Marisa Dantas; MENDONÇA, Renata Ramos. (Orgs.) **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.
- BAURU, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Bauru – 1996**: Caderno de dados, levantamentos, diagnóstico. LEI nº. 4126/1996. Bauru-SP: SEPLAN/DAE, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Cartografia**. Disponível em: <<http://www.bauru.sp.gov.br>>. Acesso em: 12/08/2008.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos**. (1973). São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLO, Lineu. **A Percepção de Lugar. Repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo**. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 12ª ed, 1994.
- COELHO, Ana Maria Antunes. **O Outro Lado da Rua**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.
- CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. **Sistema de áreas verdes para a cidade de Bauru**. Bauru, 1995. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista.
- CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. **A Construção da Paisagem de Bauru: os Fundos de Vale**. São Paulo, 2005. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, Pierre França. **Paisagem e Sentido de Lugar: Uma Abordagem para os Espaços Livres em Conjuntos Habitacionais**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.
- CURITIBA, Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. **Diretrizes para a preservação de fundos de vale**. Curitiba: IPPUC, 1991.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996a.

- DEL RIO (1996a), Vicente. **Cidade da Mente, Cidade Real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro.** In: \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Lívia de. (org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Nobel/ EDUFSCar, 1996b. pp. 3-60.
- ERCILLA, A.M. de; PINHEIRO, Brenno. (Orgs.) **Zona Noroeste. O Estado de São Paulo.** São Paulo: Editora Propagadora Pan-Americana, 1928.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leitura sem palavras.** São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Ver a Cidade.** São Paulo: Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Olhar Periférico.** Informações, Linguagem, Percepção Ambiental. Informação, Linguagem, Percepção Ambiental. São Paulo: EDUSP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **As Cidades Ilegíveis.** In: DEL RIO, Vicente (org). **Percepção Ambiental e Cidadania. A experiência brasileira.** São Carlos: UFSCar, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Os Significados Urbanos.** São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000.
- GHIRARDELLO, Nilson. **Aspectos do Direcionamento Urbano da Cidade de Bauru.** São Carlos, 1992. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- GOYA, Cláudio Roberto y; GOYA, Paula da Cruz Landim y. (Orgs.) **Caderno Paisagem. Paisagens 1. Uma visão interdisciplinar sobre o estudo da paisagem.** Bauru: J.G. Gráfica, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 6ª ed, 2000.
- HOUGH, M. **Natureza y ciudad. Planificación urbana y procesos ecológicos.** Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko. (Orgs.) **Discutindo a Paisagem.** São Carlos: RiMa, 2006.
- KLEIN, Aldo Luiz (Org.). **Eugen Warming e o cerrado brasileiro.** São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial, 2002.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- KRONKA, Francisco, NALON, Marco Aurélio & MATSUKUMA, Ciro Koiti. **Áreas de domínio do cerrado no Estado de São Paulo.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana: As Cidades do Interior Paulista**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LEÃO, Regina Machado. **A Floresta e o Homem**. São Paulo: Edusp; IPEF, 2000.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destruição ou Desconstrução. Questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 1994.

\_\_\_\_\_. **As Tramas da Segregação**. 1998. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem Urbana – os espaços livres como elemento de desenho urbano**. In: GOYA, Cláudio Roberto y, et al. (Orgs.) *Caderno Paisagem.Paisagens 1. Uma visão interdisciplinar sobre o estudo da paisagem*. Bauru: J.G. Gráfica,1996, pp.7-20.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. [Coleção Quapá]

MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. (2002) **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2003, 2ª ed. [Coleção Quapá]

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. (2002) **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2003, 2ª ed. [Coleção Quapá]

MACHADO, Lucy Marion C. P. **A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada**. Rio Claro-SP, 1988. Tese de Doutorado – Instituto de Geociencias e Ciencias Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

\_\_\_\_\_. **Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.) *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996, pp.97-119.

MAGNOLI, Miranda. **Espaços Livres e Urbanização: uma Introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1982.

MARICATO, Ermínia T. M. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel; Edusp, 1989.

- MENNEH, Márcia Unti Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2002. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MORAES, Renato de. **Os frutos da terra: Bauru, 1896 – 1988**. São Paulo: Agroquímica industrial, 1988.
- OSEKI, Jorge Hajime. **O único e o homogêneo na produção do espaço**. In: MARTINS, José de Souza. (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, pp.109-119.
- RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar. A história e o Futuro da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PEREIRA, Raul Isidoro. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida. Projetos participativos na produção do espaço livre**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PIRES, Emília Falcão. **Áreas Livres Urbanas e Processos Naturais. O Exemplo do Município de Bauru**. São Paulo, 2004. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PORTO, Sérgio. **A Casa Demolida**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2007.
- PUPIM, Rafael Giácomo. **Arquitetura moderna em Bauru: a obra do arquiteto Fernando Ferreira Pinho**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Número 6 – Segundo Semestre de 2007. São Carlos-SP: EESC-USP, pp.22-34. Disponível em: <[http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista\\_risco/Risco6-df/02\\_art2\\_risco6.pdf](http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco6-df/02_art2_risco6.pdf)>. Acesso em: 05/06/2009.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **A produção da paisagem habitacional metropolitana: três estudos de caso no município de Osasco/SP**. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de Dominação e a Ação Comunicativa**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: o caso da Megalópole do Sudeste**. In: KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko. (Orgs.) *Discutindo a Paisagem*. São Carlos: RiMa, 2006, pp.121-141.
- \_\_\_\_\_; BENFATTI, Denio Munia. **Sistemas de Espaços Livres Urbanos: Construindo um Referencial Teórico**. Paisagem e Ambiente: Ensaios - nº. 24 (Especial ENEPEA 2006), São Paulo, pp. 81-88, 2007
- RODRÍGUEZ, J.A.C. **El espacio libre urbano como ambiente restaurador: modalidades de uso y tipos de usuarios**. In: ANAIS. **Seminario Hispanico-Portugues sobre Jardines y Espacios Abiertos, 1969, Sevilla**. Sevilla: UNESCO, 1989.

- RYKWERT, Joseph. **A Sedução do Lugar**. *A História e o Futuro da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANT'AGOSTINO. Lúcia Helena F. **Bauru, "Chão de Passagem". Entreposto de valores na rota Atlântico-Pacífico**. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **Rumo ao Concreto**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Carlos Nelson. **Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.
- SANTOS, Emmanuel Antonio dos. **Planejando a Paisagem**. In: KAHTOUNI, Said; MAGNOLI, Miranda Martinelli; e TOMINAGA, Yasuko (org). **Discutindo a Paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006a, pp.99-120.
- SANTOS, José Aparecido dos; VITTE, Antonio Carlos. **A construção do espaço urbano e sua implicação ambiental e social – o caso de Bauru-SP**. Brasília-DF, 2006b. III Encontro da ANPPAS. Disponível em:  
<[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA414-05032006-230437.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA414-05032006-230437.DOC)>. Acesso em: 15/01/2008.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª ed. (1988)
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 4ª ed. 1ª reimpr. – (Coleção Milton Santos; 1). (1996)
- SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação**. *Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Limão*. 2003. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.
- SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**. *As Tirantias da Intimidade*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº. 19, pp. 93-111, 2006. Disponível em:  
<[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp19/Artigo\\_Sobarzo.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp19/Artigo_Sobarzo.pdf)>. Acesso em: 16 de janeiro de 2008.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**. *A Natureza no Desenho da Cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Reestruturação produtiva e urbana no Estado de São Paulo.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007a, vol. XI, núm. 245 (69). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24569.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 16 de janeiro de 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo.** *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).* Número 54, 2004, p. 114-139. Disponível em: <http://www.igeograf.unam.mx/instituto/publicaciones/boletin/bol54/b54art7.pdf> >. Acesso em: 16/01/2008.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007b, vol. XI, núm. 245 (11). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 16/01/2008.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VILLAÇA, Flávio (1998). **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001, 2ª ed.

WHITACKER, Arthur Magon. **Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (24). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524.htm>>. Acesso em: 16/01/2008.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL, Leis e Decretos. Decreto-Lei Federal nº. 58 de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o Loteamento e a Venda de Terrenos para pagamentos de prestações.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº. 4.771 de 1965. Institui o Código Florestal Brasileiro.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº. 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade

SÃO PAULO. Leis e Decretos. Decreto n.º. 38.424, de 06 de maio de 1961. Cria a Reserva Florestal Sebastião Aleixo da Silva.

SÃO PAULO. Leis e Decretos. Decreto n.º. 26.890, de 12 de março 1987. Cria as Estações Ecológicas de Bananal, Bauru, Ibicatu, Itaberá, Itapeti, São Carlos, Valinhos e Xitúé e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Leis e Decretos. Lei Estadual nº. 10.773, de 01 de março de 2001. Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha.

BAURU, Leis e Decretos. Lei nº 1 de 19 de fevereiro de 1906. Aprova o Código de Posturas de Bauru.

BAURU, Leis e Decretos. Decreto nº 25 de 03 de junho de 1947. Regulamenta os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Código de Posturas Municipais: arruamentos e loteamentos.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 1.365 de 3 de julho de 1968. Institui o Plano Geral de Organização Urbana de Bauru.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 2339 de 15 de fevereiro 1982. Estabelece normas para o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Bauru.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 3832, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Código Sanitário do Município de Bauru e dá outras providências.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 4126 de 12 de setembro de 1996. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru e dá outras providências. Diário Oficial de Bauru, 21 de setembro de 1996.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 4.368 de 10 de fevereiro de 1999. Disciplina a arborização urbana no Município de Bauru e dá outras providências.

BAURU. Leis e Decretos. Decreto nº. 9.525, de 13 de agosto de 2003. Delimita a área de Proteção Ambiental Municipal Vargem Limpa – Campo Novo nos entornos do Parque Ecológico Tenri – Cidade Irmã – Jardim Botânico e Zoológico de Bauru.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. Decreto Nº 10631, de 28 de março de 2008. Declara as áreas que especifica como Parque Natural Municipal localizadas no Residencial Odete e Jardim Colonial.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. Decreto Nº 10632, de 28 de março 2008. Declara as áreas que especifica como Parque Natural Municipal localizadas no Residencial Lago Sul.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. Decreto Nº 10633, de 28 de março de 2008. Declara as áreas que especifica como Parque Natural Municipal localizadas no Conjunto Habitacional Isaura Pitta Garms.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. Decreto Nº 10634, de 28 de março de 2008. Declara as áreas que especifica como Parque Natural Municipal localizadas no Residencial Samambaia.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. Decreto nº 10635, de 28 de março de 2008. Declara a área que especifica como Parque Natural Municipal localizada no Jardim Imperial.

BAURU. Leis e Decretos. Lei nº. 5631 de 22 de agosto de 2008. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru.

## **PERIÓDICOS**

Fonte: Jornal da Cidade, 01/08/1990. “As Indústrias na história de Bauru”. Arquivo do NUPHIS-USC.

Fonte: Jornal da Cidade, 01/08/1986. “O Vale do córrego das Flores”. Arquivo do NUPHIS-USC.

**SITES CONSULTADOS**

[www.bauru.sp.gov.br](http://www.bauru.sp.gov.br)

[www.baurupaineis.com.br/](http://www.baurupaineis.com.br/)

[www.eco.ib.usp.br/cerrado](http://www.eco.ib.usp.br/cerrado)

[www.geografia.ffeich.usp.br](http://www.geografia.ffeich.usp.br)

[www.googleearth.com/bauru](http://www.googleearth.com/bauru)

[www.ibama.com.br](http://www.ibama.com.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.iflorestal.sp.gov.br](http://www.iflorestal.sp.gov.br)

[www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/ecossist/cerrado](http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/ecossist/cerrado)

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

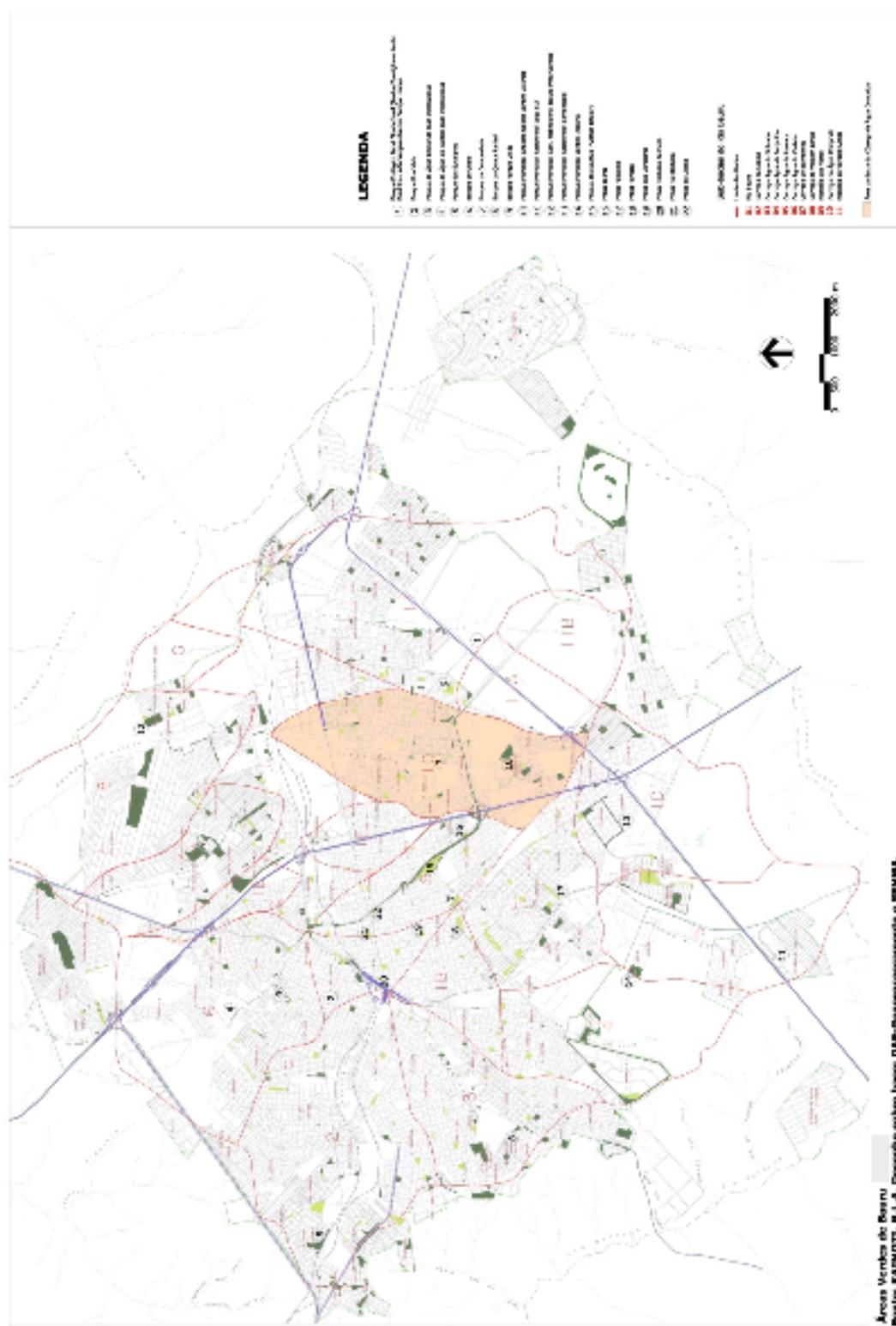
[www.ub.es](http://www.ub.es)

[www.vidagua.org.br](http://www.vidagua.org.br)

[www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)

# **ANEXO**

---



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)